



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**PRIMEIRAS CRISES PSÍQUICAS GRAVES E A TIPOLOGIA DE JUNG:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Patrícia Oliveira Ribeiro

Brasília

2011



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Departamento de Psicologia Clínica**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**PRIMEIRAS CRISES PSÍQUICAS GRAVES E A TIPOLOGIA DE JUNG:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Mestranda: Patrícia Oliveira Ribeiro

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica e Cultura.**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa**

**Brasília**

**2011**

Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Departamento de Psicologia Clínica  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

**Comissão Examinadora:**

---

Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa - Presidente  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Prof. Dr. Walter Fonseca Boechat – Membro Externo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Francisco Moacir de M. C. Martins - Membro PsiCC  
Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Maurício da Silva Neubern - Suplente PsiCC  
Universidade de Brasília

**Brasília, dezembro de 2011**

*Dedico esta obra*

*À todo aquele que sofre e não se compreende, nem é compreendido.*

*De alguma forma, somos todos contemplados.*

Minha sincera gratidão:

À Deus, por me conceder força, perseverança, entendimento e compreensão, não apenas dos processos inerentes ao trabalho, mas aos meus pessoais que o acompanharam e me transformaram.

Ao meu querido pai, pelo amor incondicional, exemplo de vida e referências masculinas

Aos participantes da pesquisa, que se dispuseram a responder o teste e tornaram possível esta pesquisa.

Ao meu orientador Ileno Izídio da Costa, pela oportunidade de participar de seu projeto, por aceitar que eu adotasse a Psicologia Analítica de C. G. Jung por fundamentação teórica, que tanto me enriqueceu no tema em a que me dediquei e por me conceder liberdade de expressão.

Aos membros da banca, pela disponibilidade pessoal para avaliar o meu trabalho.

Aos amigos Gipsianos Amanda, Hayanna, André Félix, Raquel, Ana Rosa, Gregório e Augusto que contribuíram diretamente nesta pesquisa, no primeiro contato com seus pacientes e sujeitos desta pesquisa.

À colega e amiga Walleska Krüger, que ofereceu apoio técnico.

À Luciana Stoimenoff, com carinho, pela prontidão, apoio, incentivo e críticas tão fundamentais nos momentos finais deste trabalho.

A equipe do CAEP, pela permanente disponibilidade.

À minha irmã, Simone, pelo apoio, colaboração e incentivo.

Ao meu irmão Braulio, pelo apoio logístico.

Ao meu cunhado Cristiano, pela paciência em me ensinar as regras de formatação;

À amiga Patrícia Lopes, pelo apoio e críticas.

Ao meu terapeuta Waldemar Magaldi Filho por suportar minhas projeções, minhas alterações, crises e muito mais e ainda, por ter me ensinado a teoria e práxis de Jung .

Às amigas Julia, Priscila, Daniela, Cintia e a todas que não citei pela preciosa amizade, apoio, carinho e incentivo.

Ao meu chefe Carlos Costa Andrade pela flexibilização do meu horário de trabalho.

## SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Introdução.....	1
<b>1. TIPOS PSICOLÓGICOS .....</b>	<b>7</b>
1.1- A Estrutura da Psique .....	7
1.2-Tipos Psicológicos de Jung .....	11
1.2.1. Introversão e Extroversão.....	12
1.2.2. As Funções Psicológicas da Consciência.....	17
1.3- O modelo de tipologia concebido por Jung .....	221
1.3.1- O conceito de função principal e função auxiliar .....	221
1.3.2- A Função Inferior.....	25
1.4. Partes Integrantes da Psique .....	33
1.4.1. O Conceito de Persona e Sombra.....	33
1.4.2. Persona .....	33
1.4.3. Sombra .....	35
<b>2. O INCONSCIENTE – Dinâmica e Aspectos Psicológicos .....</b>	<b>41</b>
2.1.O Inconsciente Pessoal .....	43
2.2.Processos da Dinâmica Psíquica.....	45
2.2.1.Compensação .....	45
2.2.2.Enantiodromia .....	46
2.2.3. Dissociabilidade .....	47
2.2.4. Símbolo .....	50
2.3. O Inconsciente Coletivo e os Arquétipos .....	53
2.3.1. Aspectos psicológicos do Inconsciente Coletivo e dos Arquétipos .....	54
2.3.2. Estágios e Leis da Realização do Arquétipo .....	56
2.3.3. Leis do Processo de Realização do Arquétipo .....	60

2.4. O Conceito de Complexo na Teoria de C. G. JUNG .....	64
3. PSICOPATOLOGIA SOB O OLHAR PSICOLÓGICO .....	71
3.1. Conceitos de Psicose, Sofrimento Psíquico Grave, Crise do Tipo Psicótica.....	71
3.2. Interioridade e Alma: uma aproximação.....	76
3.3. O Normal e o Patológico na Perspectiva Junguiana .....	83
3.4. Fatores do Patologizar .....	85
3.5. Possessão do Complexo como Fundamento para uma Psicopatologia.....	87
3.6. Possibilidades Para Além do Individual .....	94
3.7. Possibilidades Para Além do Patológico .....	95
3.8. Possibilidades Patológicas na Tipologia.....	98
4. MÉTODO.....	103
4.1-Objetivos Gerais .....	103
4.2-Objetivos Específicos .....	103
4.3. Procedimentos para a coleta de dados .....	104
4.3.1.Sujeitos .....	104
4.3.2.Instrumentos e técnicas utilizadas .....	104
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	109
5.1. Resultados .....	109
5.2. Discussão dos Resultados .....	111
5.2.1. Tipo de Atitude.....	111
5.2.2. O Tipo Introverso .....	113
5.2.3. A Função Sensação .....	117
5.2.4. O Tipo Sensação Introverso .....	118
5.2.5. Função Inferior Intuição Extroversa.....	120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	139

TABELAS.....	
Tabela 1-Tipos de Atitude.....	110
Tabela 2 -Funções Psicológicas da Consciência .....	110
Quadro 1 .....	112
ANEXOS.....	
NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA E M PESQUISA .....	
TCLE.....	
TESTE QUATI.....	



Ribeiro, Patricia Oliveira (2011). Primeiras Crises Psíquicas Graves e a Tipologia de Jung: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado, Brasília, Universidade de Brasília.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal investigar, a partir das Teorias dos Tipos Psicológicos e dos Complexos de C. G. Jung, a existência de relação entre as manifestações dos fenômenos da função inferior e dos complexos com sofrimento psíquico grave e crises psíquicas do tipo psicótico. Como instrumentos de pesquisa para a identificação do tipo psicológico e da função inferior dos 10 (dez) sujeitos participantes, clientes atendidos pelo Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótico (GIPSI), foi utilizado o inventário psicológico do teste QUATI (Questionário de Avaliação Tipológica). Para a correção do teste usou-se o crivo de respostas e manual que o acompanham e para interpretação e discussão dos resultados nos apoiamos na teoria de C. G. Jung em combinação os métodos prospectivo sintético e de amplificação desenvolvidos por este autor. O tipo psicológico predominante encontrado na amostra foi o tipo sensação introvertido que se apresentou em 6 (seis) sujeitos e a função inferior intuição extrovertida destes seis sujeitos pode ser considerada como indicativo um de fator predisponente para crises psíquicas. Há indicação de que o tipo sensação introvertido tenha necessidade de vivenciar o sintoma psíquico para tomar consciência dos fatores inconscientes e que isso seja um recurso extremo do *Self* para integrar a função inferior com as demais funções e com o todo psíquico e direcionar o sujeito para o processo de individuação.

Palavras-chave: Tipos Psicológicos; Complexo; Função Inferior; Sofrimento psíquico grave; Individuação, Crise psíquica do tipo psicótico.

Ribeiro, Patricia Oliveira (2011). First Serious Psychic Crisis and Jung's Typology: an exploratory study. Master Degree Dissertation, Brasília, University of Brasília.

## **ABSTRACT**

This work aimed to investigate, based on the Theory of Psychological Types and Complexes of C. G. Jung, the existence of a relationship between the manifestations of the inferior function, the complex phenomena and the severe psychological suffering or psychological psychotic-like crises. The psychological inventory of QUATI (Typological Assessment Questionnaire) was used as a research tool for the identification of the psychological type and inferior function of ten participants of the Early Intervention in Psychotic-type First Crisis Group (GIPSI). For the evaluation of the test, the manual and answers of the QUATI psychological inventory were used and the interpretation and discussion of the results were based in the theory of C. G. Jung in combination with the prospective synthetic and amplification methods established by this author. The predominant psychological type in the group sampled was the introverted sensation type, which was represented by six clients. The inferior function extroverted intuition in this group could be considered as an indicative factor that predisposes the clients to psychological crisis. There is indication that the introverted sensation type has a need to experience psychic crises symptoms to be aware of unconscious factors and that this could be an extreme resource of the Self to integrate the inferior function with the other functions and to the psychic whole and also to direct the person to process of individuation.

**Key Words:** Psychological Types; Complex; Inferior function; Severe psychic suffering; Individuation; Psychological psychotic-like crises.

## INTRODUÇÃO

Foram várias as inquietações propulsoras e motivadoras deste trabalho. A primeira delas foi um incômodo constante que me acompanhou desde os tempos em que, numa clínica de saúde mental onde havia vários grupos terapêuticos e de atividades, eu atuava como estagiária. Ali, além dos grupos, participava de um curso de formação em saúde mental, mas ainda com pouca bagagem teórica ou prática, o que tinha a oferecer era a inteireza de minha presença, atenção e interesse verdadeiro pelos pacientes, suas histórias de vida e suas fantásticas produções imaginárias de toda ordem. Estas me intrigavam sobremaneira, e, a despeito de receber orientações prévias de que iria lidar com pacientes psiquiatricamente diagnosticados e que tais conteúdos consistiam em delírios psicóticos, com um *nonsense* implícito, minha escuta era plena e minha consideração investigava um sentido oculto a ser revelado, imbuído da resolução latente de cada caso, que eu insistia em perceber como indivíduo, ambos posicionamentos persistiram enquanto esforços pessoais e isolados.

No segundo contato com a saúde mental, integrei-me ao GIPSI – Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica – sob supervisão do professor Dr. Ileno Izído da Costa, localizado no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) do Instituto de Psicologia da UnB. Então, com o olhar sob as lentes da teoria junguiana, pretendia focar as crises do tipo psicótico sob o prisma da teoria dos complexos. No entanto, nas supervisões, durante o relato de atendimento de cada colega, pensamentos acerca da tipologia me inundavam a mente, de quais funções e atitudes pareciam estar atuando, ou ainda, que vivências se revelavam típicas da função inferior. Então optei por ampliar a abordagem, tomando a tipologia como ponto de partida, e sob tais auspícios, este trabalho prosperou.

Desde a antiguidade busca-se a classificar as atitudes individuais e os padrões de comportamento humano, a partir de suas semelhanças e diferenças, a fim de explicar e compreender as diversidades entre as pessoas. Um exemplo destes antigos sistemas de tipologia é a astrologia, que em sua base, classifica a personalidade e o comportamento humano pelos elementos terra, fogo, água e ar, que, em seu fundamento, simbolizam a sensação, a intuição, o sentimento e o pensamento respectivamente. Neste sentido, há analogias entre este sistema e o modelo tipológico de Jung, o qual distingue os tipos

psicológicos humano através das quatro funções da consciência, a sensação, a intuição, o sentimento e o pensamento, que representam o todo psíquico simbolizado sob o aspecto quaternário, que figura o *Self*. Associadas a um tipo de atitude, introvertida ou extrovertida, o modelo dos tipos psicológicos de Jung caracteriza essencialmente, a natureza da interface das trocas humanas entre os dois mundos, o interno e o externo, e com tudo que cada um contém. Um outro sistema antigo é o da tipologia fisiológica da antiga medicina grega, no qual os indivíduos eram classificados como coléricos, fleumáticos, sanguíneos ou melancólicos, com base nas secreções do organismo humano, bílis amarela, fleugma, sangue ou bílis negra.

Na contemporaneidade, vários pesquisadores buscam criar uma tipologia do ponto de vista científico, dentre eles é possível citar La Bruyère, Casare Lombroso, Ernerst Kretschmer e William Herbert Sheldon. As concepções científicas de tipologia podem ser classificadas em três grupos: Tipologia Somática, que se baseia na estrutura orgânica dos indivíduos; Tipologia Somatopsíquica, que se baseia na interações entre orgânico e psíquico e Tipologia Psíquica, baseada somente em aspectos psicológicos (Zacharias, 2003).

O modelo junguiano de tipologia é fruto de uma vasta e detalhada revisão histórica e um minucioso estudo comparado dos tipos até então abordados pela Literatura, pela Filosofia, pela Mitologia, pela Estética e pela Psicopatologia (Sharp, 1990). Somado a isso, como todas as demais formulações, Jung referenciou-se em sua prática clínica e pessoal, integrando esta teoria à sua própria concepção de estrutura e dinâmica psíquica, perfazendo um todo coerente e continuado, o que faz este modelo disponível e utilizável somente àqueles que já conhecem sua teoria e princípios que a permeiam e fundamentam, como o dinamismo de autoregulação consciente/inconsciente segundo os princípios da compensação e complementaridade, dos pares de opostos dos elementos constituintes da psique, energia psíquica, entre outros.

O modelo tipológico de Jung não se baseia em padrões humanos de comportamento, mas diz respeito ao direcionamento do movimento da energia psíquica e ao modo como cada indivíduo, preferencialmente ou habitualmente, se orienta no mundo (Sharp, 1990). Jung (1991) nos alerta que os indivíduos não manifestam os tipos puros, pois a psique é dinâmica e há elementos na configuração do inconsciente que interagem e interferem de maneira imprevisível e indeterminada. Ressalta ainda, que uma das facetas do homem é a conformidade, ou seja, o tipo psicológico, e a outra é a

singularidade, ou a totalidade de cada um. Mesmo porque, “o que os sistemas psicológicos definem e compreendem do comportamento humano não é a totalidade, mas uma compreensão mais aproximada do fenômeno psíquico” (Zacharias, 2003, p. 8).

Em relação à afirmação de Meier (1971) que a “individuação inicia e termina com a tipologia”<sup>1</sup> (p. 276), Mattoon (1981) esclarece que ele se referiu à tipologia no sentido de que este modelo não diz respeito simplesmente a padrões de indivíduos, mas à toda dinâmica da alma humana.

A despeito de Jung ter iniciado sua carreira como psiquiatra, atendendo pacientes com diagnóstico de *dementia preacox* ou esquizofrenia, ele preferiu entender a psique humana a partir da saúde, portanto elaborou sua teoria neste parâmetro, compreendendo a patologia como uma variação da saúde. Em suas próprias palavras Jung (1935) declarou:

Em 1906 iniciei uma relação com Freud que interrompi em 1913, depois de sete anos de colaboração devido a diferenças sobre pontos de vista científicos. Nossa separação ocorreu devido a questões de princípios, sobretudo o reconhecimento de que a psicopatologia não pode nunca basear-se exclusivamente na psicologia da enfermidade mental, que a restringiria ao patológico, senão que deve incluir a psicologia normal e toda a extensão da Psique. A medicina moderna se baseia no princípio de que a patologia deve ser estudada a partir do conhecimento esmerado da anatomia normal e da fisiologia. O critério segundo o qual nós estudamos a enfermidade não deve e não pode limitar-se à enfermidade em si mesma, como pensavam muitos médicos medievais. Deve basear-se na variação do normal. A enfermidade é uma variação do normal. As mesmas considerações se aplicam à terapia (p.357).

Perante este posicionamento magistral, é intenção deste trabalho, a partir dos parâmetros da psique sã, perfazer o percurso de uma possibilidade do sofrimento psíquico intenso e compreender os caminhos e os processos. O ponto de partida foi a tipologia de Jung e as funções da consciência, subsidiado pela teoria dos complexos, com a certeza da inevitabilidade de alcançá-los. Jung, ao contemplar os complexos com autonomia, propõe uma multiplicidade de consciência, com sua noção da dissociabilidade da psique em vários complexos, cada um com sua centelha (Jung, 2000). Neste sentido, Hall (1995) fez a seguinte analogia:

Cada complexo é dotado de um potencial de organização de uma personalidade completa, com maior ou menor grau de complexidade, de forma semelhante ao qual cada célula do corpo contém a informação genética *in potentia* para criação de um organismo humano completo (p.45).

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora desta dissertação.

Com a noção dos complexos e seu dinamismo, o trabalho segue seu curso.

A escolha do tema decorre da necessidade de refletir sobre a problemática do sofrimento psíquico grave e de alcançar um novo olhar e novas possibilidades de conhecimento e compreensão psicológica para além da psicopatologia e da psiquiatria tradicionais, que valorize e se atenha aos fenômenos psíquicos em suas manifestações. Esse novo olhar insere-se na perspectiva do processo de individuação, que é tornar-se a totalidade de si mesmo. Sob este prisma, nossas angústias, conflitos, sintomas e a própria loucura adquirem um novo sentido e razão de ser e ainda, novas possibilidades e desdobramentos mais positivos e prósperos.

O objeto de estudo deste trabalho é, no escopo da teoria de C. G. Jung, o modelo dos tipos psicológicos, mais especificamente, a função inferior e, complementarmente, a teoria dos complexos e do inconsciente, relacionando suas dinâmicas com as manifestações da função inferior e do sofrimento psíquico grave.

Esta pesquisa foi realizada com dez clientes em primeira crise do tipo psicótica que estiveram em acompanhamentos terapêuticos, pelo período mínimo de seis meses, realizados no GIPSI – Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica da Universidade de Brasília.

A hipótese deste trabalho é que a manifestação da intuição extrovertida de forma negativa e patológica ocorre quando há acentuação da unilateralidade da função superior sensação introvertida e se dá a nível psíquico. Consideramos possível conjecturar que a unilateralização acentuada da função superior sensação introvertida absorve um excesso de energia psíquica, e por conseguinte, gera um desequilíbrio no fluxo energético consciente/inconsciente. Neste contexto, a função inferior intuição extrovertida acaba por ficar sobregarregada no inconsciente e associada aos demais componentes inconscientes, como a sombra e os complexos. Uma vez matizada com tais conteúdos, pode gerar uma condição de conflito de intenções e culminar ocasionando uma dissociação consciente/inconsciente, potencializar e configurar uma desconexão ego-self a nível psíquico. Por conseguinte, seguindo o curso do exposto acima, o tipo psicológico sensação introvertido teria mais suscetibilidade ao sofrimento psíquico e manifestações de crises psíquicas. Em síntese, que a função inferior intuição extrovertida é um indicador de constituir um fator predisponente para a manifestação de crise psíquica.

Esta dissertação tem por objetivo geral investigar, a partir da teorias dos tipos psicológicos e dos complexos de C.G.Jung, a existência de relação entre as manifestações dos fenômenos da função inferior e dos complexos com sofrimento psíquico grave e crises psíquicas. E como objetivos específicos, identificar o tipo psicológico dos sujeitos da pesquisa, pacientes atendidos pelo GIPSI - Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica, e distinguir as funções superior e inferior, mediante a aplicação do teste QUATI; investigar os processos e mecanismos das manifestações de um complexo e da função inferior, tentar relacioná-los entre si e com as manifestações do sofrimento psíquico grave; problematizar a existência de relações diretas ou indiretas entre os complexos, a função inferior e o sofrimento psíquico grave e identificar se há uma função predisponente ao sofrimento psíquico grave e crises psíquicas e/ou um tipo psicológico mais suscetível a estas manifestações psíquicas.

Várias perguntas nos inquietaram, emergindo da questão central deste trabalho e reconhecemos de antemão que algumas destas, dentre outras que eventualmente se apresentem, ficarão sem respostas, dada a complexidade e amplo leque da problemática que envolve esta proposta.

O corpo deste trabalho está estruturado em três capítulos; no primeiro, apresentaremos a concepção de estrutura psíquica proposta por C. G. Jung, para introduzir uma compreensão ao seu pensamento e posteriormente discorreremos sobre a teoria dos Tipos Psicológicos propriamente dita, com o intuito de situar o contexto do trabalho.

O segundo capítulo aprofundará a concepção de Jung sobre o inconsciente pessoal, inconsciente coletivo, os arquétipos em sua dinâmica e interação com a consciência e ainda, suas diversas formas de manifestação.

No terceiro capítulo, temos o desafio de tentar lançar um outro olhar para a psicopatologia sob uma perspectiva mais psicológica e menos patológica, baseada na dinâmica do inconsciente e de seus componentes, proposta por Jung.

Na sequência apresentaremos os métodos utilizados nesta pesquisa e finalmente, as considerações finais, na qual traçamos o percurso do desenvolvimento das idéias em busca de um caminho para lidar com o intenso sofrimento psíquico humano.

Optamos por utilizar como instrumento o teste QUATI (Questionário de Avaliação Tipológica).

De acordo com Meier (1971), é importante a utilização de testes em trabalhos acadêmicos nas universidades, pois:

Psicólogos acadêmicos estão certos em querer as coisas lhes sejam mostradas estatisticamente, e somos nós Junguianos que temos o ônus de mostrar-lhes que nossas idéias suportam testes. Só assim o inconsciente pode ser re-introduzido em uma discussão científica. E nós poderíamos ter as cadeiras das universidades representadas por Junguianos, e os Junguianos poderiam ter seus próprios institutos, seus assistentes, estudantes de sua população, sua fundos, suas estatísticas, seus computadores e uma elevada discussão dinâmica e viva ao invés da estagnação científica na qual pairamos nos últimos anos (p. 284)<sup>2</sup>.

Acreditamos que as inferências alcançadas neste trabalho poderão contribuir para o melhor entendimento das indagações nele levantadas e tenderão a apontar novas perspectivas e possíveis caminhos para compreensão da pluralidade de sentido das expressões destes fenômenos do sofrimento psíquico e ainda, que poderão favorecer a clínica psicoterápica propiciando novas possibilidades de entendimento e recursos terapêuticos. É possível que possam beneficiar os indivíduos que passam por esse tipo de sofrimento, que poderão ser percebidos sob uma ótica mais integral e salutar na compreensão de suas vivências e, principalmente, que poderão colaborar no autoconhecimento e no desenvolvimento posterior destes indivíduos, sendo esta a nossa maior e mais positiva expectativa e motivação.

---

<sup>2</sup> Tradução livre da autora desta dissertação.



# 1. TIPOS PSICOLÓGICOS

## 1.1. A Estrutura da Psique

Como é do conhecimento da área, o psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), pesquisador e estudioso da psique humana, que deixou um legado vanguardista em sua obra extraordinariamente fecunda e multidimensional.

Para Jung, a psique não é menos real do que o corpo. Apesar de não poder ser tocada, pode ser direta e plenamente experimentada e observada. Tem existência própria, é estruturada e governada por leis igualmente próprias e é dotada de meios particulares de expressão. Tudo o que sabemos do mundo ou do nosso próprio ser, vem a nós através da mediação da psique. Este autor adota uma abordagem psicológica e baseia-se em seu conhecimento profundo da realidade psíquica, de modo que “sua obra não é uma teoria abstrata nascida do intelecto especulativo, mas uma estrutura totalmente sustentada sobre o firme alicerce da experiência” (Jacobi,1973).

Inicialmente, vamos apresentar o modelo psíquico concebido por Jung de forma superficial, porém panorâmica, por considerarmos ser basilar para a compreensão, contextualização e desenvolvimento do tema específico deste trabalho.

O modelo psíquico concebido por Jung é constituído basicamente por duas instâncias: o inconsciente e a consciência. Ele utiliza o termo inconsciente tanto para descrever conteúdos inacessíveis ao ego, quanto para delimitar um lugar psíquico com caráter, leis e funções próprias. Para ele há dois tipos de inconsciente: o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo (Jung, 2000).

Assim, Jung revelou que há um substrato uniforme e homogêneo da psique, o inconsciente coletivo, o qual predispõe e condiciona os instintos, os fundamentos filogenéticos e as bases estruturais da psique comuns a todos os seres humanos. Assim, o inconsciente coletivo corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, aos substratos fundamentais e estruturais da psique, de dimensão universal, impessoal e comum a todos os homens, herdados e que nos ligam à toda humanidade (Whitmont, 1985).

Segundo Jung (2003), inconsciente coletivo é o repositório da herança e possibilidades psíquicas do homem, ou seja, o somatório de consciência coletiva e

disposições latentes inatas para um funcionamento psíquico análogo, que transcendem as diversidades culturais.

Os elementos estruturais do inconsciente coletivo são denominados por Jung de arquétipos ou imagens primordiais. “Desde as remotas eras, o modo inato de *agir* vem designado como *instinto*; o modo ou forma de apreensão psíquica do objeto propus denominá-lo *arquétipo*” (Jung, 1991, p. 356).

Segundo Neumann (1990), arquétipos são as formas pictóricas dos instintos, uma vez que o inconsciente se revela à mente consciente em imagens que, tal como nos sonhos e fantasias, dão início ao processo de reação e assimilação consciente. No empenho de esclarecer o conceito de arquétipo, Neumann faz uma analogia:

Como órgãos da estrutura da psique, os arquétipos se articulam uns com os outros da mesma forma autônoma que os órgãos físicos e determinam a maturação da personalidade de maneira análoga à ação dos componentes hormonais na constituição física (p.14).

O inconsciente pessoal diz respeito às camadas mais superficiais do inconsciente, cujas delimitações com o inconsciente coletivo e com a consciência são um tanto tênues, indefinidas e permeáveis. É também denominado de psique subjetiva por ser relativo à dimensão pessoal do indivíduo. Seus conteúdos constituem-se de elementos diversos, perfazendo o conjunto de todas as aquisições, fatos e experiências que fizeram parte da história de vida do indivíduo e que foram esquecidos e perdidos na memória. Abrange o subliminarmente percebido, tudo que foi sentido, pensado, desejado, reprimido, recordações penosas, representações providas de intensa carga afetiva, insustentáveis e inaceitáveis pela atitude consciente ou incompatíveis com ela. São elementos que não possuem energia psíquica suficiente para permanecerem no campo da consciência, entretanto, podem adquirir a energia necessária para emergirem na forma de lembranças, sonhos, fantasias, devaneios e lapsos (Jung, 2003).

No inconsciente pessoal também se encontram características e qualidades tanto positivas quanto negativas inerentes à personalidade que são desconhecidas ou não reconhecidas pelo “eu”, uma faceta obscura e oculta (Jung, 2004).

Jung (1991) assevera que a consciência é a função da atividade que mantém a relação de conteúdos e fatos psíquicos com o ego, sendo simultaneamente um campo e um instrumento que provê o contato do sujeito com o seu mundo interior, os diversos

conteúdos e processos psíquicos internos, e com o mundo exterior, meio ambiente e social. Nela acontecem os fenômenos de percepção intrínseca e extrínseca (Jung, 2004).

Ao contrário de Freud, que concebe o inconsciente como derivado de conteúdos esquecidos e reprimidos do consciente, Jung (2004) considera a questão pelo seu reverso: “coloco o inconsciente como um elemento inicial, do qual brotaria a condição consciente” (p.6).

Para um conteúdo psíquico ser ou se tornar consciente é imprescindível que se relacione com o ego, o centro da consciência e responsável pela identidade, ou seja, pela noção de um “eu”, pela percepção de possuir um corpo, uma existência continuada que persiste no tempo e espaço, que registra representações na memória pessoal e medeia a adaptação e a orientação do indivíduo aos mundos interno e externo (Jung, 2004).

O termo ego refere-se à experiência que a pessoa tem de si mesma como um centro de vontade, de desejo, de reflexão e ação (Stein, 1998). É um conjunto de vários elementos formando, porém, uma unidade coesa o suficiente para exercer referência de continuidade e de identidade consigo mesma e, devido à multiplicidade elementos constituintes, utiliza a expressão *complexo do ego* em vez de ego simplesmente. Jung (1998) apresenta a seguinte definição:

Entendemos por ego aquele fator complexo com o qual todos os conteúdos conscientes se relacionam. É este fator que constitui, por assim dizer, o centro do campo da consciência, e dado que este campo inclui também a personalidade empírica, o ego é o sujeito de todos os atos conscientes da pessoa (p. 1).

Neste mesmo escrito, Jung afirma que relação de qualquer conteúdo psíquico com o ego funciona como critério para saber se este último é consciente, pois não há conteúdo consciente que não se tenha apresentado antes ao sujeito. Os conteúdos psíquicos não reconhecidos pelo ego são inconscientes.

O ego emerge do inconsciente e dele deriva a partir da diferenciação do seu cerne, entidade que Jung (2003) chamou de *Self* e posteriormente, de *si-mesmo*, o princípio ordenador e integrador da personalidade inteira, sendo concomitantemente a psique *in toto*, ou seja, a totalidade da psique que abrange a consciência e o inconsciente, e o centro dessa totalidade assim como o ego é o centro da consciência. Nesta concepção, o *Self* é a fonte e origem de onde provêm todas as diversas partes que compõem a psique.

É-nos estranho e, no entanto, próximo; sendo plenamente o que somos, é incognoscível, um centro virtual de misteriosa constituição (...) Os primórdios de toda a nossa vida psíquica parecem surgir inextrinsecavelmente deste ponto e as metas mais elevadas e derradeiras parecem dirigir-se a ele (Jung (2003, p.112).

Ramos (1994) compartilha desta idéia:

O ego, ao nascer está imerso na totalidade do Self, sem haver discriminação entre o eu e o não-eu. O estado pré-egóico é o estado paradisíaco, unitário, não dividido. O surgimento da consciência vem da ruptura dessa totalidade indiscriminada. Lentamente, os conteúdos do inconsciente vão se separando e formando a consciência (p.14).

Etimologicamente, consciente (*conscious*) deriva de *con* ou *cum*, que significa “com” ou “juntamente com”, e *scire* “saber” ou “ver”. Segundo Edinger (1984), tem a mesma derivação de *conscience* (consciência moral), assim o sentido radical de consciência é “conhecer com” ou “ver com” um “outro”, em ambas acepções. Em contrapartida, a palavra ciência, que também deriva de *scire*, significa apenas e simplesmente conhecer. “A consciência é a experiência de *conhecer juntamente com um outro*, isto é, num contexto de dualidade” (p.34).

Neumann (1995) afirma que o ato de cognição, de discriminação consciente divide o mundo em opostos, pois a experiência do mundo só é possível através dos opostos. Assim a consciência ao distinguir os pares de opostos, separa o eu do não eu, o sujeito do conhecimento separa-se do objeto do conhecimento, tornando possível o ato de conhecer. “A experiência de “ser diferente”, que é o fato primário da consciência do ego e ocorre sob a luz crescente da alvorada da discriminação, divide o mundo nos opostos de sujeito e objeto” (p.91).

Edinger (1987) assevera que, em relação aos opostos sujeito e objeto;

sempre que se vivencia um conflito entre atitudes contrárias, ou quando um desejo ou idéia pessoal está sendo contestado por um “outro”, seja de dentro ou de fora, existe a possibilidade de criar um novo aumento de consciência. (...) Cada vez que o ego se identifica com um dos lados do par de opostos, o inconsciente confronta o sujeito com o contrário (p. 18).

Assim, a consciência possibilita a individualização do homem perante aos objetos mediante uma diferenciação, permitindo-o reconhecer-se como uma imagem separada. A consciência se desenvolve separando sujeito de objeto, sustentando a

relação do ego com conteúdos psíquicos pertencentes tanto ao mundo externo quanto ao mundo interno. Esta relação é, essencialmente, de adaptação e orientação.

Para Jung (2004), a consciência é dotada de certo número de funções, que a orienta no campo dos fatos ectopsíquicos e endopsíquicos. O sistema psíquico que relaciona os conteúdos da consciência com os fatos e dados externos, originários do meio ambiente, com os quais se entra em contato através das funções sensoriais e que concerne à manipulação dos fatos exteriores, foi denominada por Jung de ectopsique. Já o sistema que relaciona a consciência com conteúdos e processos interiores que ocorrem no inconsciente foi chamada de endopsique (Zacharias, 1995; Jung, 2004).

Por constituir parte do conteúdo do sistema de tipos psicológicos desenvolvido por Jung, a ectopsique será detalhada adiante.

## **1.2-Tipos Psicológicos de Jung**

Jung, partindo de amplas revisões históricas, de estudo detalhado sobre tipos que constam da literatura, da Mitologia, da Filosofia, da Estética, da Psicopatologia (Sharp, 1987) e, principalmente, de observações empíricas fundamentadas em 20 anos de pesquisa, trabalho e experiência na prática clínica como médico psiquiatra, evidenciou e constatou diferenças individuais na psique humana. Baseado nestas verificações, elaborou e desenvolveu um sistema de tipologia psicológica, que culminou na publicação do livro “Tipos Psicológicos”, em 1921.

Esta obra tornou-se polêmica por questionar e refutar a homogeneidade da psique humana, uma vez que o meio acadêmico cientificista reducionista da época tratava e estudava a psique em suas generalidades, pois havia a pretensão de se chegar a categorias universais fundamentadas na suposição da existência de certo um isomorfismo psíquico humano.

Diante das teorias de Freud e de Adler, Jung (1991) percebe que ambos vêm a neurose de modo diverso, embora tenham partido de um mesmo material de experiência e que cada um valoriza aquilo que corresponde à sua característica pessoal. E, como a peculiaridade de cada um faz enxergar as coisas de modo diferente, desenvolvem opiniões e teorias totalmente distintas. Freud, na qualidade de extrovertido, percebeu que seus pacientes eram dependentes de objetos significativos, primordialmente os pais e concede ao objeto extrema importância, papel essencial na força determinante do

comportamento humano e prioriza-o em sua teoria, que é mais extrovertida, e passa a falar de relações objetais (Sharp,1987). Enquanto o sujeito se torna surpreendentemente insignificante, cujo status não ultrapassa ao de uma fonte do desejo de prazer ou uma “morada do medo” (Whitmont, 1990).

Para Adler, na qualidade de introvertido, a ênfase está no sujeito que, mediante sua vontade, busca segurança, quer afirmar sua superioridade e hegemonia sobre o objeto, seja este qual for. Há uma supervalorização do sujeito em detrimento ao objeto, cujas características e significação se reduzem substancialmente. (Whitmont, 1990).

Perante esta constatação, Jung parte do que se tornou uma evidência para ele: as pessoas reagem de maneira diferente diante de uma mesma situação. Surgiu, então, a idéia de que existiam duas formas distintas de atitude psíquica do sujeito em relação ao objeto, as quais ele chamou de extroversão e introversão e que originou a formulação do modelo dos tipos psicológicos.

### **1.2.1. Introversão e Extroversão**

Tipos que são classe ou grupo de pessoas com padrão semelhante de reação às experiências externas e internas e determina a forma de atitude psíquica geral perante tais eventos.

Introversão e extroversão como tipo de atitudes significam um preconceito que condiciona todo o processo psíquico, porque estabelecem o modo habitual de reação e, portanto, determinam não apenas o modo de agir, mas também, o modo de ser da experiência subjetiva e o modo de ser da compensação pelo inconsciente” (Jung, 1991, p.492).

Na atitude de extroversão ocorre um movimento da energia psíquica em direção ao objeto, ou seja, a consciência, onde o interesse e atenção da pessoa estão, predominantemente, dirigidos para objetos, circunstâncias e ambiente externos, possibilitando que o mundo exterior se torne, simultaneamente, orientador e campo de ação das experiências pessoais, sendo as características desse ambiente determinantes sobre os aspectos subjetivos da experiência (Zacharias, 1995).

Segundo Jung (1991), o agir do extrovertido se refere explicitamente a condições objetivas e se este agir não for apenas reativo frente aos estímulos ambientais, tem sempre um caráter de adaptação às circunstâncias e se situa nos limites do dado objetivo, espaço suficiente e adequado. As leis morais do agir coincidem com as

exigências da sociedade, isto é, com a concepção moral válida e vigente. No entanto, esta rígida determinação por fatores objetivos não significa, exatamente, uma adaptação perfeita ou ideal às condições de vida em geral. E ainda, se o dado objetivo e condições externas, embora válidos forem “anormais” ou anômalas, um indivíduo a eles ajustado, compartilha deste estado anormal e pode até prosperar neste contexto, mas tem ajuste e não adaptação. “O puro e simples ajustamento é o limite do tipo extrovertido” (p.320).

Jung (1991) trás a idéia de que a ‘normalidade’ do extrovertido ocorre em função da relativa efetividade da sua adaptação às circunstâncias e expectativas do meio ambiente. Por outro lado, o extrovertido tem pouca consideração no que se refere à realidade de suas necessidades subjetivas, sendo este justamente seu ponto fraco. Até o mais notório de todos os fatos subjetivos, ou seja, a saúde do corpo é desconsiderada ao ponto de não serem satisfeitas e atendidas as necessidades mais elementares e indispensáveis ao bem estar físico. Muitas vezes, a atenção para esta situação só é desperta pela manifestação de um sintoma físico grave. Jung (1991) aponta que

O perigo do extrovertido reside em ser atraído para dentro do objeto e lá perder-se completamente. As perturbações corporais que daí se originam, sejam funcionais (nervosas) ou reais, têm um significado de compensação, pois forçam o sujeito a um autofechamento involuntário. Se forem funcionais, os sintomas podem exprimir, pela natureza que lhes é própria, simbolicamente, a situação psicológica (p.321).

Na introversão acontece o inverso, o movimento da energia psíquica ao fluir naturalmente em direção ao sujeito, possibilita que o foco das experiências pessoais ocorra na impressão causada pelos fatos externos, frente ao sujeito. Assim, o sujeito dirige a sua atenção e interesse para o seu próprio mundo interno de subjetividade, emoções, pensamentos e imagens, ou seja, os seus processos internos acionados pelos objetos (Zacharias,1995).

A consciência introvertida vê as condições externas, mas escolhe as determinantes subjetivas como decisivas. Por isso este tipo se orienta por aquele fator da percepção e conhecimento representativo da disposição subjetiva que acolhe a excitação sensorial. Duas pessoas vêem o mesmo objeto, (...) abstraindo da diferença de acuidade dos órgãos sensoriais e da equanimidade pessoal, verificam-se muitas vezes diferenças profundas, tanto em espécie quanto em grau, na assimilação psíquica da imagem percebida. Enquanto o extrovertido se apóia principalmente naquilo que provém do objeto, o introvertido se baseia em geral no que a impressão externa constela no sujeito” (Jung, 1991, p.354).

Para Jung (1991), todo conhecer tem um sujeito, um “eu conheço”, fórmula que exprime a limitação subjetiva de qualquer e todo conhecer e, para ele, isso se aplica igualmente no que se refere às funções psíquicas: “possuem um sujeito que é tão indispensável quanto o objeto” (p. 355).

O autor entende por fator subjetivo a ação ou reação psicológica que, sob a influência do objeto, se funde num novo estado psíquico. Considera que este fator subjetivo é uma realidade tão firme quanto o objeto externo, “um dado tão inexorável quanto a extensão do mar e o raio da terra” (p355) e que exige ser considerado uma grandeza que determina o mundo, sendo a outra lei do mundo. E afirma que quem nele se baseia, está baseado em tão grande certeza, duração e validade como aquele que se apóia no objeto.

Adverte, porém, que assim como o objeto e o dado objetivo estão sujeitos à caducidade e causalidade, também o fator subjetivo está sujeito à mudanças individuais e seu valor deve ser relativizado, pois o excessivo desenvolvimento do ponto de vista introvertido pode levar a uma subjetivação artificial da consciência, à qual não poderia se eximir de ser qualificado como “puramente subjetivo”.

Neste mesmo texto, Jung esclarece que a atitude introvertida se orienta pela estrutura psíquica dada, em princípio, pela hereditariedade, que é uma grandeza inerente ao sujeito, mas que não se deve identificá-la simplesmente com o “eu do sujeito”, pois ela é uma estrutura psíquica anterior a qualquer desenvolvimento de um eu. Assim, o sujeito que está na base, ou seja, o si mesmo, o qual abarca também o inconsciente, é muito mais abrangente do que o eu, que é essencialmente o ponto central da consciência. Existe, no entanto, o risco do introvertido confundir o seu eu com o si mesmo, elevando o primeiro a sujeito do processo psíquico. Tal fato consumaria uma subjetivação mórbida, podendo levar ao egocentrismo exagerado ou até a uma inflação do ego.

Sharp (1987) evidencia que o principal fator para determinar o tipo não é exatamente o que a pessoa faz, mas antes a motivação para fazê-lo. É relativo à direção rumo a qual a energia dessa pessoa flui natural e espontaneamente: para o extrovertido, o objeto é interessante e atraente, ao passo que o sujeito ou a realidade psíquica que é de sumo interesse para o introvertido.

O conceito de libido ou energia psíquica que permeia a obra de Jung é basilar em seu modelo psíquico bem como no sistema de tipos psicológicos. A teoria junguiana da



libido conceitua, em termos abstratos, as relações dinâmicas entre as várias partes da psique (Stein, 2000).

Jacobi (1973) explica que libido significa a força total que pulsa através de todas as formas atividades do sistema psíquico e estabelece comunicação e relação entre eles.

O termo libido é originário da palavra latina *libere*, e significa “ter vontade de” (Grinberg, 1997).

Para Freud, o termo libido refere-se à energia psíquica vital e ele atribui à sexualidade caráter de fonte primária dessa energia, sendo a base do movimento psíquico bem como dos conflitos psicológicos, das perturbações do ego e das enfermidades mentais. (Stein, 2000). Freud equiparou a libido ao instinto sexual (Grinberg, 1997).

Jung retirou a conotação eminentemente sexual da libido, libertando a energia vital de uma definição restrita e reducionista, atribuindo-lhe aplicação e sentido bem mais amplo. A partir da concepção de vontade de Schopenhauer, Jung utilizou o termo libido para referir-se a vários impulsos psíquicos, sendo que a libido sexual constitui apenas um dentre os vários ramos da vontade ou força vital mais genérica. A palavra libido foi por ele substituída, posteriormente, pela expressão “energia psíquica” (Stein, 2000).

Há vários canais através dos quais a energia psíquica pode fluir e se expressar: o moral, biológico, psíquico, profissional, espiritual, familiar, social, além de todas as formas patológicas que vão dos sintomas de adoecimento físicos até os psíquicos, ou seja, tudo é expressão energética, inclusive as produções criativas, artísticas e também as produções científicas, que demandam muito investimento energético e pessoal (Magaldi, 2006, p.144).

Segundo o ponto de vista junguiano, o sistema psíquico é autoregulador e opera mediante um fluxo constante e dialético de energia entre o consciente e o inconsciente, havendo trocas e compensações relativas a valores e potenciais. O inconsciente pode atuar de forma espontânea, ativando certas quantidades de energia psíquica elevando o potencial destes no mesmo grau em que o ego perde energia ao seu dispor, forçando a entrada de conteúdos inconscientes na consciência. Por outro lado, certas quantidades de energia psíquica podem desaparecer por completo da consciência, ressurgindo no inconsciente. É o que acontece na repressão (Grinberg, 1997). Esta é a lei da conservação da energia aplicada à psique. A energia não desaparece do sistema, mas da consciência (Whitmont, 1990).

Energia psíquica nada mais é do que a intensidade do processo psíquico, seu valor psicológico, que só pode ser determinada por manifestações psíquicas e seus efeitos. Tal como o análogo termo energia na física, os termos libido e energia psíquica são empregados como uma abstração que expressam as relações dinâmicas, com base em um postulado teórico que é confirmado na experiência (Jacobi, 1973, p. 52).

Jung (2004) comenta:

A energia, em si, não é boa nem má, nem útil, nem prejudicial, mas neutra, posto que tudo depende da *forma* como a energia é aplicada. A forma é que dá qualidade à energia. Mas, por outro lado, a forma sem energia também é neutra. Para que se produza um valor verdadeiro, é indispensável que haja energia, de um lado, e, de outro, o valor da forma (Jung, 2004, p.39).

Retomando a questão dos tipos psicológicos, a experiência clínica de Jung lhe mostrou que mesmo os indivíduos classificados dentro de um mesmo tipo genérico de introversão ou extroversão apresentam profundas diferenças entre si. Isto o levou a concluir que há uma segunda variável que distingue os elementos de um mesmo grupo, e esta variável foi identificada como a função da consciência predominante em cada indivíduo.

### **1.2.2. As Funções Psicológicas da Consciência**

Jung (1991) concebe por função psicológica certa forma psíquica de atividade que, em princípio, permanece idêntica sob condições diversas e sob o ponto de vista energético. É uma forma de manifestação da libido. As funções são concebidas como operações da consciência realizadas por intermédio do ego e revelam como a consciência funciona em relação a si mesma, às outras pessoas, às coisas e às situações. As quatro funções descritas por Jung correspondem a quatro maneiras arquetípicas de organizar e sofrer a vida (Von Franz; Hillman, 1990).

Para Jung estas funções, que consistem na estrutura quádrupla básica da ectopsique, são a sensação/percepção, a intuição, o pensamento e o sentimento (Jung, 1991, 2004; Sharp, 1990) e a mente não nasceu *tabula rasa* Jung (2000). À semelhança do corpo, tem suas predisposições individuais, sobretudo o padrão de comportamento e se manifestam nos padrões sempre recorrentes das funções psíquicas.

Os conteúdos ectopsíquicos da consciência derivam, em princípio, do ambiente, e são recebidos através dos sentidos. Podem também provir de outras fontes, como a memória e os processos de julgamento, que pertencem aos setores endopsíquicos. Uma terceira fonte de conteúdos conscientes seria o lado obscuro da psique: o inconsciente. É possível uma aproximação deste através das propriedades das funções endopsíquicas, funções que não se encontram sob o domínio da vontade. As funções psicológicas são o veículo através do qual os conteúdos inconscientes atingem a superfície da consciência (Jung, 1983).

Sensação e intuição são funções de percepção, enquanto que pensamento e sentimento correspondem a funções de julgamento. Jung (1991) classificou as funções perceptivas como irracionais, pois objetivam mera percepção. Através delas uma situação é apreendida diretamente, sem a mediação de um julgamento, interpretação ou avaliação e devem ser desprovidas do racional para chegarem a uma percepção completa de todo o porvir.

Não há outra solução a não ser reconhecer o irracional como função psíquica necessária, porque sempre presente, e considerar seus conteúdos, não como realidades concretas (o que seria um retrocesso), mas como realidades psíquicas – realidades, uma vez que são atuantes, são verdadeiras (Jung, 2004, p. 86).

Já as funções de julgamento são classificadas como racionais porque são influenciadas pela reflexão ou uma consideração prévia, que estabelece o modo de tomada de decisões (Lessa, 2003). Segundo Jung (2001) realizam sua finalidade quando concordam plenamente com as leis da razão.

Jung (2004) define que as funções que formam o par racional ou o irracional, necessariamente se contrapõem, formando um par em oposição, composição tal que as impedem de funcionarem simultaneamente. Os dois eixos de pares em oposição são perpendiculares entre si. Assim, a sensação se contrapõe à intuição, bem como o pensamento se contrapõe ao sentimento. Esta composição configura o que ele denominou de “a cruz das funções”.

Antecedendo as demais, a sensação ou o sensualizar, é a função psicológica que proporciona a percepção de um estímulo físico (Jung, 1991). Corresponde à soma total das percepções dos fatos externos, objetos e pessoas advindas através dos cinco órgãos dos sentidos. É através dessa função que detectamos que algo existe. É a função do real e trás aquilo que denominamos experiência da realidade (Whitmont, 1985). No entanto,

relaciona-se também com os estímulos internos pelo “sentido do corpo” como as sensações cinestésicas, vasomotoras e representa ainda, os instintos fisiológicos, distinguindo-se destes enquanto apenas função perceptiva. É elemento da representação, pois fornece a imagem percebida do estímulo externo e, por outro lado, é elemento do sentimento, pois dá a este o caráter de afeto através das percepções das transformações corporais (Jung, 1991).

Esta percepção sensorial pode ser concreta ou abstrata. A sensorial concreta abrange as formas já descritas, à percepção sensorial imediata, reativa, usualmente matizada com representações, sentimentos e pensamentos. Já a abstrata, refere-se uma percepção mais pura e diferenciada, “estética”, elaborada, que considera a vontade dirigida, a qual corresponde ao ato de exprimir e aplicar uma atitude estética à percepção. A sensação abstrata é própria dos artistas (Jung, 1991).

Uma pessoa que orienta sua atitude global pelo princípio da sensação de forma habitual e contínua pertence ao *tipo sensação*.

Intuição é a função psicológica que apreende a percepção via inconsciente. Vem de *intueri*, que significa olhar para dentro. Conteúdos internos, externos e suas relações, tudo pode ser objeto da intuição. A função intuição está associada a percepções subliminares e sutis que escapam à consciência, apreensão instintiva via inconsciente (Jung, 1991). Corresponde aos pressentimentos, impressões, palpites e busca os significados, as relações e as possibilidades gerais e futuras da informação recebida (Lessa, 2003).

A função intuição pode se manifestar de forma subjetiva, objetiva, concreta ou abstrata. Na forma subjetiva, a percepção de fatos inconscientes é proveniente essencialmente do próprio sujeito, enquanto que na objetiva provém dos objetos e dos pensamentos e sentimentos subliminares que evocam. Já a concreta é um processo reativo porque resulta dos fatos dados e se baseia na percepção referente à realidade das coisas, enquanto a abstrata necessita de certo elemento diretivo, uma vontade ou intenção e pode estar relacionada a idéias (Jung, 1991).

Jung (1991) diz que a função pensamento, de acordo com suas próprias leis, faz a conexão de conteúdos de representação a ela fornecidos. Nomeia e conceitua os objetos, estabelece a relação lógica e conceitual entre fatos e dados percebidos, compondo o processo cognitivo. De uma forma sintética, essa função exprime o que um objeto é (Jung, 1998). Quando essa função é utilizada, julga-se o objeto percebido

baseado em leis gerais aplicáveis às situações, sem levar em conta a interferência de valores pessoais, ou seja, analisa-se racionalmente um fato sem considerar seu valor afetivo (Lessa, 2003).

Para Jung (1991), a função pensamento pode ser ativa ou passiva. No pensamento ativo há uma subordinação dos conteúdos de representação a um ato voluntário de julgamento. É um agir da vontade, tende a ser uma atividade consciente e volitiva. Corresponde ao que ele chama de pensamento dirigido, que por sua vez, é o exercício do intelecto, o qual ordena em conceitos os conteúdos das representações segundo o pressuposto das normas racionais das quais se tem consciência. A reflexão ativa, por um lado, estabelece sequências ordenadas entre fatos observados e é, neste sentido, um impulso arquetípico em direção à ordem e ao significado (Whitmont, 1985). Por outro lado, nesta abordagem, a causalidade lógica impõem-se aos fatos dados, o que propicia dificuldade ao lidar com sequência de fatos que Jung denominou não causais, acausais ou sincronísticos. Sincronicidade, de forma sintética, é a relação entre dois ou mais eventos significativamente coincidentes e necessariamente concebidos como acausais, ou seja, não têm relação direta de causa e efeito.

Jung (1991) coloca que o pensamento passivo é um acontecer, sendo pois, comparativamente inconsciente e com uma relação relativamente tênue com a atividade do ego. É uma disposição de conexões conceituais que podem se contrapor tanto às intenções do sujeito quanto à sua orientação finalista, ainda que posteriormente esta orientação possa ser reconhecida, o que o levou a denominá-lo também de pensamento intuitivo. Pode ocorrer de forma autônoma, no sentido de que assume a forma de fantasias associativas inconscientes (Whitmont, 1985).

Jung (1991) menciona ainda o pensamento sentimental, o qual não segue o seu próprio princípio lógico e racional, estando subordinado ao princípio do sentimento. Neste, as leis da lógica estariam apenas aparentemente disponíveis, estando, na verdade, abolidas em favor das intenções do sentimento.

O indivíduo que, habitualmente, orienta sua atitude geral pela função pensamento, é do *tipo pensamento*.

Hillman (1995) estudou profundamente a função sentimento e ministrou várias palestras, as quais foram compiladas e publicadas. Ele descreve a função sentimento como sendo um processo psicológico que avalia e que deve organizar racionalmente as percepções, tal como o pensamento, mas difere deste, que utiliza relações conceituais,

por utilizar critérios valorativos em seus julgamentos. Por seu intermédio, pessoas, situações, objetos e momentos são apreciados em termos de valores pessoais, sendo assim, um julgamento de valores subjetivos.

Esta função, num nível primitivo, é uma reação essencialmente redutiva do tipo “sim-não”, gostar-desgostar, aceitar-rejeitar. Mas, com o seu desenvolvimento e diferenciação, forma-se uma apreciação sutil num sistema de escala de valores e o julgamento via sentimento se torna cada vez mais refinado e apoiado numa hierarquia racional, seja no domínio do sentimento estético (belo-feio), moral (bom-ruim), humano (amor-ódio) ou biológico (atração-repulsão), registrando a qualidade e o valor específico das coisas a partir de uma maior exploração e amplificação. Ao fazer julgamentos, a função sentimento pesa valores, compara nuances, qualidades e tons, avalia a importância dos elementos e a partir do montante que apura, toma decisões. No entanto, para tal, é condição necessária que haja uma estrutura de memória sentimental, um conjunto de valores com o qual se possa relacionar o evento e, quanto mais diferenciado e rico este conjunto de valores, mais lento pode ser o processo do sentimento (Hillman,1995).

Segundo Jung (1991), a valorização pelo sentimento estende-se a todos os conteúdos da consciência. Aumentando a intensidade, surge um afeto, isto é, um estado sentimental com inervações corporais sensíveis, ou seja, um sentimento concreto, misturado com outros elementos funcionais - neste caso, com sensações, sendo por ele denominado de sensação sentimental, entendendo-se com isso, uma fusão inseparável do sentimento com elementos da sensação.

É importante distinguir deste, o sentimento abstrato, o qual sobreleva-se às diferenças de conteúdos individuais, sendo mais geral e objetivo o valor atribuído.

Jung (1991) considerara o sentimento uma função da índole e dele distingue a sensação e o pressentimento ou intuição, embora as pessoas, usualmente, utilizem o termo “eu sinto” para se referirem a estas três modalidades de função de forma bastante indistinta. “A função do sentimento desenvolvida é a razão do coração, que a razão da mente não compreende muito bem” (Hillman, 1995, p. 132).

Assim, o indivíduo que orienta sua atitude global pela função sentimento, é do tipo sentimento.

### **1.3- O modelo de tipologia concebido Jung**

#### **1.3.1- O conceito de função principal e função auxiliar**

O tipo psicológico, segundo a concepção de Jung, corresponde a uma disposição geral que se apresenta nos indivíduos, caracterizando-os quanto ao temperamento, interesses, preferências e habilidades. Neste modelo além de conceituar as duas formas de atitude psíquica, introversão e extroversão, Jung também constatou que, apesar de todas as pessoas possuírem constitucionalmente todas as quatro funções, que as possibilitam se orientarem em relação ao mundo imediato tão plenamente quanto podem localizar determinado local geográfico pela latitude e longitude, a experiência mostra que em cada indivíduo predomina uma das funções (Jung, 1991). Esta função, que a constituição individual naturalmente determina qual é, geralmente sofre um desenvolvimento e diferenciação mais pronunciados e se torna a função dominante, também chamada de função superior ou principal, a qual atribui direção e qualidade à atitude consciente e está sempre disponível à vontade consciente pessoal (Wolff, 1959).

Este desenvolvimento e diferenciação da função principal, quando se dá instintivamente e de modo natural, segundo a disposição inata do indivíduo, ocorre em decorrência do “acento numinal” disposto pela pessoa frente às ocorrências da vida. Este termo, erigido por Jung, significa uma força atrativa e compulsiva que se traduz em qualidades positivas de importância e valor que, nos processos psíquicos, exerce papel preponderante, condicionador e orientador.

Assim, durante o desenvolvimento psíquico, face ao “acento numinal” e sua força atrativa, uma das atitudes se torna preferida e mais exercida pelo indivíduo, diferenciando-se, e assim torna-se a função principal, a qual, em virtude de seu maior uso pela prática habitual, vem a ser a função mais habilidosa, confiável e proficiente para funcionar no mundo e se adaptar a ele (Jung, 1991).

Podemos sintetizar o tipo psicológico como sendo constituído por uma forma de atitude, introversão ou extroversão e por uma função principal, sensação, intuição, pensamento ou sentimento. Quando dispostas em diagrama, as quatro funções formam uma cruz, com um eixo racional incidindo perpendicularmente sobre o eixo irracional.

No entanto, apesar de ter elaborado seu modelo tipológico baseado na atitude da função dominante, o que caracterizava os tipos psicológicos como puros, na sua práxis,

Jung constatou que esses tipos geralmente não se expressavam de forma tão genuína nos indivíduos. Existem outros elementos que complementam este modelo.

Contrapondo a função principal ou superior, que é a mais desenvolvida e consciente e que pode ser tanto racional quanto irracional, está a função inferior, que é essencialmente inconsciente e da mesma natureza que a superior. A função inferior terá um tópico específico para aprofundar sua descrição, dada sua importância para este trabalho. Este par de funções forma um eixo da cruz.

O eixo que lhe incide perpendicularmente é formado pelo outro par de funções e compõem o que foi denominado por funções auxiliares, sendo uma delas um pouco mais desenvolvida chamada de função secundária. Esta é sempre de natureza diversa, mas não oposta à função dominante, e, embora parcialmente inconsciente, aproxima-se da função principal no quesito desempenho e lhe serve de apoio e suporte, auxiliando-a na orientação e adaptação ao mundo e acontecimentos, tanto externos quanto internos. No entanto, evidencia Jung (1991), esta função auxiliar é possível e útil apenas na medida em que serve à função principal, sem pretender a autonomia de seu princípio.

Em relação às funções auxiliares, Briggs-Myers (1980) considera que as funções auxiliares são do tipo de atitude contrária à da função principal, ou seja, se esta for introvertida, a auxiliar será extrovertida. Aponta ainda que um bom desenvolvimento tipológico demanda que as funções auxiliares suplemente o processo dominante em dois aspectos. Deve oferecer um certo grau efetivo de equilíbrio vitalmente importante, não apenas entre a percepção e o julgamento, mas também entre a introversão e extroversão. Para o extrovertido, sua função auxiliar introvertida lhe confere acesso ao seu mundo interno e das idéias e para o introvertido, sua auxiliar extrovertida lhe oferece os meios para se adaptar ao mundo externo dos objetos reais e lidar com eles com ações práticas e eficientes.

McCaulley (1981) é da mesma opinião no que diz respeito à relação entre a função principal e a auxiliar, ou seja, que elas são de natureza oposta (racional/irracional) e diferem na atitude (introversão/extroversão). Corrobora ainda com a idéia de que, quando a função principal e a auxiliar se diferenciam, o indivíduo alcança o equilíbrio e que problemas típicos podem surgir caso a função auxiliar não se desenvolva.

Já a segunda função auxiliar, ou terceira função, é ainda menos desenvolvida e mais inconsciente, aproximando-se portanto, da função inferior no que se refere ao seu subdesenvolvimento e indiferenciação.



Os termos superior e inferior, neste contexto, não implicam um julgamento de valor, pois nenhuma função é melhor ou pior que as demais. A função superior chegou a este estágio pelo seu exercício freqüente, bem como a inferior, pelo desuso, não teve oportunidade de se desenvolver. Assim, tanto a função inferior quanto a segunda função auxiliar, em menor grau, segundo Jung (1991), permanecem num estado mais ou menos primitivo e infantil, muitas vezes apenas semi conscientes, ou ainda, totalmente inconscientes.

As funções possuem algumas especificidades. Uma delas é a sua irreduzibilidade, ou seja, cada função é independente, não podendo ser reduzidas umas às outras. A função pensamento, por exemplo, é absolutamente distinta da função sentimento, o mesmo sendo aplicado às funções sensação e intuição (Jung, 1991).

O tipo é um aspecto unilateral do desenvolvimento. A tipologia psicológica trata-se da formulação de elementos psíquicos estruturais e não da descrição de emanções psíquicas de determinado tipo de constituição. A diferenciação dos tipos aparece, muitas vezes, bem cedo. E, inclusive, tão cedo que, em certos casos, é possível falar de hereditariedade (Jung, 1991).

Segundo Jacobi (1976), enquanto o tipo funcional indica a maneira que o conteúdo da experiência é apreendido e formado, o tipo de atitude – introversão ou extroversão – indica o tipo geral da psique, ou seja, a direção da libido, a qual Jung denominou energia psíquica. O tipo de atitude está mais enraizado na matriz biológica e é mais claramente determinado por fatores inatos. Apesar de a função dominante em geral ser determinada por certa predisposição, a tendência constitucional pode ser consideravelmente modificada ou mesmo suprimida por um considerável esforço consciente. Mas uma mudança no tipo de atitude só pode se realizar mediante uma “reconstrução interior”, uma modificação na estrutura da psique, seja através de uma transformação espontânea (a qual novamente fluiria a partir de fatores biológicos) ou então, através de árduo processo de desenvolvimento psicológico, tal como o que ocorre num trabalho de análise psicoterápica.

### **1.3.2- A Função Inferior**

Jung (1991) entende por função inferior aquela que, no processo de desenvolvimento e diferenciação, ficou para trás. A experiência mostrou que, devido às

adversidades das circunstâncias da vida e exigências sociais, que propiciam que a pessoa diferencie mais especificamente uma determinada função, seja por ser mais condizente com sua própria natureza, seja por lhe oferecer mais gratificação e meios mais eficientes ao seu sucesso social, é praticamente impossível alguém desenvolver todas as funções psicológicas da consciência. Ele evidenciou que as pessoas quase sempre se identificam com a função privilegiada, originando, a partir disso, os tipos psicológicos, revelando assim, que o tipo é um aspecto unilateral do desenvolvimento.

A relação compensatória e complementar entre as funções opostas é uma lei estrutural da psique. A excessiva diferenciação da função superior, que ocorre à medida que a pessoa atua de modo demasiadamente unilateral, inevitável com o passar dos anos, paralela e proporcionalmente, faz com que a função inferior se torne cada vez mais primitiva e inconsciente. Ela é autônoma, independente e da mesma natureza que a função dominante, no que se refere a ser racional o irracional. A função inferior é a menos desenvolvida ou indiferenciada, conforme explicita Jung (1991):

Na medida em que toda a libido é dirigida para a função principal, a função inferior evolui regressivamente, isto é, volta para seus estágios arcaicos, tornando-se incompatível com a função consciente e principal. Quando uma função que normalmente deveria ser consciente cai no inconsciente, também nele cai a energia específica dessa função (p.413).

Segundo Jung (2004), a essência da função inferior é a sua autonomia. É independente, não podendo ser sempre manobrada pela intenção e vontade. Ela fascina e enleia, nos acomete e nos rouba o controle, a ponto de deixarmos de ser donos de nós mesmos. Para ele, o mais importante é observar onde a pessoa mais sofre, onde está sua maior aflição, onde existem questões que fazem com que a pessoa não esteja adaptada: aí a função inferior poderá ser detectada.

Para Whitmont (1985),

As funções inadequadas são a porta de entrada pela qual nossos problemas, frustrações e sofrimentos atingem ou nos alcançam. Quando o ego se encontra num estado de excessiva identificação com a função superior, as funções inadequadas podem ter um efeito sabotador sobre a personalidade consciente (p. 130).

Von Franz (1995), contemporânea e próxima de Jung, aprofundou-se no estudo da função inferior, diz que um lado problemático geral da função inferior é que ela costuma ser lenta, infantil e tirânica, ao contrário da superior, razão pela qual é

desanimadora e as pessoas costumam detestar trabalhar e lidar com ela, adiando e nunca encontrando tempo para ela. E quando a adaptação exige que ela seja utilizada, dada a circunstância específica, geralmente as pessoas não chegam realmente a exercitá-la: exteriorizam reações dissimuladoras e simplesmente as tomam do coletivo, do chamado “lugar comum”, reações convencionais, culturalmente estabelecidas e socialmente aceitas ou apreciadas.

O desenvolvimento das funções se dá, primordialmente, segundo uma disposição inata, no entanto, pode ser influenciado por fatores externos, por pressão familiar, social e cultural. Quando se segue a disposição inata, a maioria das pessoas se dedica e se ocupa com tarefas relacionadas à sua aptidão natural, sendo mais bem sucedida e gratificada, aprimorando cada vez mais a função principal em detrimento da função inferior. Assim, nos reporta Von Fraz (1995):

O ambiente reforça as tendências unilaterais existentes, as chamadas “aptidões”, e há, portanto, um aumento no desenvolvimento da função superior e uma lenta degeneração do outro lado da personalidade. Este é um processo inevitável que até que apresenta grandes vantagens. Muitas pessoas se enquadram nesse padrão, podendo-se definir imediatamente o seu tipo; já outras podem ser muito difícil definir (p.14).

A autora relata que existe o *tipo distorcido*, ou seja, a pessoa que originalmente teria a aptidão inata para ser de um certo tipo, mas é forçada, pela família ou pelo meio ambiente em geral, a desenvolver uma outra função, negando sua predisposição natural. Neste caso, se ela tiver oportunidade, poderá haver um secundária como principal e esta, ser desenvolvida como aquela, condição que é, psiquicamente falando, menos prejudicial.

Por outro lado, se dele for cobrado desenvolver como função principal a que naturalmente seria inferior, pode ser exigência em demasia, e, sendo o indivíduo incapaz de corresponder, pode se tornar muito retraído, mal ajustado e inadaptado, com intensos e sérios danos psíquicos. Exemplificando: uma pessoa com aptidão inata para ser do tipo sentimental nasce numa família de pensadores intelectuais, sendo dele exigido desenvolver a função pensamento como principal, em oposição à sua natureza. Seria dar um passo grande demais. No entanto, se for numa família de intuitivos ou de sensitivos, como o eixo irracional já seria naturalmente o das funções auxiliares, ele poderá, com menos tensão, desenvolver como função principal a que seria secundária, ainda que não plenamente, no entanto, com menos prejuízo psíquico. Este indivíduo,

futuramente, com ajuda de uma análise e com empenho pessoal, poderia retomar a função lhe seria naturalmente principal e desenvolvê-la bem, uma vez que a disposição inata lhe é propícia, enquanto que na primeira situação, esta reversão seria bem mais complexa.

Ainda na esfera familiar, Von Franz (1995) lembra da importância de frisar a questão da dinâmica relativa à distribuição das funções entre os seus membros, que ocorre ainda nos primórdios do desenvolvimento da função principal, o qual, como já foi dito, ocorre na tenra infância. Assim, por exemplo, um dos membros é o introvertido da família, se for do tipo pensamento, fica encarregado pelas reflexões; outro, extrovertido sentimental, fica responsável pelo bom andamento das relações sociais, outro é o intuitivo, se introvertido – é o profeta e vidente, se extrovertido, se encarrega das aplicações financeiras; já a manutenção geral da casa fica por sua conta do tipo, e assim por diante. Uns, satisfeitos, abandonam uma determinada função porque o outro consegue executá-la muito melhor, formando-se assim, grupos vitais funcionais. O problema ocorre quando o grupo se separa, quebrando o funcionamento sistêmico estabelecido. Este tipo de dinâmica ocorre também em outros grupos, ou seja, há uma grande tendência de, operacionalmente, solucionar a questão das funções distribuindo-as, delegando e confiando na função superior do outro.

Já em relação a casamento, Jung (1991) menciona que as pessoas tendem a se unir com o tipo oposto, na maioria das vezes, inconscientemente acreditando se livrar da terrível tarefa de ter que lidar com a própria função inferior, delegando esta árdua missão para o parceiro, já que ele o faz tão bem e naturalmente.

É importante ressaltar que uma característica geral e típica da função inferior é que suas manifestações são acompanhadas de uma tremenda carga emocional. Por ser pouco diferenciada, ela emerge de forma autônoma, sem a “permissão” ou vontade consciente do indivíduo. A intensidade emocional bem como a autonomia são aspectos que acompanham as expressões da função inferior, dos complexos bem como da sombra (Von Franz, 1995), fato que evidencia a interligação da dinâmica de seus processos. Pode-se dizer, de forma mais específica, que a função inferior é o veículo de expressão dos complexos e da sombra; é por intermédio da função inferior que os complexos e a sombra emergem do inconsciente e se exteriorizam. Complexo e sombra são figuras psíquicas inconscientes, conceitos que serão adiante abordados e aprofundados.

Whitmont (1985) também traz a idéia de que as funções inferiores e não desenvolvidas tornam-se o meio de expressão do inconsciente, tanto pessoal quanto coletivo. Confirmando esta idéia, Von Franz coloca que a função inferior é a porta para o inconsciente. Segundo a autora, a função inferior, por ser negligenciada, torna-se um aspecto da sombra, manifestando-se sempre de modo excessivamente emocional e socialmente desajustado. É dirigida para o inconsciente, não exatamente para o mundo interno, e para o mundo simbólico, quer apareça no interior ou no exterior. E é portadora de experiências simbólicas, que podem vir de tanto de dentro ou de fora.

Para Hillman (1986) a função inferior é um canal propício à expressão da sombra especialmente quando o indivíduo está sob pressão, com estresse, doente, emocionalmente abalado ou com exaustão física. Nesse sentido é uma porta aberta para os complexos. Segundo ele, na medida em que a formação dessa função se dá pela repressão dos complexos, ela própria se torna um veículo através do qual todos os aspectos complexuais podem chegar à consciência. Ela está constantemente carregada de conteúdos afetivos e permanece sob os umbrais da consciência.

Isto talvez explique a suscetibilidade da função inferior, pois a maioria das pessoas não suporta a menor crítica relativa a ela e respondem de forma extremamente reativa, infantil e muitas vezes agressiva, ou se sente agredida, porque neste âmbito são inseguras e primitivas, tiranizam todos de seu entorno relacional, que precisam ter muita cautela e tato ao se reportarem a qualquer coisa referente à função inferior de alguém, pois é como pisar em um campo minado.

Acontecimentos positivos ou negativos podem trazer à tona a função inferior. Sobrevindo isso, manifesta-se a *hipersensibilidade*. *A hipersensibilidade é sintoma da existência de uma inferioridade*. Assim se estabelecem as bases psicológicas da desunião e incompreensão, não só entre duas pessoas, como também da cisão dentro de si mesmo (Jung, 2004, p.50).

Quando uma função que normalmente deveria ser consciente cai no inconsciente, também nele cai a energia específica dessa função. Com a inconscientização da função inferior, seu resto de energia passa para o inconsciente e este é vivificado de modo não natural. Disso, aparecem fantasias que correspondem à função tornada arcaica (Jung, 2004).

Sharp (1987), complementando esta idéia, diz que a energia psíquica exigida pela função dominante subtrai energia disponibilizada para a função inferior, que acaba

por cair no inconsciente, “o que a torna propensa a ser ativada de uma forma artificial, provocando fantasias infantis e uma variedade de distúrbios da personalidade” (p.24).

A excessiva diferenciação da função superior, inevitável com o passar dos anos, resulta quase sempre em tensões e questões que estão entre os principais problemas na segunda metade da vida. O desenvolvimento exagerado da função superior, que significa uma unilateralização da consciência e do padrão do seu *modus operandis*, leva a um distúrbio do equilíbrio psíquico, o que, em si, pode causar sérios danos (Jacobi, 1973). Neste período, dos quarenta anos em diante, geralmente ocorre a chamada “crise existencial da meia-idade”, que Jung denominou de metanóia, é uma fase na qual o indivíduo se angustia perante inúmeros questionamentos sobre o sentido e significado de tantos aspectos de sua vida e, sincrônicamente, é quando várias características da personalidade que foram negligenciadas, negadas ou reprimidas exigem reconhecimento e clamam por oportunidade de expressão.

No entanto, Whitmont (1985) ressalta que esta crise da meia-idade ocorre mesmo com aqueles indivíduos cujas vidas possam estar adaptadas de modo satisfatório em termos de realidade externa.

Existe um ponto que foi abordado por Von France que é digno de nota. É a questão da interação dinâmica entre as funções. A função superior, talvez por sustentar certa identificação do ego consigo, quer manter sua supremacia exercendo domínio sobre a função inferior. Assim, se o sujeito tem a motivação de exercitar a função inferior, em algum momento a função principal acaba por se impor, sabotando a intenção do indivíduo, que acaba agindo de acordo com os princípios da função principal.

Em alguma época da vida, quando chega o momento do desenvolvimento das outras funções, ocorrem dois fenômenos associados: a função superior saturada degenera, pois tudo que sabe fazer bem é percebido como aborrecido e a função inferior, em vez de surgir em seu próprio campo, tende a invadir a função principal falsificando-a e tornando-a dissimulada, inadaptada e neurótica.

Jung (1991) revela que na dimensão da função inferior há uma grande concentração vital, assim, quando a função superior estiver desgastada, desmotivada, improdutiva ou infértil e começar a falhar perante as demandas internas e externas, a pessoa que conseguir voltar-se para a sua função inferior descobrirá um novo potencial e renovação de vida.

Todas as coisas no campo da função inferior tornam-se excitantes, dramáticas, cheias de possibilidades negativas e positivas. Há uma tensão tremenda e o mundo é, por assim dizer, redescoberto através da função inferior. (...) A função inferior traz renovação de vida se permitir que ela surja em seu próprio campo. Contudo a desvantagem de voltar-se para a função inferior é esse seu aspecto de inadaptação (Von Franz, 1995, p. 25).

Segundo Sharp (1987), o processo de assimilar a função inferior, elevando-a a um nível consciente, será inevitavelmente acompanhado de uma inferiorização da função principal, o que não ocorre sem desconforto e com certo esforço e dedicação pessoal.

Von Franz (1995) faz uma consideração sobre problema da assimilação da função inferior dizendo que é impossível elevar a função inferior tentando acelerá-la ou educá-la para aparecer no momento certo e da forma adequada, o que geralmente resultam em fracasso, pois está contaminada pelo inconsciente e persiste nessa condição. A atitude mais favorável é ter a resignação de levar as outras funções para um nível mais baixo onde possam alcançar a função inferior para poderem lidar com ela e ao mesmo tempo, cederem-lhe espaço para sua manifestação e expressão.

A confrontação com a função inferior significa que a pessoa deve se dispor a encarar uma parte negligenciada de sua inteireza. Essa questão constela a temática da individuação, pois não há individuação, nem “tornarmos o que somos”, a menos que reconheçamos a função inferior (Whitmont, 1985). Ele alerta:

Podemos também cair na armadilha de presumir que o conceito de inteireza significa a realização completa de uma capacidade de funcionar conscientemente em todos os quatro modos, tanto introvertida quanto extrovertidamente, mas isso não é possível nem comensurável com a realidade básica da estruturação humana, que inclui tanto luz quanto escuridão. Nossas vidas desenvolvem-se e se expandem graças aos conflitos entre as funções superiores e inferiores. Nossos fracassos provêm das funções inferiores, mas, se conseguirmos aprender a reconhecer o significado dos acidentes e dos sofrimentos que causam, poderemos crescer em direção a uma inteireza que reside na conscientização da existência e na persistência dos nossos lados obscuros (p.132).

Jung (1991) afirma que só é possível uma libertação analítica da função inferior trazendo à tona imagens inconscientes da fantasia que foram ativadas pela função tornada inconsciente. Pela conscientização dessas fantasias, a função inferior é novamente trazida à consciência, com possibilidade de desenvolvimento futuro.

A contínua conscientização das fantasias, que são produto das partes inconscientes da psique, com a participação ativa nos acontecimentos que se desenrolam no plano fantástico, tem vários desdobramentos e conseqüências: há ampliação da consciência, uma vez que conteúdos inconscientes são trazidos à consciência; há uma diminuição gradual da influência dominante do inconsciente e verifica-se uma transformação da personalidade, não no que se refere à predisposição hereditária, mas representa uma transformação na atitude geral (Jung, 2003).

No entanto, o autor alerta que no trabalho de uma análise psicoterápica, no início, não é possível fazer um confronto direto e frontal com a função inferior, pois sua reatividade é tamanha que poderia gerar uma resistência por demais intensa, quiçá insuperável. Assim, a melhor maneira de tentar atingir e trabalhar a função inferior é, primeiramente, fazer e fortalecer o vínculo terapêutico através de uma aliança com a função principal do analisando, utilizando a mesma função. Assim, o analista deve fazer a abordagem inicial e firmar a comunicação através da linguagem da função principal de seu cliente, ainda que não seja a sua própria função principal. Então, com o vínculo já reciprocamente estabelecido, o que transmite segurança e tranquilidade básicas ao analisando, o procedimento seguinte deve ser abordar a função secundária ou auxiliar e num movimento descendente espiralado chegar à terceira função ou segunda auxiliar, que já é mais inconsciente e finalmente, com todo o tato necessário, tocar a função inferior.

Segundo Jung (2000), tudo que é inconsciente é projetado. Portanto, uma boa técnica é utilizar metáforas, parábolas, um conto de fadas e oferecer um destes instrumentos como objeto externo e neutro para o cliente projetar sua inferioridade e poder falar sobre questões que também são suas sem constelar afeto, e posteriormente, conduzi-lo a cogitar e refletir suas questões mais dolorosas.

Jung relata, em seu livro *Tipos Psicológicos*, que quem primeiro falou da dissociabilidade das funções foi F. Schiller, poeta, filósofo e historiador alemão, cujas idéias contribuíram para este ponto de vista de Jung sobre as funções superior e inferior. Schiller aborda a questão da causa e origem da separação das funções e com segurança aponta que o motivo básico foi a diferenciação dos indivíduos. Afirma ainda que foi a própria cultura que produziu esta ferida na humanidade mais recente, uma vez que a unilateralidade no exercício das funções, que dito de outra forma, é exercício das forças, conduz o indivíduo ao erro. Isso porque, o privilegiar uma função como mais



importante, que resulta em especialização, reverte-se em vantagem para a sociedade, em detrimento da individualidade, pois a sociedade valoriza e recompensa a especialização. Segundo este filósofo, o antagonismo das forças é o grande instrumento da cultura.

Na antiguidade, sob a exigência da diminuta classe superior, promoveu-se o desenvolvimento individual, suprimindo o da grande maioria do povo comum, plebeus e escravos, ou seja, uma liberdade da subjetividade individual, privilegiando o desenvolvimento das funções e uma dominação da coletividade na escravização das massas, como condição externa. Segundo ele, com o dogma cristão, que proclamava que o valor do indivíduo estava na alma imortal, a função superior deveria ser privilegiada sobre as funções inferiores. Houve então, um deslocamento do valor principal para uma única função importante. Desta forma, foi transferida, psicologicamente, para o sujeito, a forma social externa, estabelecendo a escravização da sua pluralidade de funções pela função dominante e privilegiada, sendo que esta passa a ser o valor coletivo e um estado de cultura. Assim, aconteceu o deslocamento da antiga escravização da maioria para o campo psicológico, onde se privilegia a cultura coletiva mas se deprecia a cultura individual. “A escravização das massas foi a ferida exposta da antiguidade, mas a escravização das funções inferiores é uma ferida sempre sangrando na psique do homem moderno” (citado por Jung, 1991, p. 82).

## **1.4. Partes Integrantes da Psique**

### **1.4.1. O Conceito de Persona e Sombra**

Sombra e Persona são um par clássico de opostos, figurando na psique como polaridades do Ego. Pode-se dizer que a tríade ego / persona / sombra têm gênese paralelas e igualmente, provêm da mesma fonte, o Self, que é a totalidade psíquica, fonte e origem de todos os componentes psíquicos (Jacobi, 1973).

No seu desenvolvimento, o ego, ao ir se estruturando, elege e absorve algumas características para se compor, aquelas com que a consciência se identifica positivamente e aceita; outras tantas que estão em conformidade e coerência com a aceitação social vão constituir a (s) persona (s) e as demais, que não se prestam nem a uma nem à outra, ou que são incompatíveis com ambas, por elas desprezadas e

rejeitadas em prol de um ego ideal, são assim banidas para o inconsciente pessoal, sedimentando e formando o seu centro, a sombra.

#### 1.4.2. Persona

Persona é um termo derivado do latim que significa as máscaras que os atores da antiguidade clássica, no teatro grego, usavam para apresentarem os diferentes papéis que representavam. A palavra “persona” vem de “*per sonare*”, ou seja, fazer som. Para Jung (1999) tem um significado análogo, ou seja, é a maneira de uma pessoa se apresentar ao mundo e à sociedade e utiliza este termo para expressar um impulso arquetípico de adaptação à realidade exterior e à coletividade. Persona é o resultado do processo de educação, aculturação e adaptação aos meios ambiente, social e relacional.

No plano psicológico, é um complexo funcional de interface do ego com o mundo externo, constituindo a identidade psicossocial do indivíduo, cuja tarefa consiste tanto em revelar quanto em ocultar os pensamentos e sentimentos conscientes de um indivíduo na sua interação com outros, ajustando-se à adequação da situação, desempenhando a função de facilitar e possibilitar os diversos relacionamentos interpessoais, propiciar o convívio em grupo e em comunidade bem como resguardar o sujeito (Jung, 2003).

Está relacionada ao reconhecimento e status social dos diversos papéis que o indivíduo desempenha, tanto na vida privada, como filho, irmão, marido, pai, quanto na vida pública e social, a sua identidade profissional, os diferentes papéis nos diversos grupos e instituições a que pertence, como na igreja, no clube, na maçonaria, etc.

Segundo Jung (2003), a persona é idêntica a uma atitude típica, em que domina uma das funções psicológicas: o pensar, o sentir, a intuição, etc. como função principal. Tal unilateralidade condiciona uma repressão relativa das outras funções, sendo neste sentido, um obstáculo ao desenvolvimento individual.

Ao analisarmos a *persona*, dissolvemos a máscara e descobrimos que, aparentando ser individual, ela é no fundo coletiva, em outras palavras, a persona não passa de uma máscara da psique coletiva. No fundo, nada tem de real, ela representa uma figura de compromisso entre o indivíduo e a sociedade, acerca daquilo que alguém parece ser: nome, título, ocupação, isto ou aquilo (...) Reconhecer que existe algo de individual na escolha e na definição da persona; embora o ego possa identificar-se com ela, o si-mesmo inconsciente (Self), a verdadeira individualidade, não deixa de estar sempre presente... Sua influência

manifesta-se principalmente nos conteúdos contrastantes e compensadores do inconsciente (Jung, 2003, p. 32).

A persona, como todo arquétipo e suas manifestações, é bipolar, sendo seu aspecto positivo o impulso de adaptação às demandas sociais, e embora não seja inerentemente patológica ou falsa, existe no aspecto negativo, o risco de o indivíduo se identificar com ela de forma excessivamente fixa e rígida. Tal situação está mais suscetível a ocorrer quando a persona é supervalorizada e reforçada, como em profissões que concedem fama, prestígio ou reconhecimento e status social, não sendo, entretanto, fatores determinantes.

Por outro lado, há o perigo de o indivíduo não se ater o suficiente ao mundo externo, identificando-se exageradamente com o mundo interior e seus processos, desejos e fantasias, condição que Jung descreve como *possessão da amina/animus*. Consequentemente, tende a ter dificuldades de relacionamentos, de adaptação e sente pouca afinidade com o mundo dos objetos (Whitmont, 1985).

Anima e animus são os arquétipos do contraponto sexual psíquico e inconsciente. Para Jung existe um componente psíquico situado no inconsciente individual que é oposto ao gênero da identidade consciente, sendo a anima o contraponto feminino na psique inconsciente do homem e o animus, o contraponto masculino na psique da mulher, cuja função primordial é fazer a ponte entre o consciente e o inconsciente.

Stein (1987) pontua que tanto os introvertidos quanto os extrovertidos desenvolvem uma ou mais personas, pois, inevitavelmente, ambos os tipos de atitude devem relacionar-se com o mundo dos objetos. Para os extrovertidos o desenvolvimento da persona é um processo mais simples e tranquilo, pois neles o movimento da libido segue um fluxo natural em direção ao objeto externo e nele mantêm o foco. Já nos introvertidos este processo é mais complexo, pois como na sístole, a atenção e energia psíquica vão até os objetos, mas retornam ao sujeito, firmando o foco no mundo interno. Assim, a persona do introvertido pode ser um tanto indefinida, vacilante ou se alterar de um contexto para outro, uma vez que sua adaptação é mais aprimorada em relação ao seu mundo interior.

Podem ser duas as fontes da persona. Uma como resposta às expectativas e demandas da sociedade, determinando comportamentos apropriados e em conformidade

o com o costume do grupo, mais típica dos extrovertidos. A outra, atendendo as aspirações e objetivos do indivíduo, característica do introvertido.

Os símbolos que a psique humana utiliza para representar a Persona são: roupas, papéis, estar nu ou desnudar-se, fachadas de casas, máscaras, representação, etc. A persona se apresenta em sonhos, fantasias e projeções como figuras do mesmo gênero do sujeito.

#### **1.4.2. Sombra**

Em 1945, Jung definiu, de forma direta e clara, a sombra como aquilo que uma pessoa não tem desejo de ser. Esta definição inclui as variadas e repetidas referências à sombra como o lado negativo da personalidade, a soma de todas as qualidades desagradáveis que o indivíduo quer esconder, o lado inferior, sem valor, e primitivo da natureza do homem, a “outra pessoa” em um indivíduo, seu próprio lado obscuro (Andrews, 1993). Diversas vezes enfatizou que toda coisa substancial emite uma sombra, correspondentemente, todos os indivíduos têm sombra.

A sombra representa nossas maiores fraquezas, aspectos imaturos, complexos reprimidos, até características realmente negativas, traços obscuros do caráter que, em geral, tem um realçado valor afetivo negativo e autonomia, sendo assim, uma fragilidade deplorável e condenável para o ego e a consciência.

Mas é também, uma instintividade sadia, possuindo muitas qualidades valiosas e dons inatos que não se desenvolveram devido a condições externas desfavoráveis e não propícias. Nela vive tudo o que não quer ou não pode se adaptar aos costumes e convenções sociais/culturais, assim como às leis religiosas e civis.

Na sombra também estão depositadas qualidades valiosas e potencialidades positivas não reconhecidas ou desenvolvidas, latentes no inconsciente, mas que oportunamente, poderão ser acessadas e disponibilizadas para utilização consciente, criativa e produtiva.

Jung (2000) afirmou que tudo que é inconsciente é projetado, sendo esta uma das formas mais usuais de vivenciar a sombra. Nas representações inconscientes espontâneas como sonhos, fantasias e projeções, a sombra se apresenta personificada em figuras do mesmo gênero que o sujeito. Estas personagens têm traços de caráter e

maneiras de agir que são a contrapartida compensatória da personalidade consciente. Isso porque, segundo Whitmont (1985):

A sombra é constituinte do desenvolvimento do ego, produto da divisão que ocorre quando se estabelece um centro da consciência. É aquilo que descobrimos estar faltando quando fazemos um balanço. Ela coincide, aproximadamente, com aquilo que foi considerado como *o inconsciente*, primeiro por Freud, e atualmente de modo geral (p.147).

Projeção é o mecanismo que permite ao indivíduo identificar no exterior (em outras pessoas, objetos, animais, eventos, etc), ou qualquer coisa que lhe sirva de receptáculo ou continente, para traços e conteúdos que compõe o próprio psiquismo, geralmente com alta carga emocional e intensidade de reação a ela. Mas, evidencia-se quando ocorre sobre pessoas, pois em geral, acontece uma extrema analogia entre os dados projetados e as disposições psíquicas inconscientes da pessoa que está recebendo a projeção. Por isso, dizemos que o receptor da projeção possui um *link*, um “gancho” com tal característica, justamente por onde esta se agarra a ela, sendo então um misto de percepção e projeção. “A reação afetiva exacerbada que marca a projeção aponta para o *nosso* complexo tonalizado pelo afeto, que interfere na nossa capacidade de ver objetivamente e de nos relacionarmos humanamente” (Jung, 1991, p.436).

Como se sabe, não é o sujeito que projeta, mas o inconsciente; não se cria uma projeção: ela já existe de antemão (acontece). Como consequência da projeção, ocorre um isolamento do sujeito em relação do mundo exterior, pois em vez de uma relação real, o que existe é uma relação ilusória. As projeções transformam o mundo externo na concepção própria, mas desconhecida. Por isso, no fundo, as projeções levam a um estado de auto-erotismo ou autismo, em que se sonha com um mundo cuja realidade é inatingível (Jung, 1998, p.7).

Segundo Whitmont (1985), a existência ou a necessidade de uma sombra é um fato arquetípico humano geral, uma vez que o processo de formação do ego - o choque entre a coletividade e a individualidade – é um padrão humano geral. A sombra pode ser projetada de duas formas: individualmente e coletivamente. A nível individual, é a experiência arquetípica da “outra pessoa”, a qual, em sua estranheza, é sempre suspeita; é o anseio arquetípico do bode expiatório, da necessidade de ter alguém para culpar e atacar a fim de justificar-se e obter absolvição. Corresponde também à experiência do inimigo e à experiência da culpabilidade que sempre adere à outra pessoa que é

portadora de todo mal, irreconhecível em si mesmo, uma vez que cada um vive a ilusão de se conhecer e principalmente, de ser correto e bom.

A origem disso está na própria natureza do ego e do seu processo de desenvolvimento, que ocorre como resultado do encontro entre o Self – totalidade potencial da personalidade – e a realidade externa, ou seja, entre a individualidade potencial interior e a coletividade exterior, uma vez que a experiência primordial do certo e errado é a base da auto aceitação: as bases da consciência cabem à coletividade e nela são projetadas. A criança se amolda dependendo da aceitação externa, isto é, dos valores coletivos a ela impostos e assimilados como referencia de certo e errado, os quais, por sua vez, modelam a *persona*. Assim, os elementos da individualidade por demais discrepantes com os valores aceitos pela *persona* não conseguem ser conscientemente incorporados à imagem que o ego tem de si mesmo, estando, então, relegados à repressão e à inconsciência. No entanto, não são eliminados em seu conteúdo essencial nem energético, pelo contrário, fundamentam o substrato da sombra, que por sua vez, se torna fonte permanente e inesgotável para formação dos complexos.

Coletivamente, a projeção da sombra em sua forma mais geral se dá sob a personificação do mal, o inimigo. Suas representações mitológicas são o arquiinimigo, o tentador, o demônio, o maligno ou duplo. Há também implicações coletivas e sociais na questão da sombra no que se refere ao viés da discriminação social, racial e nacional. Todo grupo dissidente carrega a projeção da sombra da maioria, seja branco, negro, judeu ou homossexual. “A sombra é o arquétipo do inimigo. O inimigo e o conflito com o inimigo são fatores arquetípicos, projeção da nossa própria divisão interior” Whitmont (1985, p.151).

Ainda neste sentido, Jung (2003) informa que, tanto a sombra quanto a *persona*, pode transpor o limiar do pessoal e infundir-se no coletivo: a *persona* tem nos modismos sua típica expressão coletiva e a sombra, nos movimentos coletivos que envolvem multidões, pois há grande rebaixamento do nível de consciência individual devido ao contágio do ânimo e afeto coletivo, que forma uma corrente em nível irracional e inconsciente, onde o grupo toma atitudes que, individualmente, cada um não o faria.

Segundo Von Franz (1995), existe uma exceção em relação à da sombra: quando a pessoa forma uma identidade negativa, se identificando com os aspectos desprezíveis que usualmente formam a sombra, recalcando no inconsciente as características

positivas e culturalmente valorizadas. Ou seja, nestas pessoas, a sombra é positiva, boa e sensível. Configura uma inversão, são as “ovelhas negras”, que inclusive, se vangloriam por serem assim. Outra exceção são os criminosos e sociopatas, que, embora seja difícil admitir, possuem um lado oculto e oposto positivo, também compensatório.

Todo mundo carrega uma sombra, e quanto menos ela está incorporada na vida consciente do indivíduo, mais negra e densa ela é. Se uma inferioridade é consciente, sempre se tem uma oportunidade de corrigi-la. Além do mais, ela está constantemente em contato com outros interesses, de modo que está continuamente sujeita a modificações. Porém, se é reprimida e isolada da consciência jamais é corrigida, e pode irromper subitamente em um momento de inconsciência. De qualquer modo, forma um obstáculo inconsciente, impedindo nossos mais bem-intencionado propósitos (Jung, 1998, p.7).

Peça para uma pessoa descrever o tipo de personalidade que ela considera absolutamente desprezível e insuportável e obterá a descrição da sua própria sombra, uma autodescrição inconsciente (Jung, 1991). O processo utilizado é a projeção.

A sombra constitui um problema de ordem moral que desafia a personalidade do eu como um todo, pois ninguém, pode tomar consciência desta realidade sem dispensar energias morais (...) Este ato é a base indispensável para qualquer tipo de auto conhecimento e, por isso, se defronta com considerável resistência (Jung, 1998, p.7).

Por esse motivo, as pessoas tendem, ativamente e implacavelmente, a suprimir sua sombra e todos os seus atributos inaceitáveis para, complacentemente, manter a benévola e ilusória noção de perfeição do ego ideal. No entanto, Jung defendia a necessidade psíquica de se reconhecer a sombra interior, por mais terrível e aflitiva que seja e entrar em acordo com ela e seu comportamento injurioso e admitir tais características desagradáveis e desprezíveis como próprias, pois, segundo ele, a integração da sombra é, antes de mais nada, um ato de humildade (Jung, 2002).

De acordo com Whitmont(1985), há várias possibilidades de reações à sombra:

- recusar a encará-la, denegando, reprimindo e mantendo-a no inconsciente, compelindo-a a atuar nos “bastidores” dos comportamentos autônomos, compulsivos, sórdidos e neuróticos;
- uma vez consciente que ela faz parte de si, tentar eliminá-la ou corrigi-la de imediato, atitude que ainda subtende uma rejeição;
- recusar a ser responsável por ela e deixá-la seguir seu caminho;

- vivenciá-la de modo construtivo, como parte da própria personalidade e que pode conduzir para uma saudável e humilde humanidade, a novos insights e horizontes de vida mais amplos e verdadeiros.

Jung (1986) afirma que, do ponto de vista psicológico, o encontro com a sombra equivale a deixar cair o manto das convenções e evoluir para um confronto direto com a realidade, sem os véus da mentira, nem enfeites de qualquer espécie.

O homem mostra-se, portanto, tal como ele é, e revela o que antes estava oculto sob a máscara da adaptação convencional, isto é, a sombra. Ao tornar-se consciente, a sombra é integrada ao eu, o que faz com que se opere uma aproximação à totalidade. *A totalidade não é a perfeição, mas sim o ser completo.* Pela assimilação da sombra, o homem como que assume seu corpo, o que traz para o foco da consciência toda esfera animal dos instintos, bem como a psique primitiva ou arcaica, que assim não se deixam mais reprimir por meio de ficções e ilusões (p.125).

Individuação, para Jung, significa o indivíduo tornar-se íntegro em sua totalidade, ser genuinamente o que se é, sem a pretensão da perfeição, mas da plenitude. O início consciente do processo de individuação se estabelece com o desnudamento do Self dos vários invólucros e roupagens da(s) persona(s), que servem também como proteção e escudo, procedimento que evidencia um outro lado, seu par oposto - a sombra, o que não se realiza sem dor e desprendimento de energia psíquica, pois é um processo dinâmico de mortes simbólicas e renascimentos, mortes de situações, aspectos sombrios e inadequados e ainda, de representações internas arraigadas infantis ou pouco desenvolvidas e de renascimentos de condições mais favoráveis, evoluídas e adequadas à expressão do ser mais íntimo e genuíno, o Self. Na verdade, o processo de individuação realmente se inicia pelo confronto com a sombra, que funciona como guardião do inconsciente – a terapia visa restabelecer o eixo ego – Self através da sombra.



## 2. O INCONSCIENTE: Dinâmica e Aspectos Psicológicos

No capítulo um, os conceitos de inconsciente pessoal, inconsciente coletivo e arquétipo foram definidos e descritos em seus aspectos formais e estruturais. Este capítulo discorrerá sobre a dinâmica e a interação destes entes entre si e em relação à consciência, os aspectos psicológicos daí decorrentes e suas implicações gerais.

A psique é um sistema auto regulador que dispõe de mecanismos e processos próprios cuja especificidade e dinâmica de funcionamento tenciona a própria integridade. Esta dinâmica regula a relação e interação da consciência com o inconsciente pessoal e de ambos com o inconsciente coletivo, visa a homeostase psíquica e, como já foi dito, opera mediante um fluxo constante e dialético de energia entre estas instâncias, no qual há trocas e compensações relativas a valores e potenciais, pois consciente e inconsciente não representam entes estáveis e fixos, são dinâmicos e em permanente atuação e interação recíproca.

A influência do inconsciente sobre a consciência e seus processos não é de oposição, mas de compensação, num movimento tendente a evitar a unilateralização enrijecedora e cristalizante da consciência e ambos alternam momentos de supremacia.

O inconsciente nunca está em repouso. Sua atividade parece ser contínua, pois mesmo quando dormimos sonhamos. (...) Podemos dizer que *os processos inconscientes se acham numa relação compensatória em relação à consciência*. Uso de propósito a expressão "compensatória" e não a palavra "oposta", porque consciente e inconsciente não se acham necessariamente em oposição, mas se complementam mutuamente, para formar uma totalidade: o si-mesmo (*Selbst*). De acordo com esta definição, o si-mesmo é uma instância que engloba o eu consciente. Abarca não só a psique consciente, como a inconsciente, sendo, portanto, por assim dizer, uma personalidade que também somos" (Jung, 2003, p. 53).

Neste mesmo escrito, este autor apresenta a idéia de que há um desígnio e um intento na configuração funcional da psique enquanto individualidade, que é o caminho da individuação. Para o autor, individuação significa tornar-se plenamente o ser único que se é, entendendo a individualidade como a singularidade mais íntima, genuína e incomparável.

A singularidade de um indivíduo não deve ser compreendida como uma estranheza de sua substância ou de suas componentes, mas sim como uma combinação única, ou como uma diferenciação gradual de funções e faculdades que em si mesma são universais. (...) mas tais fatores universais são variáveis e é

esta variabilidade que possibilita as peculiaridades individuais. A individuação, portanto, só pode significar um processo de desenvolvimento psicológico que faculte a realização das qualidades individuais dadas; em outras palavras, é um processo mediante o qual um homem se torna o ser único que de fato é (Jung, 2003, p. 50).

Pode-se sintetizar individuação como sendo “o realizar-se do si-mesmo” (p.49). O “si-mesmo” é uma expressão que Jung cunhou para se referir ao Self, arquétipo da totalidade psíquica, que inclui o consciente e o inconsciente. Portanto, o processo de individuação é um caminho eterno, que não se completa, pois o inconsciente é em si indefinido, indefinível e imperscrutável, no sentido de ser uma fonte de conteúdos permanentemente renovável e assim, sempre haverá conteúdos inconscientes. Isso ocorre, em parte, devido ao processo de adaptação, que por sua vez, também é um processo contínuo, devido ao incessante fluxo das demandas e exigências da vida, tanto do mundo externo e quanto do interno.

O ser humano no seu processo de desenvolvimento e adaptação à sociedade e cultura ao qual está inserido, é impelido a ceder e renunciar muito das características e particularidades de sua natureza original e disposições pessoais em prol de aceitação e do sucesso de sua adaptação.

As possibilidades de desenvolvimento são, no fundo, *alienações do si-mesmo*, ou modos de despojar o si-mesmo de sua realidade, em benefício de um papel exterior ou de um significado imaginário. Em ambos os casos, verifica-se uma preponderância do coletivo. A renúncia do si-mesmo em favor do coletivo corresponde a um ideal social; passa até mesmo por dever social e virtude (Jung, 2003, p. 49).

No entanto, a meta da individuação não é outra senão desnudar o si-mesmo dos invólucros falaciosos da *persona*, bem como do poder sugestivo das imagens primordiais, para que o si-mesmo possa prosperar e triunfar, pois para Jung o sentido da vida é a experiência da totalidade. Jaffé (1995), contemporânea e colaboradora de Jung, assevera que o “mito do significado” de Jung trata da consciência: “a tarefa metafísica do homem consiste na contínua ampliação da consciência em geral, e seu destino como indivíduo, na criação da consciência individual. É a consciência que dá significado ao mundo” (p.141).

## 2.1. O Inconsciente Pessoal

Jung (2003) questiona e se propõe a pesquisar e descobrir um grande enigma: em que consistem os processos inconscientes e como se formam? Inicialmente e de modo incipiente, declara que pela sua inerente natureza inconsciente, não se tem acesso direto a tais processos, mas verificou que os mesmos manifestam-se, parcialmente, através de sintomas, ações, opiniões, afetos, fantasias e sonhos. E mediante a observação desses materiais foi-lhe possível chegar a deduções indiretas acerca da constituição e do estado momentâneos do processo inconsciente e de seu desenvolvimento. No entanto, adverte que: “não devemos, entretanto, iludir-nos, pensando ter descoberto a verdadeira natureza do processo inconsciente. Jamais conseguiremos ultrapassar o hipotético “*como se*” (p. 51).

Ao se perscrutar o inconsciente e fazer elaborações intelectuais acerca dele, não se pode atribuir nem aplicar ao seu funcionamento, uma psicologia da consciência.

Sua mentalidade é de caráter instintivo, não tem funções diferenciadas, nem *pensa* segundo os moldes daquilo que entendemos por "pensar". Ele somente cria uma imagem que responde à situação da consciência; esta imagem é tão impregnada de idéia como de sentimento e poderá ser tudo, menos o produto de uma reflexão racionalista. Seria mais certo considerarmos tal imagem como uma *visão artística* (p. 58).

Neste mesmo ensaio, Jung declara que a dinâmica da atividade do inconsciente é, precipuamente, um movimento de reação aos conteúdos conscientes, como se lhe faltasse iniciativa, embora sua reação seja plena de significado. Ressalta, no entanto, que várias experiências parecem evidenciar uma espontaneidade do inconsciente e sua possibilidade de apropriar-se do direcionamento do próprio processo psíquico, cuja essência impulsora é um instinto de realização do si-mesmo. Acautela, entretanto que:

Seria um erro supor que em tais casos o inconsciente atua segundo um plano geral e preestabelecido, tendendo para uma determinada meta e sua realização. Jamais encontrei algo que pudesse fundamentar tal hipótese. O motivo propulsor - na medida em que podemos percebê-lo — parece ser essencialmente um instinto de realização do si-mesmo. Se se tratasse de um plano geral ou ideológico, todos os indivíduos dotados de um inconsciente excessivo deveriam ser impelidos irresistivelmente para um estado superior de consciência. Isto não se dá (p. 60).

Na sequência, Jung assevera que os mecanismos dos processos inconscientes compensadores do eu consciente contêm todos os elementos essenciais para a auto-

regulação da psique como um todo. Estes processos inconscientes, a nível pessoal, podem ser constituídos conteúdos diversos, como motivos pessoais e afetos que a consciência não reconhece, não aceita ou não se permite, mas que podem comparecer nos sonhos; por significados negligenciados de situações cotidianas ou ainda, de críticas a que nos esquivamos.

É digno de nota que, pela natureza da compensação, é possível fazer inferências acerca da essência e da autenticidade das aspirações conscientes. Por outro lado, Jung (2003) observa que interação do inconsciente com a consciência é de certa forma colaborativa e ocorre sem grandes atritos ou perturbações, de forma que sua existência usualmente nem é percebida. No entanto, se o indivíduo ou grupo se desvia demasiadamente do fundamento instintivo, poderá vivenciar todo o impacto das forças inconscientes. “A colaboração do inconsciente é sábia e orientada para a meta, e mesmo quando se comporta em oposição à consciência, sua expressão é sempre compensatória de um modo inteligente, como se estivesse tentando recuperar o equilíbrio perdido” (p.275).

No entanto, quanto mais autoconscientes nos tornamos através do autoconhecimento, tanto menor e reduzida é a camada do inconsciente pessoal que encobre o inconsciente coletivo. E na condição de consciência ampliada e mais livre das necessidades compensatórias, poderá operar em dimensão menos especular de objetos projetivos, mas sim em função de relação com o mundo de objetos reais e com questões gerais do homem em sua humanidade, podendo ativar o inconsciente coletivo e exigir, então, uma compensação coletiva e não pessoal. Tal elaboração conduz à conclusão de que o inconsciente produz conteúdos válidos não apenas para o indivíduo e a nível pessoal, mas para outros e a nível coletivo. A este respeito, arriscamos designá-lo de transpessoal.

Jung (2003) descreve que:

Os processos do inconsciente coletivo já não são relativos apenas às relações pessoais de um indivíduo com sua família ou com um grupo social; dizem respeito à coletividade humana em geral. Quanto mais ampla e impessoal for a condição que desencadeia a reação inconsciente, mais estranha e irresistível será a manifestação compensadora. Esta última não só impele à comunicação particular, como à sua revelação ou confissão (p.54).

Existem, no entanto, casos de relação impessoal que exigem uma compensação consciente e geralmente estão relacionados a questões de ordem moral, filosófico e

religioso e que, devido à sua validade universal, provocam compensações mitológicas, emergindo assim, imagens coletivas de caráter mitológico.

Jung (2003) propõe haver um motivo *legítimo* e outro *ilegítimo em relação às* questões impessoais. São legítimas as que emanam de uma profunda e autêntica necessidade individual e ilegítimas as que denotam mera curiosidade intelectual ou a possibilidade de furtar-se de uma realidade desagradável e, neste caso, o inconsciente produz compensações tipicamente pessoais e humanas, cujo intento é reconduzir a consciência à realidade imediata.

## **2.2. Processos da Dinâmica Psíquica**

### **2.2.1. Compensação**

Compensar significa equilibrar, ajustar, contrabalançar. A função compensatória pode ser empiricamente demonstrável, opera em processos psicológicos e corresponde a funções auto-reguladoras (homeostáticas) do organismo, observáveis na esfera fisiológica. Considerava a atividade compensatória do inconsciente como um equilíbrio de qualquer tendência para a unilateralidade por parte da consciência. Conteúdos reprimidos, excluídos e inibidos pela orientação consciente do indivíduo passam para a inconsciência e lá formam um contrapólo da consciência.

Essa contraposição se fortalece com qualquer aumento de ênfase sobre a atitude consciente até interferir com a atividade da própria consciência. Finalmente, conteúdos inconscientes reprimidos reúnem uma carga de energia suficiente para irromper na forma de sonhos e imagens espontâneas ou sintomas. O objetivo do processo compensatório parece ser o de ligar, como uma ponte, dois mundos psicológicos. Essa ponte é o símbolo; embora os símbolos, para serem eficazes, devam ser reconhecidos e compreendidos pela mente consciente, isto é, assimilados e integrados.

Normalmente, a compensação é um mecanismo regulador inconsciente da atividade consciente, porém, se houver um distúrbio neurótico, o inconsciente aparece em tamanho contraste com o estado consciente, que o próprio processo compensatório se vê rompido. Se um aspecto imaturo da psique é gravemente reprimido, o conteúdo inconsciente domina o objetivo consciente e destrói sua intenção. “O objetivo da terapia analítica, portanto, é uma compreensão de conteúdos inconscientes, a fim de que a compensação possa ser restabelecida” (Jung,2000, p.307). O ponto de vista da

inconsciência, sendo compensatório, sempre será inesperado, e aparece de forma diversa do ponto de vista assumido pela consciência.

Tudo que é humano é relativo, porque repousa numa oposição interior de contrários, constituindo um fenômeno energético. A energia, porém, é produzida necessariamente a partir de uma oposição que lhe é anterior e sem a qual simplesmente não pode haver energia. Sempre é preciso haver o alto e o baixo, o quente e o frio, etc., para poder realizar-se o processo de compensação, que é a própria energia. Portanto a tendência a renegar todos os valores anteriores para favorecer o seu contrário é tão exagerada quanto a unilateralidade anterior (Jung, 2004, p. 67).

Jung (1986), comenta que os impulsos contrabalanceadores ou compensatórios que se apresentam à consciência deveriam indicar o princípio de um processo de cura porque a atitude anterior, preponderante e isolada, estaria em vias de superação. Entretanto, não é o que efetivamente ocorre, pois a forma que estes impulsos corretivos se manifestam é tal que a consciência não é capaz de aceitá-los. Assim, referindo-se às alucinações dos psicóticos, o autor observa:

A expressão “equilíbrio psíquico” não pé apenas uma figura de linguagem, pois retrata realmente uma perturbação do equilíbrio entre o conteúdo consciente e o inconsciente. O que, na verdade, acontece é irrupção anormal da atividade regular do inconsciente para a consciência, perturbando o ajustamento do indivíduo ao meio. Isto mostra claramente como o inconsciente produz um antídoto que equilibra a unilateralidade da atitude consciente (Jung, 1986, p. 190).

Assim, é possível reconhecer o mecanismo da compensação como um princípio fundamental da dinâmica psíquica.

### **2.2.2. Enantiodromia**

Enantiodromia significa “passar para o outro oposto”. Psicologicamente, é um mecanismo autoregulador que opera quando pontos de vista ou atitudes de tendência unilateral extrema dominam a vida consciente, oportunamente uma contraposição igualmente poderosa se ergue na psique; primeiramente inibe um desempenho consciente, e na sequência, rompe com as inibições do ego e o controle consciente. A ubiquidade das referências de Jung (1991) à enantiodromia (clínica, simbólica e teórica) demonstra que, para ele, tal conceito não era apenas uma idéia, mas uma realidade; não somente um funcionamento e desenvolvimento psíquico pessoal, mas também da vida coletiva.

O reconhecimento da inevitabilidade da mudança enantiodrômica o ajudava a antecipar um deslocamento psíquico, e ele acreditava que era possível tanto prevê-la como se relacionar com ela, constituindo tal atitude a essência da consciência. Jung identificava este processo como “o princípio que governa todos os ciclos da vida natural, desde o menor até o maior” (p. 405). “Só escapa à crueldade da lei da enantiodromia quem é capaz de diferenciar-se do inconsciente” (Jung, 2004,p. 65). A lei da enantiodromia subordina-se ao princípio de compensação.

A enantiodromia é uma resposta a um excesso extremo. Assim, em relação à tipologia, quando um indivíduo desenvolve a função superior de forma unilateral em excesso, vai retirar energia psíquica da função inferior ou que deveria ser dedicada a ela. Portanto, a função inferior, desvitalizada, vai se configurar no inconsciente, permanecendo primitiva, arcaica e subdesenvolvida, também em excesso.

Então, a psique em seu movimento auto regulatório que intenciona a sua própria homeostase e equilíbrio, em algum momento entrará em processo de movimento enantiodrômico no intuito de equilibrar os excessos dos opostos, a função inferior ganhará energia do movimento e emergirá do inconsciente solapando a função principal e conseqüentemente, a consciência e de forma primitiva, matizada pelos seus componentes associados, como a sombra e os complexos, o que poderá se manifestar em forma de sintomas de toda ordem. No entanto, segundo Ruby (1998), estes movimentos compensatórios têm por finalidade retomar o equilíbrio da totalidade das quatro funções.

### **2.2.3. Dissociabilidade**

No ensaio "Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico" Jung (2000) expõe sua teoria psicológica e estabelece, de forma clara e madura, os fundamentos para as suas definições de inconsciente, para o seu entendimento das relações deste com o consciente e de ambos com o inconsciente coletivo, enfim descreve toda a dinâmica intrapsíquica.

A noção de um inconsciente é basilar para a psicologia profunda e a distingue dos demais modelos psicológicos. Como prova da existência do inconsciente, Jung apresenta o conceito do fenômeno da *dissociação* ou *dissociabilidade da personalidade* e explica que esta peculiaridade da psique decorre do fato de que a ligação dos

processos psíquicos entre si ser bastante condicionada. Segundo o autor, os processos inconscientes dependem precipuamente das experiências da consciência e da forma que o ego as apreende, bem como os próprios processos conscientes revelam uma clara frouxidão ou uma separação entre uns e outros e cita a manifestação dos complexos constelados como exemplo. Estes serão amplamente discutidos posteriormente.

Em determinados estados alterados da consciência, pode-se encontrar um si-mesmo ou sujeito subliminar, uma figura interna que não é o ego mas que revela intencionalidade e vontade (Stein, 2000). Estas alterações tratam-se da variação do gradiente de energia da consciência, que em decorrência da perda de energia, certos conteúdos conscientes se tornam subliminares e por conseguinte, inconscientes. Inversamente, acionados pelo processo de compensação, conteúdos e processos inconscientes, devido ao aumento de energia, tornam-se ou deveriam tornar-se conscientes. Nesta perspectiva, Jung (2000) afirma que

Para que os atos inconscientes de vontade, por exemplo, sejam possíveis, é necessário que esses processos possuam um potencial de energia capaz de os levar ao estado de consciência, mas um estado de consciência secundária que consiste no fato de o processo inconsciente ser "representado" para um sujeito subliminar que escolhe e decide. Este deve necessariamente possuir inclusive uma quantidade de energia exigida para conduzi-lo ao estado de consciência. Quer dizer, ele deve alcançar, em um certo momento, seu *bursting point* (ponto de ruptura) (p. 113).

No entanto, existem certos processos inconscientes que não cruzam efetivamente limiar da consciência, não se fazem perceptíveis ao ego e, aparentemente, ficam pendentes ao domínio do sujeito subliminar secundário. Na intenção de esclarecer por que este sujeito que, hipoteticamente, possui a quantidade de energia suficiente para conduzi-lo ao estado de consciência, não atravessa o limiar nem é assimilado à consciência primária do ego, o autor explica que esta consciência secundária representa uma componente da personalidade que se separou da consciência do ego, a princípio, por mero acaso, mas que tal dissociação apresenta dois aspectos distintos:

No primeiro caso, trata-se de um conteúdo originariamente consciente que se tornou subliminar ao ser reprimido por causa de sua natureza incompatível; no segundo caso, o sujeito secundário consiste em um processo que jamais pode penetrar na consciência, porque nesta não há a mínima possibilidade de que se efetue a apercepção deste processo, isto é, a consciência do ego não pode recebê-lo, por falta de compreensão e, por conseguinte, permanece essencialmente subliminar, embora, do ponto de vista energético, ele seja inteiramente capaz de tornar-se consciente. Ele não deve sua existência à repressão, mas é o resultado de processos subliminares e como tal nunca foi



consciente. Como em ambos os casos há um potencial de energia capaz de os conduzir ao estado de consciência, o sujeito secundário atua sobre a consciência do ego, mas de maneira indireta, isto é, através de "símbolos", embora esta expressão não me pareça muito feliz. Quer dizer, os conteúdos que aparecem na consciência são primeiramente sintomáticos (Jung, 2000, p. 114).

Estes sintomas podem ser de natureza psicossomática ou psicogênica. Uma produção sintomática pode ser considerada um símbolo, por representar, indiretamente, estados ou processos inconscientes. Magaldi (2006) afirma que

Assim, pode-se validar a operação de buscar a manifestação simbólica do sintoma, por estar secretando um segredo que precisa ser revelado. Com este procedimento, ocorre a transdução da energia do sintoma, que, em tese, pode estar num plano mais grosseiro, para a dimensão psíquica, que pertence a um nível mais sutil (p. 236).

O aspecto da dissociabilidade da psique não é patológico nem incomum, pois, na maioria das vezes, não são conteúdos reprimidos, são antes aqueles que ainda não se tornaram subjetivamente percebidos nem conscientizados.

Jung (1998) salienta que esta tendência de dissociação da psique, à qual ele se refere como “neurótica” e sempre presente, tem vários aspectos e em última instância, parece consistir numa resistência fundamental da consciência contra tudo que é inconsciente e desconhecido, sendo pois uma tendência arcaica e misoneísta.

O autor evidencia a consciência como um sistema perceptivo por excelência, a qual pode ser comparada com a escala de frequência perceptível do som e da luz, tendo assim, um limite inferior e um superior. No entanto, uma vez que postulou a existência de uma psique inconsciente e a incessante inter relação entre estas duas instancias, considerou relevante cogitar sobre as delimitações de ambas e, como pensador e cientista, dedicou-se por estabelecer definições que explicitassem de forma clara suas idéias e teorias. Apresentou então, o conceito teórico ao qual se referiu como o aspecto *psicóide* da psique, o qual, por sua vez, advém e está intimamente relacionado ao caráter psicóide do arquétipo.

A concepção junguiana de psique postula que esta transita ao longo de uma escala cujos limites exteriores desvanecem gradualmente numa área psicóide. Recorrendo ao adjetivo "psicóide" de Bleuler, que definiu *das Psychaide* como “a soma de todas as funções mnemônicas do corpo e do sistema nervoso central, orientadas para um fim e destinadas à conservação da vida, com exceção daquelas funções corticais que

estamos sempre acostumados a considerar como psíquicas" (*in Jung, 2000, p.115*), Jung esclarece que:

Se uso o termo "psicóide" faço-o com três ressalvas: a primeira é que emprego esta palavra como adjetivo e não como substantivo; a segunda é que ela não denota uma qualidade anímica ou psíquica em sentido próprio, mas uma qualidade quase psíquica, como a dos processos reflexos; e a terceira é que esse termo tem por função distinguir uma determinada categoria de fatos dos meros fenômenos vitais, por uma parte, e dos processos psíquicos em sentido próprio, por outra. Esta última distinção nos obriga também a definir com mais precisão a natureza e a extensão do psíquico, e de modo todo particular do psíquico inconsciente (*Jung,2000,p.116*).

Por conseguinte, o caráter psicóide da psique se manifesta em processos que são quase-psíquicos mas não o são propriamente, e distingue as funções psíquicas das funções vitais, o que indica que tais processos "situam-se entre a energia vital somática e os puros processos corporais, por um lado, e os verdadeiros processos psíquicos, por outro" (*Stein, 2000*). Pode ser considerado "o elo perdido" que une corpo, mente (psique) e espírito, cuja fonte reside nesta peculiaridade imanente da natureza do arquétipo, que é psicóide por excelência. Outro aspecto na natureza do arquétipo, como a tudo que é psicologicamente vivo, é a bipolaridade (*Jacobi,1973*).

Assim, para *Stein (2000)*,

Nas extremidades da psique estão as áreas psicóides que produzem efeitos quase-psíquicos como os sintomas psicossomáticos e os acontecimentos parapsicológicos. Quando a informação atravessa a área psicóide, ela é psiquizada e transformada em psique. Na psique, matéria e espírito reúnem-se. Primeiro, esses pacotes de informação passam pelo inconsciente coletivo, onde são contaminados, em certa medida, por outros conteúdos que já estão no inconsciente; e, finalmente, penetram na consciência sob a forma de intuições, visões, sonhos, percepções de impulsos instintivos, imagens, emoções e idéias. O ego deve lidar com o conteúdo inconsciente emergente formulando juízos sobre o seu valor e, por vezes, tomando decisões sobre se deve ou não agir de acordo com eles. O peso da escolha recai sobre a consciência do ego para tratar eticamente com essas invasões do espaço interior (p. 96).

Portanto, é possível depreender que o fator psicóide do arquétipo dissemina suas possibilidades e complexidades por toda a psique e seus processos e que a dissociabilidade é, essencialmente, dele decorrente.

#### **2.2.4. Símbolo**

Jung faz distinção entre símbolo e sinal. Sinal tem uma relação unívoca, ou seja, para um significante tem-se um significado. O símbolo, através de múltiplos significados, mobiliza, transforma e transporta a energia contida nos arquétipos para a consciência, que o confronta. A idéia de símbolo vem do latim *syn* (junto) e *ballem* (projétil, movimento, confronto de forças).

O símbolo é, portanto, o fruto de um confronto de forças que se opõem, que são antagônicas, e deste modo revela algo por trás do sentido visível e objetivo, oculta um sentido invisível e mais profundo. Se o símbolo esgotar seu conteúdo oculto, deixará de ser símbolo para tornar-se um sinal (Ulson, 1988). O mistério que continha, uma vez totalmente acessível à consciência, ou se racionalizou ou se perdeu deste [símbolo] e retornou ao inconsciente, dissipando sua intransparência arquetípica e sua numinosidade, ficando apenas a casca do símbolo e caindo no consciente coletivo (Jacobi, 1973). O símbolo sintetiza e transmite vivências impossíveis de serem apreendidas integralmente.

O símbolo é sempre um produto de natureza altamente complexa, pois se compõe de dados de todas as funções psíquicas, não sendo de natureza racional e nem irracional, mas sintetiza ambas e as comunica. A riqueza de pressentimento e significado contida no símbolo dirige-se tanto ao pensamento quanto ao sentimento e a sua singular plasticidade, ao se apresentar de modo perceptível aos sentidos, estimula a sensibilidade e também a intuição (Jung, 1991).

A psique, de natureza estrutural bipolar, é coerente com a estrutura bipolar do arquétipo e do cérebro, com seus dois hemisférios, sendo que o esquerdo registra e lida com os dados racionais e pensamento lógico e o direito, com os irracionais e imagéticos. As constantes demandas externas ou internas ativam um dos pólos dos pares de opostos, o que gera uma tensão e, concomitantemente, uma tendência ao equilíbrio. É o símbolo que supera o conflito mediante uma síntese dos opostos e neste movimento, transforma e transporta a energia contida nos arquétipos para a consciência, fazendo uma ponte entre o consciente e o inconsciente.

Jacobi (1973) explica que Jung entendia que a bipolaridade do símbolo, por um lado, estava atrelada ao duplo aspecto bipolar do arquétipo, que, em seu aspecto psicóide, perpassa as dimensões do tempo e espaço. Já a consciência, condicionada pelo tempo e espaço, ao se dissolver no inconsciente, proporcionalmente, relativiza e cede lugar à independência temporal e espacial dos acontecimentos, em que se afiniza com a

lei da sincronicidade, que então, passa a vigorar. E por outro lado, pela qualidade de unificador dos pares de opostos, a princípio ligando consciente com inconsciente e por conseguinte, às demais qualidades atreladas a esse par.

A oposição não reside apenas na relação entre consciente e inconsciente, mas também entre introversão e extroversão, pensamento e sentimento, intuição e sensação, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo, arquétipo em-si e imagem arquetípica, ego e si-mesmo, persona e animus/anima, sombra e ego, signo e símbolo, primeira metade da vida e segunda metade, causalidade e sincronicidade, método redutivo e método prospectivo, etc, ou seja, permeia toda a teoria de Jung, bem como toda a manifestação da vida.

Segundo esta autora, a palavra alemã para símbolo

é a expressão mais acertada: *sinnbild*; traduzido literalmente, diz: “imagem do sentido”, composição que alude a ambas as esferas unidas nessa expressão : o *sentido (sinn)* como elemento integrante do consciente reconhecedor e formativo e a *imagem (bild)* como matéria-prima substancial do criador seio primário do inconsciente coletivo que, pela união com o primeiro, recebe o seu significado e forma (Jacobi, 1973, p. 88).

Rossi (1977) pesquisa sobre a lateralidade do cérebro e relaciona seus achados com a Psicologia Analítica e várias idéias de Jung, inclusive com os tipos psicológicos. Ele propõe a idéia da integração psíquica do processo de individuação estar relacionada à integração do funcionamento dos hemisférios e considera que isso poderia vir a ser um dos fundamentos neuropsicológicos da função transcendente.

A unidade dos opostos realizada pela função transcendente é de essencial importância na apreensão da realidade profunda que une os aspectos individuais e coletivos da psique. Para Jung (1991), o termo não tem nada de místico como poderia sugerir. A função transcendente é uma atividade simbolizadora, e, por função, ele entende ser uma função complexa, composta de outras funções e por ‘transcendente’, não uma qualidade metafísica, mas o fato de que por esta função se cria a passagem de uma atitude para outra” (p. 449), ou seja, transcende uma condição para outra.

O símbolo e o complexo fundam-se, em princípio, num núcleo arquetípico de significado que repousa no inconsciente coletivo. Por terem um substrato constitucional em comum, os termos arquétipo, símbolo e complexo são, muitas vezes, utilizados de forma indiscriminada. No entanto, Jacobi (1973) distingue complexos do inconsciente coletivo, que compõem o arquétipo e em certos casos, os símbolos e complexos

oriundos do inconsciente pessoal, que em maior ou menor grau, ocultam sob a aparência individual, símbolos do inconsciente coletivo. A autora adverte que a maioria dos complexos do inconsciente pessoal deve ser considerada um sintoma.

Portanto, a diferença entre os diversos significados e efeitos do complexo e do símbolo, seja nos indivíduos sãos ou nos doentes, não resulta efetivamente do seu conteúdo, mas antes do estado de consciência do “eu” e da forma como este lida com tais conteúdos. Segundo a autora, o indivíduo são os vivencia e digere de forma mais favorável e proveitosa, tendendo a superar os conflitos, a considerá-los como fatores perturbadores da administração psíquica e a reverte-los em recurso para seu desenvolvimento psíquico. Nos doentes, passam a ser os suportes dos sintomas e as imagens dos conflitos, os quais, não compreendidos e apreendidos como algo estranho, correm o risco de evocar uma dissociação na psique. Acontecendo a dissociação, o complexo “torna-se uma psique parcial autônoma e pode se manifestar como “espíritos”, “alucinações”, etc, isto é, em sintomas neuróticos e psicóticos de todos os tipos” (Jacobi, 1973, p. 108).

Para que algo seja ou não considerado um símbolo, depende da consciência do indivíduo. De acordo com Jung (2000), o si-mesmo (*Self*), a força motriz do processo de individuação, está interligado com a função transcendente, ou seja, em busca da unidade integrada, sendo não apenas o iniciador, mas também o objetivo final do processo de individuação, que é a realização plena do si-mesmo.

### 2.3. O Inconsciente Coletivo e os Arquétipos

Nossa psique pessoal, o consciente e o inconsciente pessoal, jaz sobre uma ampla base de disposição psíquica herdada e impessoal, o inconsciente coletivo, o qual corresponde às camadas mais profundas do inconsciente, de dimensão universal e comum a todos os homens e que nos ligam à toda humanidade. É o repositório mnemônico do somatório das experiências e da consciência coletiva. Reúne todas as possibilidades herdadas do funcionamento psíquicos do homem, ou seja, as disposições latentes inatas para um funcionamento psíquico análogo e tipicamente humano, veiculadas à estrutura cerebral herdada que transcendem as diversidades culturais mediante conexões míticas, motivos e imagens que, a todo momento e lugar, podem reaparecer sem tradição histórica nem prévio contato.

Diverso da psique pessoal, este se constitui de princípios formadores e coordenadores de conteúdos e modos de comportamentos que são os mesmos em toda parte e idênticos em todos os seres humanos, constituindo portanto, um substrato psíquico fundamental e estrutural, intrinsecamente de natureza psíquica suprapessoal que compõe cada indivíduo (Jung, 2003) .

Os conteúdos do inconsciente pessoal são, precipuamente, os *complexos de tonalidade afetiva*, que constituem o âmago pessoal da vida anímica. Por sua vez, os conteúdos do inconsciente coletivo, são denominados *arquétipos*.

Arquétipo pode ser considerado a unidade elementar constituinte do inconsciente coletivo e se compõe de imagens primordiais. São princípios fundamentais e padrões virtuais de estruturação e de desempenho psicológico com especificidade humana e estão relacionados ao instinto. Segundo Jung (2003), arquétipo é a imagem inconsciente dos próprios instintos.

Uma analogia utilizada para ilustrar é a da forma sem conteúdo, os arquétipos são como formas “vazias em si” que serão preenchidas pelas experiências de vida de cada um. Não podem ser experimentados em si mesmos diretamente por não possuírem uma forma definida ou fixa, manifestam-se através imagens arquetípicas materializadas nos mitos da humanidade que se revelam fenomenicamente no indivíduo através de sonhos, fantasias, expressões artísticas, comportamentos ou delírios. As imagens e seus símbolos atuam como uma ponte de acesso ao inconsciente coletivo, e podem ser acumuladas no inconsciente pessoal, ligadas a emoções, sentimentos, vivências positivas e significativas, auxiliando o desenvolvimento psíquico ou então, a conteúdos reprimidos, formando complexos (Jacobi, 1973).

Segundo Magaldi (2006)

Os arquétipos pertencem ao inconsciente coletivo, representam o somatório das memórias ancestrais vivenciadas e registradas ao longo da evolução humana. Por isso são universais e atuantes ao longo de nossa existência. Os arquétipos são contextos universais representados por continentes temáticos e as imagens arquetípicas são os conteúdos advindos das experiências existenciais que preenchem esses continentes, que, por sua vez, são oriundas tanto do inconsciente coletivo quanto do inconsciente pessoal e ainda, das experiências conscientes de cada ser humano (p. 50).

“Arque” significa origem, causa e princípio, mas também representa a posição de um líder, de soberania, ou seja, de uma espécie dominante. “Tipo”, por sua vez, significa batida, forma básica ou estrutura primária, cunhar moedas, imagem e modelo. Jacobi (1973) explica que nessas noções está contida a idéia de gravação pela repetição contínua de experiências típicas, bem como faz referência à “energia” e às “tendências” que levam empiricamente à repetição constante das mesmas experiências e formulações.

Os arquétipos são sistemas de prontidão para a ação e reação. Essencialmente, são fatores e motivos que coordenam elementos psíquicos atuando como um princípio formador de imagem. Segundo Jacobi (1973) esta noção de Jung foi posteriormente ampliada para abranger todos os tipos de padrões, configurações, acontecimentos, todas as manifestações psíquicas na forma de possibilidades latentes, seja como fatores psicobiológicos, psíquicos ou ideativos, desde que tenham qualidade universal e típica.

Além do seu funcionamento autônomo, e possivelmente através dele, a psique objetiva mantém uma relação de complementação e compensação com o consciente com o intento de contrabalançar tanto as tendências unilaterais desta quanto suas deficiências vitais. Pode-se dizer que esta ação compensatória ou complementar da falta ou do exagero, na verdade, pressupõe uma direção e uma finalidade, preceitos implícitos na conceito de um padrão de inteireza da personalidade total que Jung denominou de Self, o qual abrange e direciona o funcionamento tanto do consciente quanto do inconsciente (Whitmon, 1985).

O autor ainda assevera que o potencial não realizado de um indivíduo, bem como suas necessidades de crescimento não desenvolvidas, podem tornar-se seu destino. Isso no sentido de que parece existir no indivíduo um impulso irresistível para adaptar-se àquilo que ele está “destinado a ser” em termos dos padrões de força da psique objetiva, à sua verdade interior (Self), que pode ter pouco a ver com suas idéias

e propósitos conscientes, e pode, inclusive, ir contra as intenções do ego. Jung (2000) denominou esse movimento de “anseio de individuação”.

### **2.3.1. Aspectos psicológicos do Inconsciente Coletivo e dos Arquétipos**

Processos arquetípicos operam independentemente do ego, em parte, devido a sua origem se fundar na estrutura herdada do cérebro. Suas manifestações, tanto na cultura como no indivíduo, ocorrem como motivos universais e possuem um grau de atração próprio, na maioria das vezes, irresistível. Os arquétipos e os processos arquetípicos são, em si mesmos, sob todas as perspectivas, verdadeiramente neutros, outrossim seus conteúdos adquirem valor somente após a confrontação com o consciente. Esse caráter neutro do inconsciente coletivo levou Jung a chamá-lo de objetivo, em contraste ao consciente, que é subjetivo.

Este estrato energético que Jung (2003) denominou de psique objetiva se expressa através de uma linguagem arcaica que se transfigura em imagens, ou seja, esta camada psíquica mais profunda é um produtor de imagens e se manifesta através delas. Destas imagens emanam atividades de “campo de força” diversificado, terminologia que ele trouxe da física moderna, que representa um padrão ou configuração energética que se torna perceptível ao observador somente através de seus efeitos ou dos elementos suscetíveis à sua influência direta e observável. Para esclarecer e clarificar esta idéia, Jung (2000) cita o exemplo da limalha de ferro que se organiza num padrão específico que torna visível o efeito do campo de força do ímã que atrai os pregos. O observador não enxerga a força de atração, mas pode ver os pregos sendo atraídos e deslocados no espaço.

Estas atividades de campo de força se apresentam como emoções, impulsos, ações e comportamentos, as quais, concomitantemente, são formas de expressão da energia psíquica, também conhecida por libido. Tais padronizações de configurações energéticas de imagem do campo psíquico Jung (2003) denominou de complexos.

Os complexos possuem um campo de força atrativo de grande potência, cuja energia se origina e se irradia do arquétipo que constitui o cerne de seu núcleo e que se difunde na intensidade do afeto, o qual por sua vez, é exatamente a tenacidade da “argamassa” que une os diversos componentes que configuram o complexo. Este afeto que mantém a configuração do complexo é o mesmo que o constela, ou seja, que o



ativa. Segundo Whitmont (1985), o centro nuclear de um complexo se apresenta sob a forma de imagens e representações mitológicas, os quais estamos de certa forma familiarizados mediante seu comparecimento em mitos, histórias, contos de fadas e formas religiosas tradicionais de todos os tempos, lugares e épocas. Estes temas recorrentes são citados como *mitologemas*.

Para este autor, o núcleo arquetípico de um complexo pode ser descrito em termos de seus aspectos dinâmicos e formais. O aspecto dinâmico diz respeito à energia, à expressão *per si*, nos padrões de ação, reação, de emoções e de comportamentos, e que se apresenta nas diversas formas de manifestação da casca do complexo. O aspecto formal envolve os preceitos, aos quais ele se refere como experiências representativas que, usualmente, se apresentam na forma de sonhos, fantasias e mais raramente na forma de experiências auditivas ou como experiência de um outro sentido. Estas experiências podem ser encaradas como correspondentes de temas mitológicos. Complementando, Whitmont (1985) assevera que:

Os fatores arquetípicos que formam os núcleos dos complexos são os temas gerais do funcionamento humano, os modos pelos quais as forças motrizes da existência são vivenciadas pela humanidade. Eles não podem ser equiparados a certos fatores ambientais predizíveis. Ao formar as cascas pessoais dos complexos (isto é, das nossas próprias vulnerabilidades emocionais e predisposições comportamentais enquanto modificações e variações de temas gerais), qualquer fator arquetípico pode interagir com qualquer elemento ambiental (p.95).

Segundo este autor, os arquétipos e os complexos, enquanto configurações energéticas, podem ser ativados através situações problemáticas ou não, que provenham tanto do interior do indivíduo quanto do exterior e ainda podem ser relativos a pessoas, a conflitos emocionais ou mesmo a necessidade de maturação da personalidade.

As circunstâncias ambientais podem tanto se harmonizar quanto se opor as temáticas gerais de vida, arquetipicamente falando, constelando, em diferentes níveis, aspectos que podem ser tanto construtivos quanto destrutivos para o indivíduo. É a tensão relativa entre os fatores pessoais e os fatores arquetípicos que compõem um complexo que determinará grau do seu efeito sobre a personalidade como um todo, seja dinâmico e construtivo ou destruidor (Whitmont, 1985). Este efeito depende, precipuamente, da atitude consciente do indivíduo, de como ele encara as adversidades da vida e aí entra a questão que Jung (1998) considera muito relevante, que é a do significado e da finalidade. O que uma experiência, mesmo que seja dolorosa, pode

significar na vida da pessoa, quais as possibilidades que ela encerra, qual a finalidade de vivenciá-la em termos de aquisição de recursos pessoais e de aprendizado para experiências futuras.

A psique objetiva ou inconsciente coletivo, existe independente de nossa consciência, volição e intenções subjetivas em relação a ela. Opera de forma autônoma e independente do ego, mas este pode vivenciá-la e ainda compreender, em certa medida, vivências subjetivas que poderiam ser consideradas fantasias caóticas, impulsos e desejos irracionais, mas que revelam significado quando deslateralizado e interpretado de forma simbólica (Hillman, 2011).

É possível apreender a complexidade da atuação da psique objetiva na sua interação com a psique subjetiva, tanto com o inconsciente pessoal quanto com a consciência. O próximo apontamento abordará justamente a forma como isso efetivamente se dá, em sua origem.

### **2.3.2. Estágios e Leis da Realização do Arquétipo**

Segundo Jacobi (1973), Jung distingue o arquétipo como forma pura ou “arquétipo em si” do “arquétipo apresentado”. O arquétipo em si nada é além da forma, forma vazia e anterior, potencial fecundo de energia, porém desprovido de qualquer conteúdo ou de substrato, sendo, no entanto, subjacente às formas reais. Como tal, não é perceptível, portanto irrepresentável e apenas potencialmente presente, diverso do arquétipo apresentado que é perceptível e pode ser realizado e representado, ou seja, torna-se imagem arquetípica. A autora explica que o arquétipo em si torna-se imagem arquetípica, atitude emocional típica ou padrão de ação quando realizados em complexos através dos canais de condicionamentos, quando então são preenchidos e matizados com as experiências pessoais, predominantemente durante a infância.

Jung (2008) considera importante que a descrição do processo seja feita da forma como se apresenta na experiência imediata. Segundo ele, o próprio processo em si é um arquétipo e constitui uma classe distinta de arquétipos, a qual ele denominou de arquétipos de *transformação*. Diverso dos demais arquétipos, que geralmente comparecem e atuam nos sonhos e fantasias como personalidades ou personagens, os de transformação se apresentam como situações típicas, lugares, caminhos, meios, etc, cada qual simbolizando um tipo de transformação. Assim como os demais arquétipos, estes também são símbolos autênticos e

genuínos. Não podem, portanto, serem interpretados exaustivamente, nem como sinais nem como alegorias, na medida em que eles são ambíguos e indescritíveis devido à ilimitada riqueza de referências. Embora sejam em parte reconhecíveis, são carregados de pressentimentos e inesgotáveis, pois sua natureza corresponde a uma multiplicidade de sentido, o que impossibilita toda e qualquer formulação unívoca e, provavelmente, é deste aspecto que vem a predileção de Jung pelo método da amplificação em lugar do da interpretação, o qual ele considera redutivo e tendenciosamente matizável pelas próprias representações do intérprete.

Segundo Jung (2003),

O perigo principal é sucumbir à influência fascinante dos arquétipos, o que pode acontecer mais facilmente quando as imagens arquetípicas *não são conscientizadas*. Caso exista uma predisposição psicótica pode acontecer que as figuras arquetípicas - as quais possuem uma certa autonomia graças à sua numinosidade natural - escapem ao controle da consciência, alcançando uma total independência, ou seja, gerando fenômenos de possessão. No caso de uma possessão pela alma, por exemplo, o paciente quer transformar-se por autocastração numa mulher chamada Maria, ou então receia que algo semelhante aconteça violentamente. O melhor exemplo disto é o livro de SCHREBER" (p. 48)

Whitmont (1985) procurou detalhar minuciosamente a forma que um arquétipo se realiza. Suas idéias serão aqui reproduzidas de forma bastante literal, dada a singularidade do tema, escassez de literatura neste nível de detalhamento e a dificuldade daí advinda em fazê-lo de outra forma.

Inicialmente, a criança se desenvolve com base nas experiências sensoriais e intuitivas (pré-simbólicas), ou seja, desenvolve primeiramente as funções perceptivas, as chamadas irracionais (Jung,1998).

No entanto, segundo este autor, existe um espectro de diferentes graus de realizações na expansão da vivência consciente entre os preceitos da criança e a intuição simbólica do adulto maduro, que pode ser descrita em três estágios.

Em relação ao mundo exterior, tem-se, inicialmente, preceitos, depois conceitos abstratos e posteriormente, experiências simbólicas intuitivas. E em relação ao mundo interior, ocorre inicialmente uma identificação com as respostas automáticas do tipo reflexo, então há o desenvolvimento de uma compreensão e uma racionalização intencional consciente das nossas emoções e impulsos e finalmente, torna-se possível desenvolver a capacidade de vivenciar a significação simbólica.

A primeira fase, a do funcionamento perceptual e do automatismo reflexo. Para Whitmont (1985),

Ocorrem na identidade mágica dos sonhos exterior e interior da criança, prepara o cenário, as realizações básicas e iniciais dos arquétipos ocorrem então em termos da interação de identidade ambiental da criança. Os complexos, as unidades do funcionamento psíquico manifesto, são assim formados (p. 103).

Este autor cita um zoólogo, Portmann, que fez um estudo sobre biologia e espírito, e traz a idéia de “*imprinting*”, citando o caso do ganso que, ao nascer, escolherá e seguirá como seu protetor a primeira criatura viva que vir após sair do ovo e do filhote de pato que se encolhe com medo quando a réplica de uma ave de rapina é colocada sobre sua jaula. Comenta então, que não só a satisfação das necessidades e de relacionamento é efetuada deste modo mas também, a imagem do inimigo típico pode ser inata e herdada. Assim, a imprimibilidade pressupõe um padrão estrutural à espera de ser ativado e cita outros exemplos que:

Ilustram a prontidão de resposta de estados comportamentais e emocionais, padrões estruturais “à espera de serem ativados” ou, como designamos o processo, de ser realizados. (...) A experiência e o hábito podem determinar o comportamento de um animal, mas aqui está demonstrada a existência de tais “padrões de comportamento pré- formados” no sistema nervoso e sensorio de animais. (...) A realização destes padrões ocorre através da “atuação” num campo unitário onde a percepção, a emoção e a ação são uma só coisa e sem consciência no sentido aqui adotado. Essa também é a primeira forma de realização dos bebês e das crianças pequenas (Portmann, citado por Whitmont, 1985, p. 105).

Em relação aos bebês, pode-se citar o exemplo do ato de sugar diante de um seio lactante. Tal situação poderia ser chamado de instinto, mas o próprio Jung (2000) se referiu ao arquétipo como “imagem do instinto” e disse que:

A “assimilação da imagem”, significa e ao mesmo tempo evoca o instinto, embora sob outra forma inteiramente diversa daquele em que encontramos ao nível biológico”. (...) Psicologicamente, porém, como imagem do instinto, o arquétipo é um alvo espiritual para o qual tende toda a natureza do homem; é um mar em direção ao qual todos os rios percorrem seus acidentados caminhos (p.149).

A segunda fase, que geralmente vai dos cinco anos até os cinquenta anos, os arquétipos manifestam-se ao modelar nosso sistema de referência racional, o qual, equivocadamente, consideramos adquirido de forma consciente e intencional.

Contudo, nossas convicções e idéias conscientes são apenas criações da psique inconsciente, estruturas arquetípicas “preenchidas” com material ideativo consciente. Mais tarde, temos condições de perceber a discrepância entre os ideais consciente e o funcionamento inconsciente das camadas mais profundas da qual se diferenciou. Podemos então tentar corrigir a unilateralidade das realizações originais através de uma compreensão racional dos fatores ambientais que as determinaram. Confrontamo-nos então com objetos e (...) somos capazes de compreender as influências da infância que nos moldaram e que muitas vezes distorceram nossas reações. Através da reeducação consciente, uma parte desse desequilíbrio pode ser corrigida (Whitmont, 1985, p.103).

Na terceira fase, a da intuição simbólica, é possível se ter uma noção do elemento de significação da vida, o qual pode ser apresentado através impressões da infância, dos conflitos interiores e exteriores dos adultos e da visão madura potencial destes. Nesta fase, o substrato material, isto é, imagens, emoções e ações capazes de se tornarem conscientes, aponta para além de si mesmo e da limitação tempo-espaço da consciência e, justamente através elaboração simbólica ou da compreensão do significado das vivências, é possível uma reconciliação dos conflitos entre as fases anteriores, ou seja, entre a realização não-racional e a racional (Whitmont, 1985).

Jacobi (1973) afirma que todo símbolo é ao mesmo tempo “um arquétipo em si”, mas que o arquétipo é um símbolo em potencial e quando uma constelação psíquica for adequada, o seu “núcleo dinâmico” poderá realizar-se e manifestar-se como um símbolo:

O conteúdo puramente humano-coletivo do arquétipo – que representa a matéria prima fornecida pelo inconsciente coletivo - se relaciona com o consciente e o caráter formativo deste, o arquétipo recebe “corpo”, “matéria”, “forma plástica”, etc; passa agora a ser apresentável e uma verdadeira *imagem*, uma imagem arquetípica, um símbolo. E, se quiséssemos defini-lo do ponto de vista funcional, poderíamos dizer que o “arquétipo em si” é, essencialmente, energia psíquica aglomerada, mas o símbolo é agregado pelo modo como a energia aparece e se torna justamente constatável. Neste sentido, Jung define símbolo também como “índole e retrato da energia psíquica”. Por essa razão também, *nunca se pode encontrar* o arquétipo em si de *maneira direta*, mas apenas *indiretamente*, quando se manifesta no símbolo ou no sintoma ou no complexo (Jacobi, 1973, p.73).

Assim, é importante reconhecer que fenômenos tão diversificados como respostas instintivas, idéias, hábitos comportamentais, afetos, emoções, complexos, sintomas e experiências simbólicas são todas manifestações fenomênicas do processo de realização de arquétipos.

### 2.3.3. Leis do Processo de Realização do Arquétipo

Segundo Whitmont (1985), a rede de substrato material emerso da realização do arquétipo, isto é, imagens, afetos e ações, conglomera-se em torno de um “veículo de significado” através das leis de associação, os princípios organizadores básicos da mente, que podem assumir duas formas.

A primeira forma de associação é por *similaridade* ou correspondência, a qual opera com base na aparência, função ou configuração. A similaridade tem a propriedade de ser capaz de evocar efeitos e reações idênticas em situações meramente semelhantes, seja na aparência, na função ou na configuração geral da situação.

A segunda, é por *contigüidade*, que pode ocorrer por coexistência em tempo e espaço, ou seja por simultaneidade, ou ainda, por ordem sequencial. Através do princípio de associação por contigüidade, qualquer característica que coincida com uma situação ou padrão arquetípico fortemente modulado pelo afeto, torna-se parte funcional dele, embora não seja necessariamente essencial ao seu significado. Exemplificando, o corte de cabelo que a mãe usava quando o sujeito era criança tende a evocar na memória tanto sentimento como os padrões de comportamento associados à mãe e fazer com que a pessoa reaja, no momento presente, como reagiria em relação à sua mãe quando criança sempre que aviste uma mulher com o mesmo corte de cabelo. Segundo Whitmont (1985), a intensidade da reação dependerá do impacto emocional da circunstancia condicionadora original e ainda, da extensão do conflito entre a emoção e o desígnio essencial do arquétipo. Esclarecendo, o arquétipo materno, por exemplo, é inerente à idéia de cuidado, proteção, nutrição, etc. Portanto, se a imagem arquetípica ou representação do sujeito for muito contraditória a estas noções, então o impacto emocional poderá ser demasiado e intenso.

Portanto, é pertinente dizer que fenômeno de condicionamento tal qual descrito originalmente por Pavlov compõe ou faz parte da associação por contigüidade. Através do condicionamento, pode-se impor mudanças nas associações do aspecto comportamental, emocional ou representativo típicos dos complexos universais, individualizando-os ou mesmo tornando-os patológicos, caso esteja em demasiada divergência com a base típica ou intento funcional original (Whitmont, 1985). Este autor explica que:

A probabilidade de surgir um complexo patológico é maior quando a contigüidade anula a correspondência do processo de condicionamento, quando

as formas de realização não apenas modificam, mas são diretamente antagônicas ao padrão do arquétipo fundamental (p. 107).

A operacionalidade do funcionamento da associação não é a expressão de um evento puramente mental. Manifesta um processo energético através do qual uma imagem psíquica ou uma formulação dos campos das linhas de energia – os campos de realização dos arquétipos – torna-se evidente. As associações indicam o direcionamento da ação do afeto motriz e dos impulsos irresistíveis.

A experiência da associação mostrou que os dois canais associativos, a similaridade e a contiguidade, são verdadeiras “linhas de transmissão” de energia psíquica: pois como um gatilho, os elementos associados (sejam ele imagens, conceitos, emoções ou ações), invariavelmente ativarão a carga de libido do complexo total ao qual estão ligados. Portanto tocar um ponto de ligação associativa é sempre como tocar um fio de alta tensão que invariavelmente conecta à origem da carga energética, isto é, ao arquétipo, ao complexo e aos padrões de imagem, emoção e comportamento (p.108).

Portanto, é desta forma que se constela um complexo, ou seja, quando uma parte é tocada e ativada por algum evento da vida que evoque um afeto efetivamente intenso e correlato ao do conglomerado do complexo, carrega a carga energética (a libido) do todo. Análoga é a constelação do arquétipo, pois cada um dos elementos associados com os campos de energia arquetípica também ativam o arquétipo como um todo. Isso significa que, pegando o exemplo citado do arquétipo materno, digamos que apenas o aspecto na nutrição foi vivenciado, mas não os demais aspectos que compõem o arquétipo e, conseqüentemente, o complexo materno: amor, acolhimento, carinho, calor, etc. Quando, em alguma circunstância, da vida este aspecto de nutrição é ativado, os que não foram realizadas são também sensibilizados e então, clamam por realização. Whitmont (1985) explica que estas partes não realizadas:

São tocadas através de canais já disponíveis, embora sejam insuficientes e inadequados para uma expressão apropriada. Ocorre um tipo de vácuo, com uma sucção compensatória em direção à porção não vivenciada, a “busca do objeto externo nunca visto antes”. Somos então atraídos por um anseio de pai, mãe, amante, etc. “ideal”, que se torna ainda mais inatingível ou irrealista à medida que aumenta a discrepância entre a experiência real ou a ausência dela e os elementos não realizados. (...) O impulso para a encarnação inerente ao dinamismo arquetípico não realizado cria uma atração compensatória proporcionalmente poderosa; o envolvimento em qualquer situação que corresponda aos elementos formais não realizados ocorre de modo reiterado (...). O resultado é um conflito profundo de emoções ambivalentes que, em geral, produz um “dilema”. Ceder à atração aumenta o medo e a ansiedade; resistir à atração resulta em depressão e insatisfação acompanhadas dos medos vagos e da

ansiedade que deles decorrem. Além disso, encontramos-nos inadvertida e involuntariamente envolvidos em nossos julgamentos e intenções racionais, em oposição a eles (p. 109).

Ocorre que, por similaridade, o indivíduo acometido do processo acima descrito, inconscientemente se envolve com uma pessoa semelhante, mesmo que superficialmente, àquela do passado que originou o afeto e a vivência inadequada e a qual a remete, justamente, à vivência da infância que anseia a experiência plena do arquétipo. E este relacionamento é, provavelmente, tão inadequado e improvável de levar a uma experiência plena do arquétipo quanto foi a pessoa do passado, porque ambas são semelhante no mesmo aspecto que frustrou a primeira experiência, o que, inevitavelmente, a levará à subsequente frustração. E esta última experiência de frustração resultará em mais um elemento que se somará à rede implicativa de associações do conglomerado do complexo, fortalecendo-o e intensificando-o com o afeto análogo aí acrescentado. Então, no futuro, existe a franca possibilidade deste complexo se constelar de forma ainda mais intensa, em eventos mais fortes ou penosos, pois a rede de associação aumentou e o afeto foi intensificado.

Os conceitos de arquétipo e complexo parecem se confundir quando os processos são descritos, mas é importante frisar que, quando ambos são tratados a nível da psique individual, o arquétipo situa-se no núcleo de um complexo, daí a manifestação de ambos serem intimamente intrincadas e geralmente a manifestação de um deles implica na do outro.

E é relevante evidenciar que é o afeto o grande motivador ou detonador dos eventos psíquicos e também dos eventos fenomênicos. Os desdobramentos e consequências de ambos, sempre dependerão da atitude consciente individual e da sua reação perante as vivências.



## 2.4. O Conceito de Complexo na Teoria de C. G. Jung

Complexo é um conjunto ou configuração de temas, imagens, idéias ou representações conglomerados em torno de um núcleo derivado de um ou mais *arquétipos*, sendo que o substrato da tenacidade que os une é justamente um afeto, e é o que caracteriza a tonalidade afetiva ou estado emocional comum entre eles.

Quando “entram em ação”, tornam-se constelados, os complexos contribuem para o comportamento, refletem-se nele e são evidenciados pela intensidade do afeto, quer o indivíduo esteja ou não consciente dele. A maioria dos complexos está totalmente no inconsciente, mas alguns estão parcialmente na consciência, sendo assim um fator psíquico que, em termos de energia, possui um valor que às vezes supera as intenções conscientes e a volição, contestando o postulado ingênuo da unidade da consciência identificada com a “psique” e o da supremacia da vontade, uma vez que pode submeter o sujeito a um estado no qual há uma limitação da liberdade, subjugada por pensamentos obsessivos e ações compulsivas, prevalecendo e preterindo inclusive, a noção de livre-arbítrio. Jung (1998) assim esclarece:

O que é, portanto, cientificamente falando, um "complexo afetivo"? É a imagem de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional e, além disso, incompatível com as disposições ou atitude habitual da consciência. Esta imagem é dotada de poderosa coerência interior, tem sua totalidade própria e goza de um grau relativamente elevado de *autonomia*, vale dizer: está sujeita ao controle das disposições da consciência até um certo limite e, por isto, se comporta, na esfera do consciente, como um *corpus alienum*, corpo estranho, animado de vida própria (p. 31).

Depreende-se que um complexo quando constelado ou ativo goza de relativa autonomia, no sentido de sobrepular a própria consciência e complexo do eu, exercendo influências e perturbações não apenas incontroláveis como muitas vezes indiscrimináveis. E enfatiza (Jung, 1986):

O autocontrole (das próprias tendências, pensamentos, palavras, ações e comportamentos) sofre danos proporcionais à intensidade do complexo. A *intencionalidade da ação* é cada vez mais substituída por erros não intencionais, disparates e lapsos que, em geral, não se consegue explicar (p. 38).

Para Jung (2000), o termo constelação se refere ao fato de uma situação exterior desencadear um processo psíquico, o qual “consiste na aglutinação e na atualização de determinados conteúdos” (p. 29). Esses conteúdos constelados são determinados *complexos* que possuem energia específica própria e configuração particularizada. A

expressão "está constelado" indica "que o indivíduo adotou uma atitude preparatória e de expectativa, com base na qual reagirá de forma inteiramente definida" (29). A constelação é um processo automático e incontrolável pela própria vontade, uma vez acionada o que, usualmente, ocorre em correspondência a um afeto intenso.

Para Jung (1986), base essencial da nossa personalidade é a afetividade. Os afetos que, em geral, são entendidos como reguladores de nossas relações com o meio ambiente e como instrumentos de nossa adaptação, como meios de proteção do organismo e forma motriz de autopreservação.

Jung (1986) cita Bleuler:

A afetividade, portanto, mais do que a reflexão, é o elemento que pulsa em todas as nossas ações e omissões. Provavelmente *apenas* agimos sob a influência das sensações de prazer e desprazer; as reflexões lógicas adquirem força apenas pelos afetos a ela relacionados. (...) A *afetividade* é o conceito mais geral, em que o querer e a ambição significam apenas um aspectos (p.31).

Jung (2003) considera afeto um conceito mais amplo, e não apenas sinônimo de emoção e afirma:

A autonomia do inconsciente começa onde originam as emoções. Estas são reações instintivas, involuntárias que perturbam a ordem racional da consciência com suas irrupções elementares. Os afetos não são "feitos" através da vontade, mas acontecem. O afeto aparece às vezes um traço de um caráter estranho até mesmo à pessoa que o experimenta, ou conteúdos ocultos irrompem involuntariamente. Quanto mais violento for um afeto, tanto mais ele se aproxima do patológico, isto é, daquele estado em que a consciência do eu é posta de lado por conteúdos autônomos, antes inconscientes. Enquanto o inconsciente se encontra em estado de dormência, parece que nada contém (p. 272).

Uma explosão de afeto vem como uma invasão do indivíduo e um tomar posse provisório do ego. As emoções nos acontecem; o afeto ocorre no ponto em que a adaptação é mais frágil e, ao mesmo tempo, revela a origem e motivo de tal debilidade. Essa hipótese era basilar para os experimentos iniciais de Jung com os testes de associação de palavras. A estratégia para a descoberta de um complexo era extrair uma resposta imersa em afeto. "Juntamente com a forte carga emocional, essa perseveração do afeto constitui uma razão para o aumento proporcional da riqueza das associações relacionadas ao complexo" (Jung, 1986, p. 34).

O afeto revela a posição relativa e a intensidade de valores psicológicos. Assim, uma ferida psíquica pode ser desvelada e medida pela proporção da intensidade do afeto desencadeado quando ela é tocada.

Jung (1986) distinguia dois aspectos em todo complexo, a casca e o núcleo. A casca corresponde à uma parte mais superficial, que se apresenta, segundo Whitmont (1985), de maneira imediata na forma de um padrão peculiar de reação, intrinsecamente dependente de uma rede de associação agrupadas, como já foi dito, em torno de um afeto central e adquirido individualmente, sendo pois, de caráter pessoal. Esta casca dos complexos é constituída basicamente pelos condicionamentos, acontecimentos, traumas, registros, representações, repressões e dificuldades da infância e podem ser investigados e rastreados, redutivamente, até o passado pessoal do indivíduo e explicadas em termos de causa e efeito. Este autor assevera que a primeira interpretação deveria ser sob esta perspectiva, pois tais “padrões associativos são as manifestações concretas dos complexos aqui e agora. Eles explicam e expressam o complexo como um padrão autônomo de comportamento e emoção” (p.60). E ainda, que a totalidade das cascas dos complexos forma o que é denominado de inconsciente pessoal, ou mais popularmente conhecido como “o” inconsciente.

Whitmont (1985) evidencia que até este ponto não há discordância essencial entre a psicologia analítica de Jung e a psicanálise convencional e que, entretanto, aqui os caminhos bifurcam, pois neste estágio é possível compreender o complexo, mas ainda o possuímos, ou melhor, como disse Jung (1989), o complexo nos possui.

Mas há um fato que ainda gera confusão: pode-se rastrear um complexo até uma padronização particular da infância. No entanto, se os irmãos estivessem sujeitos e expostos às mesmas circunstâncias, o efeito sobre eles provavelmente não seria exatamente o mesmo. Apesar de ser óbvio a questão de que o condicionamento da infância seja primordial na gênese dos complexos e no seu modo de expressão, o condicionamento não explica tudo. Portanto, deve haver na predisposição básica individual diferenças que determinam quais tipos de complexos vão se desenvolver ou não, em resposta ao ambiente.

Na prática, percebe-se que tal compreensão dos complexos em termos de fatores ambientais passados não os impedem de operar. Pode-se reconhecer sua ocorrência e tentar evitar o estado de identidade, que é uma ausência de diferenciação, e, segundo a visão de Jung (2000), é um estado *a priori*, não sendo adquirida, mas condição original

do homem, pois nele, esclarece Whitmont (1985), o indivíduo não consegue separar a motivação do ego dos elementos impulsionadores, o que origina e explica o caráter compulsivo do impulso, expresso no processo de identificação através das respostas automáticas e sem questionamento por parte do sujeito. Assim, afirma este autor, a identidade significa que o ego é idêntico ao impulso, ou seja, a identificação e o inconsciente são praticamente sinônimos, pois a identificação constitui uma projeção.

Assim, em trabalho psicoterapêutico, mas apenas ao nível chamado de casca ou superfície do complexo, através de uma investigação redutiva causal do passado, dos padrões de condicionamento e do inconsciente pessoal, pode levar a um certo alívio psíquico, ampliação de consciência acerca do trauma ou sofrimento psíquico e certo controle das reações emocionais e comportamentais, ou até mesmo à sublimação da energia desprendida e possibilidades de canalização para outras áreas, através de esforço consciente. Mas a verdadeira transformação, segundo Whitmont (1985), indica uma transformação no próprio inconsciente, a nível do centro ou núcleo do complexo.

É no centro do complexo ou núcleo mitológico, cujo cerne consiste em conteúdo do inconsciente coletivo, padrão humano universal denominado por Jung de arquétipo, que está a fonte da carga energética do complexo, responsável pelo seu perturbador efeito de campo. Os arquétipos são coletivos porque não são conteúdos de ordem pessoal em termos de associações e histórico individual, mas pertencem à tendências para certo tipos de representações simbólicas inerentes a todos nós.

No trabalho psicoterapêutico não é uma questão excludente em relação ao inconsciente pessoal ou inconsciente coletivo. É necessário primeiro investigar a casca pessoal do complexo (conteúdo ontogênico) ou a forma pelo qual o eterno mitológico se encarna e se faz sentir na vida e natureza pessoal para posteriormente explorar o núcleo arquetípico ou núcleo mitológico (conteúdo filogênico) a nível pessoal.

Entretanto, é necessário lidar com o histórico pessoal em termos mitológicos para alcançar seu poder impulsionador, o qual provém do arquétipo do núcleo do complexo, que é a fonte de energia e significado ou então, de uma funcionalidade mal direcionada, ou seja, aquilo que deve ser transformado. Apenas a interpretação a nível simbólico pode despir o núcleo do complexo de seu revestimento patológico e libertá-lo da roupagem personalística e do estorvo do afeto distorcido não integrado (Jacobi, 1973).

Whitmont (1985) esclarece esta distinção feita por Jung sobre a casca e o cerne do complexo:

É a casca, a estrutura do inconsciente pessoal que determina se o complexo total vai agir como elemento mórbido ou saudável. A maneira pela qual os elementos do núcleo são realizados em experiências na tenra infância determina se o conteúdo energético do complexo pode ser harmonizado com a dinâmica do ego consciente e o restante dos impulsos, ou se essa energia é obrigada a operar como se fosse um intruso perturbador. Tal complexo perturbador pode tornar-se mais próximo da integração quando é possível ir além dessa casca dominada por conflitos e atingir seu núcleo ou fonte arquetípica. (...) Isso quer dizer que o significado original, compreendido e liberado de suas distorções, pode ser recanalizado para canais mais adequados (p.63).

Jacobi (1973) assevera que o complexo, assim como o arquétipo, constitui a estrutura da psique, sendo pois, um componente saudável da mesma. Ela prossegue afirmando que o material derivado do inconsciente coletivo nunca é “patológico”; apenas pode ser patológico quando procede do inconsciente pessoal, onde sofre uma transformação e fica matizado especificamente pela coloração do afeto, ao ser atraído para dentro da área de conflito individual. E ocorre que o indivíduo pode se deparar com um nível de conflito que ultrapassa o pessoal, mas que dá expressão para um conflito impessoal, universalmente humano, que o homem vem sofrendo e tentando resolver desde tempos imemoriais. Pode-se citar o complexo paterno, problema filho-pai vivenciado como culpa individual do filho em relação ao seu próprio desejo de morte do pai, suas agressões e desejo de vinganças que pode ser compreendido mediante uma interpretação simbólica da necessidade de libertação em relação ao pai, um princípio dominante do consciente no processo de amadurecimento psíquico. Tal conflito humano é representado nos mitos e contos de fadas, como assassinato do velho rei e ascensão do filho ao trono.

A verdadeira libertação nunca será conseguida por uma explicação demasiado concretista do conteúdo do complexo, exatamente porque tal explicação pára diante do material de coloração pessoal que causou o distúrbio. Apenas uma interpretação simbólica pode despír o núcleo do complexo de sua cobertura patológica e libertá-lo do estorvo do traje personalístico. Para Jacobi (1973),

Se um complexo permanece apenas um ponto nodal maior ou menor no inconsciente coletivo, se não está inflado e crescido demais devido a excesso de material pessoal, então não é prejudicial, mas extremamente proveitoso, pois é a célula fornecedora de energia a partir da qual flui toda a vida psíquica adicional; se está sobrecarregado e se torna autônomo, ou se invade a esfera do consciente,

pode assumir qualquer uma das formas que geram a neurose ou a psicose. (...) Portanto, é apenas o estado da mente consciente, a maior ou menor estabilidade da personalidade do ego, que determina o papel do complexo. Tudo depende de a mente consciente ser capaz de compreender, assimilar e integrar o complexo, a fim de afastar seus efeitos nocivos (p. 18).

Segundo Stein (2000), os complexos também podem ser concebidos como fragmentos da personalidade ou subpersonalidades, que tem toda uma constituição peculiar e coerente com a própria configuração, um modo de “pensar”, de “sentir” de “agir” que têm um significado que lhe é intrínseco.

Sobre este assunto, Jung (2000) comentou: “Minhas observações sobre os complexos corroboram esse quadro algo inquietante das possibilidades de desintegração psíquica, pois no fundo não há diferença entre uma personalidade fragmentária e um complexo” (p. 31).

Stein (2000) afirma que os complexos são aquilo que permanece na psique depois que ela digeriu a experiência pessoal e a reconstruiu em objetos internos e representações. Para ele, nos seres humanos, os complexos funcionam como equivalente aos instintos em outros animais: imagos ou complexos são, por assim dizer, instintos humanos construídos.

Jung (1986) quis medir as perturbações causadas pelos complexos e inventou o Experimento de Associações Verbais, através do qual podia-se medir a intensidade de um complexo. As associações, segundo ele, existem não entre palavras de estímulos e de resposta, as, antes, entre as palavras estímulo e os conteúdos ocultos do inconscientes e os indicadores de complexo são os sinais de perturbação gerados quando estimulada a rede de material associado, seja por lembrança, fantasia, pensamentos, etc. E concluiu que poderia medir a carga emocional mantida num determinado complexo se somasse os número indicadores do complexo que ele gerava e a severidade dessas perturbações. Medindo a condutibilidade da pele com um psicogalvânico, o autor mostrou que as mudanças na condutibilidade se correlacionavam com indicadores de complexos.

Ou seja, quando uma pessoa mente ou tenta esconder evidências de uma reação impregnada de complexo, o ego pode ser capaz de encobrir alguns indicadores, mas não as reações fisiológicas mais sutis. Este foi o precursor do detector de mentiras. Desta forma, a investigação do inconsciente poderia ser quantificada e essa informação poderia ser utilizada na terapia como indicativo de onde estavam localizados as mais sérias questões emocionais do paciente.



### 3. PSICOPATOLOGIA SOB O OLHAR PSICOLÓGICO

Neste capítulo, o tema do adoecimento psíquico será abordado de uma forma diversa do adotado pela psicopatologia psiquiátrica tradicional, utilizada para diagnosticar e tratar pessoas consideradas portadoras de desordens psíquicas graves e disfuncionais. Esta será mencionada apenas como referência de distinção do posicionamento aqui empreendido, o qual lhe será transversal na tentativa de abarcar e lançar possibilidades diversas no entendimento deste fenômeno ainda tão pleno de mistério, enigmas e incompreensões.

#### 3.1. Conceitos de Psicose, Sofrimento Psíquico Grave, Crise do Tipo Psicótica

Vamos trazer a compreensão dos conceitos psicose, crise do tipo psicótico e sofrimento psíquico grave de acordo com o entendimento do GIPSI (Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótico), de onde procederam os sujeitos desta pesquisa. Baseamo-nos no posicionamento de Costa<sup>3</sup>, cujo entendimento destes conceitos surgiu a partir do ponto de vista da praxis clínica. Iniciaremos pelo conceito de psicose.

Na Psiquiatria, como referência fundamental, são utilizados dois guias de classificação diagnóstica internacionais: o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), em sua atual versão (IV, 1994), sendo que a formulação do DSM-V<sup>4</sup> já se encontra em fase final dos estudos internacionais) e a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças). Na CID-10, adotada no Brasil como classificação de referência, as psicoses são classificadas sob as siglas F.20 a F.32.

Campbell (1986, em Costa, 2003, p. 65) define o termo psicose como

qualquer perturbação mental (incluindo o que quer que se entenda pelos termos obsoletos insanidade e loucura); mais especificamente, o termo é usado com referência a uma classe ou grupo de distúrbios mentais e, particularmente, para diferenciar esse grupo da neurose, sociopatia (ou psicopatia), distúrbio de caráter, distúrbio psicossomático e retardamento mental (p. 489).

---

<sup>3</sup> Coordenador do GIPSI (Grupo de Intervenção Precoce nas crises do Tipo Psicótico) do Instituto de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB).

<sup>4</sup> Para maiores atualizações, visitar o site: <http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>



Costa (2003) evidencia que o próprio Campbell reconhece que não há consenso em uma definição definitiva e universal de psicose, do que decorre uma aplicação conflituosa e muitas vezes, inadequada:

o resultado do uso conflitante (do termo) é não existir uma definição única e aceitável do que é a psicose. Em geral, porém, os distúrbios classificados como psicoses diferem dos outros (...) em um ou mais dos seguintes aspectos: 1. gravidade (as psicoses são distúrbios “importantes”, mais graves, intensos e desintegradores; tendem a afetar todas as áreas da vida do paciente); 2. grau de retraimento (o paciente está menos apto a manter as relações afetivas com o objeto...); 3. afetividade (as emoções são, com frequência, qualitativamente diferentes do normal; ... são... exageradas no aspecto quantitativo,...); 4. intelecto (... linguagem e pensamento sofrem perturbações; capacidade de discernimento deficiente; podem aparecer alucinações e delírios); e 5. regressão (...deterioração generalizada do funcionamento e um retorno a níveis... primitivos de comportamento...) (Campbell,1986 em Costa, 2003, p. 65).

Associada a estas delimitações imprecisas de psicose, Costa (2010) discorre sobre as confusões conceituais que recaem entre síndrome e transtorno ou doenças, que implicam, conseqüentemente, em inadequação na utilização. Segundo este autor

síndrome (uma condição que se caracteriza por uma coleção de sinais e sintomas com certa correlação, com uma certa homogeneidade, mas que, contudo, apresenta certas variações importantes) e transtornos ou doenças (que apresentam as características básicas da síndrome mas que diferem entre si com relação a outros critérios, digamos assim, secundários, como tempo de duração, concomitância de sintomas de outras síndromes, fatores e nexos causais, ou mesmo características mais particulares). Mas me abstenho aqui também de aprofundar esta discussão, apenas apontando, dentro da Psiquiatria, a fácil liberdade de se referir a sintomas e síndromes vastos e diversos, a depender de quem define psicose e, por certo, apontando para fenômenos completamente distintos, dentro de um espectro diverso e impreciso. (Costa, 2010,p.39).

Assim, aliado às imprecisões reportadas acima, talvez pela indeterminação e indefinições tanto conceituais quanto na aplicação clínica do termo psicose, principalmente, pela necessidade premente de uma clínica mais efetiva, inclusiva e integral, Costa (2006) propõe uma desconstrução do conceito de psicose:

Quanto a delimitar a psicose como uma síndrome ou transtorno, retomo minhas afirmações: a) que o termo psicose não se acha claramente delimitado pelo conceito de síndrome, b) nem pelo de transtorno, c) ambos usados tautologicamente, e, ao final, refere-se d) a um sofrimento. (...) Concluindo, por entender que as imprecisões e as derivações do termo psicose (...) contribuíram para uma inadequada polissemia e “poliuso” que pouco nos ajudou a compreender a complexidade inerente a este, reafirmo, sofrimento psíquico (Costa, 2010, p. 54)

Martins (2003) apresenta a idéia da noção do sofrimento humano como *pathos*, “uma disposição originária do sujeito, que está na base do humano e que atravessa toda e qualquer dimensão humana” (p.36), e concebe que este termo grego indica “a *disposição afetiva para*” e refere-se a um estado anímico que não se constringe à dimensão das emoções.

Costa (2010) apresenta, na clínica, uma distinção entre a psicopathologia, que seria “a marca do sofrimento psíquico grave” (Martins, 2003, 2005) e a psicopatologia tradicional, pelo fato de, na primeira, o sofrimento ser condição inerente ao ser humano, enquanto que a segunda é, primordialmente, atrelada às idéias de transtorno e doença, no campo da patologia mental.

Desta forma, Costa, em seu trabalho e pesquisa junto ao GIPSI, pretende lançar uma perspectiva mais abrangente, integral, multidisciplinar, questionadora e libertadora dos grilhões dos conceitos criados, que deveriam representar realidades idiossincráticas flexíveis e atualizáveis, mas que se tornaram paradigmas enrijecedores, estéreis e patologizantes. Declara ser este o seu ponto (filosófico) de partida:

porque *sofrimento psíquico grave* e não “loucura”, “psicose”, “esquizofrenia”? Primeiro, porque entendo que tais termos, por si sós, já esgotaram suas potencialidades explicativas, e segundo porque passaram a gerar imprecisões e confusões cada vez maiores (Costa, 2003).

Este autor entende que utilizar esta abordagem, é abrir e ampliar para outras possibilidades, é aceitar o diverso e não encará-lo como adverso.

Com o termo *sofrimento psíquico grave* busco me reportar a toda manifestação aguda da angústia humana (seja pela linguagem seja pelo comportamento) que não é – ou não tem sido – bem compreendida pelos demais. Assim, não se trata aqui de negar que exista esta diferença radical, “bizarra” para muitos, mas antes tentar resgatar, pela crítica analítica da linguagem, o espaço necessário para que a diferença como tal se revele e permaneça passível de múltiplas abordagens. Como disse Szasz, não existe a esquizofrenia (!), o que não significa dizer que não existam as pessoas denominadas de esquizofrênicas! Quero crer, pelo menos numa primeira reflexão filosófica, mesmo que ingênua, que ao me referir a *sofrimento psíquico grave* estou tentando preservar muitas das possibilidades de expressão e de abordagem que os conceitos seculares já não mais o fazem.

Por conseguinte, (Costa, 2003) emprega a expressão “sofrimento psíquico grave” para indicar:

não só tudo aquilo que está sob o domínio da definição de psicose, mas para apontar alguns desafios filosóficos: a) buscar superar a classificação nosográfica,

empiricista, categorial e sintomatológica das classificações psiquiátricas, que, por si sós, se pretendem atóricas (o que é um equívoco); b) apontar mais para fenômenos existenciais, fenomenológicos, de cunho interno, relacional e dinâmico, que falam da angústia humana, das contradições da estruturação psíquica, do sofrimento (psíquico, afetivo, emocional, relacional), para além do sintoma e c) tentar resgatar, portanto, a dimensão ‘normal’, ‘natural’, ‘inerente’ de qualquer sofrimento humano, inclusive daqueles tidos como psicóticos. Neste sentido, o qualificativo ‘grave’ se refere tão somente à intensidade do sofrimento e não a uma classificação específica, buscando resgatar a dimensão contígua de todo sofrimento humano, de um extremo (‘suportável’) a outro (‘desorganizado’) (pg. 9).

Assim, o âmbito da noção de sofrimento psíquico grave, de alguma forma, conduz ao de crise, como sendo “um momento de ruptura ou uma mudança de curso de um equilíbrio previamente estabelecido, levando a desarticulações que podemos chamar de psicossociais da pessoa” (Costa, 2006, p. 5).

O termo crise se origina do grego *krisis*, o qual se reporta a dois significados: contexto e mudança, em latim denota linha divisória. Em chinês, o tradicional simbolismo do I Ching, em sua peculiar sabedoria, representa crise com dois hexagramas, indicando simultaneamente perigo e oportunidade. O perigo pode se referir a uma potencial seqüela na integridade psíquica e nas auto referências, como na auto imagem e auto estima. A possibilidade de transformação, por sua vez, remete a uma oportunidade de desenvolvimento da personalidade ou de maturação psicológica

Para falar de crise na abordagem sistêmica, Gondim (2007) se referenciou em Schnitman e Fuks (1993), os quais asseveram que, no processo de crise, o paradigma familiar formado pelo sistema de crenças compartilhadas, valores, premissas, tradições, rituais, costumes, entre outras práticas, encontra-se em processo de desorganização-reorganização e busca novas posições. Para a autora, estes ressaltam ainda que construtos de realidade, pontos de vistas prévios e cultura familiar vigente se apresentam desestabilizados, o que diminui a congruência entre o paradigma e a ação social familiar. Assim a congruência entre os paradigmas e as práticas sociais da família incitam um sentido de identidade, pertença, consenso e previsibilidade. No entanto, na família, bem como em todo grupo social, existe uma tendência à constante reformulação do paradigma entre práticas, realidade, identidade e múltiplas conexões intra e intersubjetivas. Portanto, Gondim (2007) afirma que a crise evidencia o auge de um movimento que permeia as oscilações entre estabilidade e instabilidade, entre o impasse

de preservar as estruturas e processos constituintes da identidade e a possibilidade e risco de mudança.

Gondim (2007) referenda a idéia daqueles autores, que a alteração do paradigma de funcionamento implícito pode resultar em diversas situações como: manutenção do estado oscilatório, em que podem surgir padrões alternativos, mas que não se estabelecem estáveis, prevalecendo; rigidez de funcionamento preestabelecido, com resistência e recusa de alternativas; incremento da desorganização, que pode levar à dissolução da família; respostas novas, porém inadequadas, como sintomas de naturezas diversas e violência; e ainda, há a possibilidade de novas alternativas serem incorporadas como novas significações fundamentando um novo paradigma como funcionamento implícito.

Após longas pesquisas e referenciada em vários autores, Gondim (2007) sintetiza que as situações de crise

Resultam tanto de fatores externos provocados por perdas, luto, traumas, privações e frustrações e de fatores internos como questões evolutivas e de formação de identidade. Estes fatores têm impacto no mundo psicológico, rompendo a homeostase, sem que se encontrem recursos do ego para lidar com os problemas. Há interrupção do processo de aprendizagem social, e de desempenho de papéis, acompanhado de intenso sofrimento tanto no mundo relacional como no mundo pessoal quando figuras internalizadas ameaçadoras são conectadas. A crise pode também ser proveniente de situação do grupo familiar, do contexto social com dificuldades no enfrentamento e assimilação de mudanças ou quando há falta de coesão e fortalecimento nas redes sociais que assegurem a identidade social e cultural, como apontado pelas teorias sistêmicas (p.27).

A expressão “crise do tipo psicótico” é adotada no GIPSI para referir-se à fase na qual há sinais da ocorrência ou iminência de um evento psíquico, mais do que de sintomas, caracterizando dois aspectos fundamentais: a) vivência intensa, típica de um período existencial mas que diverge do padrão pessoal, que pode ou não evoluir para uma maior desorganização da atividade psíquica; b) momento específico em que os potenciais de retorno às atividades ainda encontram-se preservados, não sendo delimitado como psicótico, a priori (Costa, 2010).

O momento do primeiro episódio de crise demanda intervenção imediata. Portanto, a intervenção precoce refere-se ao atendimento que enfatiza a importância do tempo e do tipo de prevenção oferecida às pessoas que se encontram em situação de primeiras crises (Lines, 2003).

Para Costa (2006) a definição de intervenção precoce diz respeito às

ações terapêuticas (medicamentosas, psicológicas relacionais) imediatas, em primeiras crises de sofrimento psíquico grave, utilizadas o mais cedo possível com o objetivo de diminuir os efeitos deletérios dos processos condicionantes, particularmente nos casos em que se detectam sinais ou sintomas de altos níveis de angústia, sejam eles de estrutura neurótica ou psicótica”.

É digno de nota que (Costa, 2006) chama atenção para a necessidade de delimitações conceituais específicas tanto quanto possível, para maior clareza no entendimento e aplicação tanto na clínica quanto no campo da pesquisa. Portanto, o autor enfatiza que termo *primeiro episódio* indica *estado*, enquanto o termo *precoce* indica o *estágio*, época ou início da *intervenção*.

### **3.2. Interioridade e Alma: uma aproximação**

As questões com as quais a psicologia clínica se defronta, na pessoa do analista ou psicoterapeuta são, primordialmente, experiências intensas e sofrimentos, problemas do mundo interno, vivências interiores, portanto, associados à alma. No entanto, a “alma”, não é um termo científico e aparece muito pouco em psicologia, e quando comparece, vem entre aspas, ressaltando e evidenciando um desconforto ou inadequação perante a ciência ou academia. Há diversas palavras associadas à noção de alma: psique, espírito, essência, âmago, unidade individual, etc. A “alma” não pode ser definida de uma maneira precisa, nem é respeitada como digna de consideração ou validade numa discussão científica. Há muitos termos e temas não aceitos, “sem lugar” na ciência atual, o que não significa que sejam irrealis ou irrelevantes, porém os métodos científicos atuais não os comportam e são operacionalmente inadequados para lidar com eles. A metáfora básica da alma não é apreensível cientificamente, seu estudo ou o seu significado não pode ser mensurado, nem repetido e verificado mediante métodos experimentais validados pela ciência. A pesquisa de campo sobre a alma é inviável, pois o terreno é o mundo interno e subjetivo, o qual o analista e apreende e compreende mediante a empatia e o *insight*. A investigação da alma conduz às profundezas; profundidade é a sua dimensão.

Jung, médico psiquiatra, iniciou sua vida profissional tratando de indivíduos diagnosticados como portadores de *dementia preacox*, transtorno psíquico que posteriormente denominado de esquizofrenia. Quando ambos forem mencionados ou citados neste trabalho, referem-se mais amplamente, ao que é conhecido como psicose.

Jung pode então, observar, estudar e pesquisar estes transtornos em suas expressões e manifestações. No entanto, ele recusou-se a classificar as pessoas em grupos de acordo com seus sofrimentos sendo, por isso, criticado e acusado de não elaborar uma teoria pormenorizada e sistemática da neurose e da psicose, junto com uma etiologia e um tratamento, conforme outros teóricos contemporâneos seus. Talvez seja seu mérito ter sido o único a reconhecer a flagrante inadequação das descrições apenas exteriores e por isso rejeitou a tendência psiquiátrica de qualificar e rotular os enfermos mentais, pois estava convencido que cada caso era diferente e único (Jung, 1989).

Sua teoria é uma psicologia do ser humano. Sua descoberta do inconsciente coletivo e dos arquétipos como matriz de todas as possibilidades psíquicas e de experiência humana se transformaram em lentes através das quais enxergava o mundo, os indivíduos, todas as manifestações e expressões humanas. E essas lentes funcionaram sempre como lentes de aumento, ampliando sua visão, pensamento e receptividade para novas possibilidades. Seu conhecimento pessoal e fraterno de vários físicos notórios de sua época, com os quais trocava idéias e conhecimentos, tendo inclusive alguns deles como clientes, foi outra fonte de amplitude de visão e de concepção de possibilidades, o que fez dele um teórico com idéias muito revolucionárias e vanguardistas para sua época, as quais eram dificilmente compreendidas, fato atual ainda nos dias de hoje.

Em 1948, Jung escreveu um artigo no qual apresentou a terminologia Psicologia Profunda como sendo “ um termo derivado da psicologia médica, cunhado por Eugen Bleuler, para denotar aquele ramo da ciência psicológica relacionado com o fenômeno do inconsciente ” (Jung, 2000, p.49). Cita como pioneiros na fundamentação do inconsciente Pierre Janet e Sigmund Freud, mas rende a Freud o mérito de ter realçado o inconsciente como conceito básico da psicologia profunda, tendo denominado sua teoria e práxis de psicanálise. Jung, após adentrar ainda mais nas profundezas da psicologia profunda, deparou-se com o inconsciente coletivo e seguiu seu próprio caminho, pensamentos, teoria e práxis, denominando-a primeiramente de psicologia complexa e posteriormente de psicologia analítica. E, neste trabalho, quando a psicologia profunda for mencionada, estará se referindo à psicologia analítica e suas vertentes, exclusivamente, por ser esta a base e fundamentação teórica adotada.

Hillman (1993), precursor da psicologia arquetípica, informa que há várias discussões sobre a existência da alma e sobre a problemática da conexão psique–soma. Há questionamentos se alma seria um epifenômeno do corpo ou o contrário, se o corpo

é que seria apenas a parte palpável de uma alma imaterial que lhe dá forma e vida; se a natureza da relação entre eles é sincronística, irracional, intermitente; se é variável de acordo com as constelações psicóides. Ou ainda, que não haveria relação alguma entre estas duas instâncias: o corpo, cuja carne é mortal e impermanente, e a alma, que é eterna e ainda, se estaria presente apenas em seres sencientes passíveis de consciência; ou se as almas, como as mônadas, estariam presentes em todos os seres vivos da natureza. Pela perspectiva da lógica e da ciência, estas questões devem ser estudadas, discutidas e comprovadas. Mesmo que “a alma nos está continuamente se apresentando na filosofia, na religião, na arte e, acima de tudo nas provações da vida cotidiana e na morte” (p.58).

Segundo Hillman (2011), a psicologia profunda, que “redescobriu a alma e a colocou no centro de suas explorações, corre o risco de perdê-la novamente, sob pressão da psicologia acadêmica e cientificista” (p.62), a qual, pelo furor de se provar tão científica quanto a física, por exemplo, e de verificar por métodos experimentais seus achados clínicos, para tal escolheu o “lado externo”, os comportamentos explícitos que possam ser observados, verificados, validados e traduzidos em linguagem científica natural e serem compreendidos como tal.

Portanto, o tributo da admissão acadêmico-científica é a perda da alma, o que tornou a psicologia profunda inadimplente e conseqüentemente, mantida à margem das academias da psicologia oficial, pois por essência e definição, a psicologia profunda investiga a profundidade a alma individual, o inconsciente, em busca de compreensão do âmago da natureza humana, das experiências interiores, de questões que flagelam a psicologia legitimada como os sofrimentos psíquicos graves, crises psíquicas, suicídio, compulsões, dependências, etc.

Psicologia significa “logos da psique”, a fala ou discurso da alma. Como tal, é necessariamente a psicologia profunda, já que a alma refere-se ao interior e ao profundo. E a lógica da psicologia é o método de compreensão que fala sobre a alma e lhe dirige a palavra em sua própria língua. Quanto mais profundamente a psicologia puder ir em sua compreensão, isto é, em significados interiores universais expressos pela linguagem arquetípica de “falares” míticos, tanto mais precisa cientificamente será ela e tanto mais alma terá ( Hillman,1993, p. 63).

A Psicologia Analítica e a Arquetípica, muitas vezes, falam de alma quando se referem à psique ou ainda, estes dois termos se intercambiam de forma pouco definida, por isso, primeiramente, há que se fazer um esclarecimento sobre esta utilização antes de adentrarmos no tema da patologia.

Jung (1991) entende por psique a totalidade dos processos psíquicos, tanto os conscientes como os inconscientes. Já a alma necessita de um pouco mais de explanação. Neste mesmo texto, o autor distingue em cada indivíduo dois tipos de atitudes. Uma delas, a atitude externa, que possui uma personalidade externa e um caráter externo, orienta-se, por um lado, de acordo com as condições e necessidades sociais, pelas expectativas ou exigências do ambiente profissional e de outro, pelas intenções e aspirações sociais do próprio indivíduo. Trata-se do complexo funcional de adaptação chamado *persona*, e diz respeito à relação com objetos externos. Diverso deste, mas paralelamente coexistente, tem-se, igualmente, um complexo funcional, ao qual corresponde uma atitude interna, com uma personalidade interna e um caráter interno, denominado anima ou alma. Esta se relaciona com o objeto interno. “O sujeito considerado objeto interno é o inconsciente” (p.390).

Neste mesmo ensaio, Jung assevera que a alma se comporta complementarmente em relação ao caráter externo e possui as características que faltam à atitude consciente. É moldada pelo inconsciente com suas qualidades, assumindo ambas as perspectivas do inconsciente: por um lado, os traços arcaicos e por outro, o caráter simbólico prospectivo, de onde advém o caráter criador e de pressentimento da atitude interna, que pela sua natureza extremamente íntima, é mais difícil de acessar. As percepções que os indivíduos têm dos processos inconscientes e suas moções variam muito, de acordo com a consciência e também com a atitude interna, a alma.

Hillman (2011) entende a alma não como uma substância ou uma coisa em si, mas como uma perspectiva reflexiva sobre as coisas, a qual medeia os eventos, contrapõe o “eu” com tudo o que acontece e lhes confere significado. É como um lugar interno, uma presença perene mais ao fundo e profunda – que simplesmente está ali como um substrato imaginário e auto sustentado que serve de arrimo para a consciência, mesmo quando esta, juntamente com o ego e toda a subjetividade, entra em eclipse. Não há nada com que se possa identificar a alma, dada sua essência intangível, indefinível e paradoxal, mas também não se pode apreendê-la por si mesma. Segundo este autor, a alma constitui-se da mais elevada importância e consideração na hierarquia dos valores humanos, usualmente fusionada com o princípio da vida e com a idéia do divino.

Assim, a noção de alma a que este trabalho se refere é uma intersecção das idéias de Jung e Hillman, esta dimensão psíquica íntima e interna, intangível e paradoxal, que ao mesmo tempo sustenta e complementa a atitude consciente, que



reflete o inconsciente em suas moções e transforma os eventos em experiências significativas, e é transdutora dos movimentos da energia psíquica em metáforas simbólicas através de imagens, imaginação e fantasias que aproximam os arquétipos e os traduzem nas diversas possibilidades humanas, incluindo o patologizar.

Hillman (2011) propõe uma nova abordagem para o fenômeno do patologizar: um olhar psicológico, na tentativa de apreender um entendimento nesta perspectiva, posicionamento que converge com o intento deste trabalho.

Segundo este autor, há a necessidade desta compreensão psicológica do patologizar, porque tal movimento parece ser natural e inerente à psique humana, pois em algum momento da vida todos nós experimentamos emoções extremadas e caóticas, incoerências essenciais entre o pensar, sentir, falar e agir, confusões mentais e emocionais, angustias, aflições, inseguranças e dúvidas paralisantes, crueldades ou agressividades íntimas e não manifestas, pensamentos e desejos bizarros.

Portanto, assim como a psique tem a tendência natural à dissociabilidade, conforme já exposto, é possível que também lhe seja característica essa propriedade da tendência ao patologizar, em graus diversos, podendo ser uma necessidade essencial da psique em seu dinamismo, e que, inclusive, tenha função e propósito.

Hillman (2011) enfatiza que os insights da psicologia profunda originam-se de almas *in extremis*, de condições sofridas e fantásticas da psique. O próprio Jung passou por várias experiências pessoais de crise, por temporadas improdutivas que o conduziram a profundos mergulhos no seu próprio processo de individuação, após os quais emergiam novos insights, idéias e conceitos (Jung, 1981).

Prosseguindo suas explicações, Hillman (2011) propõe que as condições peculiares da alma, suas queixas e sofrimentos podem não ser doença na acepção médica, e conseqüentemente, o tratamento no modelo médico não seria adequado sendo, inclusive, contra indicado na psicologia profunda, cuja psicoterapia “tenta entender as desordens da alma como um ruído na comunicação, ou como um nexos social truncado ou completude espiritual frustrada” (p.134) e assim, estaria se afastando do modelo médico e fazendo uma aproximação incipiente a outros modelos, como o sociológico, o lingüístico e o religioso. No esboço de uma aproximação da psicologia ao patologizar, apresenta este termo como sendo: “A habilidade autônoma da psique para criar doença, morbidade, anormalidade e o sofrimento em qualquer aspecto de seu comportamento e de experimentar e imaginar a vida através desta perspectiva deformada e aflita (p.135).

De acordo com a idéia já apresentada de que a psique é um sistema auto regulador cuja dinâmica tenciona a própria homeostase, se for possível desvelar a necessidade psicológica deste movimento psíquico direcionado ao patologizar e compreendê-lo em sua linguagem, finalidade e sentido, tal compreensão atingirá e abrangerá a alma.

O que ele está dizendo sobre a alma e o que a alma pode estar dizendo através dele (...) então o patologizar não mais seria certo ou errado, mas simplesmente uma necessidade, envolvendo propósitos que não temos percebido bem e valores que precisam necessariamente apresentar-se de forma distorcida. Estas são questões que nos desafiam (Hillman, 2011, p.135).

Este autor faz uma apologia à psique patológica no intuito de legitimar o argumento de que patologizar é necessário, genuíno e válido como um caminho entre as várias possibilidades psíquicas. Considera que rejeitar ou omitir o patologizar do estudo da alma retira-lhe este aspecto de sua fenomenologia, negando-lhe este modo de vida e via de expressão.

Um livro ou sistema de psicologia que não valide completamente a psicopatologia, ou a deixe de lado como um campo separado chamado de “psicologia da anormalidade”, é insuficiente - talvez até perigoso: divide na teoria aquilo que não é dividido na realidade. Tratar o patologizar como secundário e estranho ao invés de primário e inerente, negligencia o fato de que o patologizar não é um campo, mas um fundamento, um fio condutor em nosso ser, trançado em cada complexo (Hillman, 2011, p. 136).

Existem fortes controvérsias à idéia da importância fundamental do patologizar. A primeira, advém da vertente nominalista, uma vez que o seu foco está em nomear e classificar as queixas psíquicas. A abordagem classificatória atingiu o seu auge no período da 1ª Grande Guerra, época em que Emil Kraepelin reeditou seu manual de psiquiatria em quatro volumes, nos quais seu sistema de classificação das formas reconhecidas de psicopatologia permeia as nomenclaturas psiquiátricas ainda vigentes. As questões que concernem a classificar e nomear os sofrimentos e as doenças da alma são complexas e temerárias.

Uma relevante contestação à nosologia e taxonomia da patologia psíquica diz respeito aos termos que nomeiam e as condições que eles supostamente representam. Tais palavras, em si mesmas, são nomes vazios que “não têm conexão intrínseca com, ou razões subjacentes para, as condições que os rótulos descrevem tão cuidadosamente” (Hillman, 2011, p.139).

Para que classificações e diagnósticos psicopatológicos sejam definidos e aplicados existem manuais específicos como o DSM-IV e o CID-10, com critérios pré estabelecidos, conforme especificidade determinada, que utilizam uma base numérica de coexistência de sintomas numa temporalidade também definida. Não é necessário que se conheça muito sobre a natureza do indivíduo que apresenta a síndrome, nem mesmo sobre a síndrome em si.

Comportamentos psicopatológicos são descritos de modo preciso e atribuído a um indivíduo abstendo-se da real consideração das suas razões subjacentes, sejam elas psicodinâmicas, sociais, familiares, bioquímicas, genéticas, morais, semânticas, etc e do significado que as aflições, angústias e queixas representam para própria pessoa. A visão nominalista empírica opera, basicamente, mediante o domínio de um vocabulário técnico.

A lógica descritiva é apropriada para objetos inanimados, despersonalizados; serve ao mundo da ciência; mas a psicopatologia refere-se ao mundo da alma. As palavras usadas para descrever as aflições da alma requerem uma subjetividade que expresse e contenha suas queixas bizarras e doídas, se verdadeiramente expressam o que pretendem descrever (Hillman, 2011, p.141).

A amplitude das conseqüências do nominalismo pode ser imensurável. O próprio diagnóstico já é patologizante, pois identifica e estabelece a doença. A pessoa que recebe o diagnóstico de uma doença psíquica é imediatamente rotulada por este nome no seu ser bio-psico-social e tem que lidar com isso em todas as esferas e dimensões da sua vida. A própria subjetividade é mobilizada no sentido de internalizar e significar o que o nome, e tudo que o acompanha, acarretará para si enquanto sujeito e nas suas diversas relações. Um diagnóstico psicopatológico acarreta em algum grau, de forma velada ou explícita, real ou imaginária: preconceito, estigmatização, segregação, discriminação social, marginalização, exclusão, isolamento, cisão de vínculos, medos da loucura e outros medos diversos, entre outras infinitas possibilidades.

### 3.3. O Normal e o Patológico na Perspectiva Junguiana

Hillman (2011) aponta que uma visão psicológica da psicopatologia “deve começar considerando-a como uma dentre as muitas possibilidades da alma” (p. 172). Como já explicitado anteriormente, existem tantos arquétipos quanto podem ser as experiências humanas, portanto, as experiências de ser saudável, adoecer, estar ferido, curar, ficar louco, salvar, ser salvo, morrer são também expressões arquetípicas.

Embora o adoecer possa pertencer à medicina, sua fantasia pertence à alma, que pode apresentar doenças na fantasia, nos medos ou em sintomas sem quaisquer evidências ou realidades médicas. Mesmo quando a fantasia pode conectar-se com doenças reais naquilo que chamamos de psicossomática, a fantasia em si não pode ser encarada com literalismos médicos (Hillman, 2011, p. 173).

Jung foi também um fenomenológico e concebia o homem como um ser biopsicosocial. De acordo com a sua teoria, a libido, enquanto energia psíquica, se manifesta através de vários canais de expressão como o moral, biológico, sexual, psíquico, profissional, espiritual, familiar, social, artístico. Portanto, saudável e normal é o indivíduo que transita relativamente bem em todas as áreas da vida, ou seja, que tenha a flexibilidade de distribuir, expressar e aplicar sua energia psíquica nos diferentes aspectos da vida.

*Normal* é a pessoa que simplesmente consegue viver, quaisquer que sejam as circunstâncias, contanto que lhe sejam garantidas as condições mínimas de vida. Mas muitos não o conseguem; por isso não existem muitas pessoas normais. O que comumente entendemos por “homem normal” é, na realidade, o homem ideal, portador de uma feliz mistura de caráter - o que é raríssimo (Jung, 2004, p. 47).

É inevitável que neste trabalho se fale sobre o normal e o patológico, saúde e doença. A idéia médica de saúde, geralmente é concebida como funcionamento correto, bem-estar físico, solidez de estrutura, ausência de morbidade, ausência de desordem ou de incapacidade, etc. Esta idéia de saúde é utópica e não dá lugar para as realidades da saúde humana, que incluem desordens, desequilíbrios, dores e sofrimentos (Hillman, 1993, p. 150).

A palavra normal deriva do grego *norma*, a qual se trata de um esquadro de carpinteiro, uma ferramenta com um ângulo reto utilizada para enquadrar as coisas e estabelecer retidão. A concepção de normal baseia-se nos fundamentos estatísticos: o que excede ou falta desvia-se da norma, sendo, pois, anormal. Os desvios são relativos

aos limites estabelecidos da normalidade, e da amplitude da mediana da curva. A noção de normal funde-se com a de saudável de maneira indiscriminável, tanto na acepção médica quanto no senso comum (Canguilhem, 2000).

Na concepção de Hillman (1993), a noção de “saúde” atrelada à de “normal”:

Apenas provê a base para o preconceito patológico e as prescrições regressivas da psiquiatria moderna, os anódinos, antidepressivos, tranqüilizantes e distrações. O sofrimento pertence de tal maneira à condição humana podemos dizer que é mais “normal” do que o é a saúde ideal, ou digamos, o sofrimento é a saúde normal. Em condições complexas, a definição de doença é tão vaga como o é a de saúde. Esta vaguidade é ainda mais evidenciada quando se valoriza o lado subjetivo, a queixa. Pode haver pronunciada quando se dá mais valor ao lado subjetivo, à queixa. Pode haver evidência patológica objetiva e nenhuma queixa, bem como queixa sem evidencia patológica. O dentro e o fora podem apresentar sinais e bem diferentes. (...) O sofrimento é necessário para um aumento de consciência e para o desenvolvimento da personalidade (p.152).

Já para Jung (2007), “a doença é uma variação do normal (p. 357), e acrescenta que a questão do indivíduo normal é muito relativa, pois uma aparente normalidade pode resguardar, de forma latente, um transtorno psíquico e que pessoas com tais disposições não são poucas e estão em toda parte. Considera, inclusive, que o interesse pelo tema da psicologia e psicopatologia pode indicar esta propensão, o que não o excluí, na qualidade de médico psiquiatra e ainda porque declarou “que toda psicologia - inclusive a minha - tem o caráter de uma confissão subjetiva” (1989, p. 325). Esta condição pode representar o mito do curador ferido.

Existem pessoas, aparentemente normais, que não apresentam sintomas neuróticos específicos, e que até se vangloriam de sua normalidade (muitas vezes trata-se dos próprios médicos e educadores, exemplos de boa educação), que têm opiniões e hábitos de vida extremamente normais, mas cuja normalidade é uma *compensação artificial de uma psicose latente* (oculta). Os próprios interessados não desconfiam do seu estado. Seu pressentimento talvez só se exprima indiretamente pelo fato de demonstrarem um interesse acentuado pela psicologia e pela psiquiatria, sendo atraídos por essas coisas, como a mariposa pela luz. Como a técnica analítica aciona o inconsciente e o traz à luz do dia, ela destrói nestes casos a compensação salutar, e o inconsciente irrompe em forma de fantasias que não podem mais ser contidas; acarretando conseqüentemente estados de excitação. Elas podem conduzir, eventualmente, direto à doença mental, ou, antes que isso aconteça, provocar o suicídio. Estas psicoses latentes, infelizmente, não são tão raras como pode parecer (Jung, 2004, p.108).

A descoberta do inconsciente representou o reconhecimento evidente e inegável da sua dinâmica como uma atividade autônoma e como fator operativo, e muitas vezes imperativo, da psique:

É certo que parte do nosso material comprobatório provém de observações clínicas. Por causa disso muitos críticos dizem que o inconsciente e suas manifestações pertencem ao campo da psicopatologia na condição de sintomas neuróticos e psicóticos, e que eles não ocorrem em estado psíquico normal. Mas já foi comprovado há muito tempo que os fenômenos neuróticos não são produto exclusivo de doença. São antes e basicamente acontecimentos normais, patologicamente exagerados e, por isso, mais evidentes do que os paralelos normais. Podemos, de fato, observar em indivíduos normais um conjunto de sintomas histéricos, em forma reduzida, e que devido à sua pouca ênfase, passam despercebido (Jung, 1998, p. 201).

Segundo Jung (2008) mudanças na personalidade ocorrem devido a fatores externos, que podem influenciar de forma direta ou predispor a elas, mas podem também proceder de motivações internas e subjetivas, segundo crenças e convicções pessoais e neste caso, os fatores externos têm pouca implicação. Tais mudanças podem sobrevir ainda involuntariamente, através processos inconscientes. Nas mudanças patológicas da personalidade, estes processos inconscientes têm papel preponderante e geral. Por isso, afirma o autor, no campo da psiquiatria, o fator etiológico essencial é a predisposição patológica herdada ou adquirida. A predisposição herdada trata-se de fatores genéticos, portanto prescinde de aprofundamento. No entanto, a predisposição adquirida merece uma abordagem mais ampla.

### **3.4. Fatores do Patologizar**

Conforme ressaltado no primeiro capítulo, no processo de desenvolvimento da personalidade, que é também um processo de adaptação tanto ao mundo interno quanto ao mundo externo ou ao meio ambiente no contexto familiar e social, o indivíduo direciona sua libido concentrando o foco da sua atenção no objeto no mundo exterior, se for do tipo extrovertido ou no sujeito, se for do tipo introvertido. Neste processo, o indivíduo, segundo sua disposição inata ou pela premente demanda do meio, utiliza primordialmente uma das funções da consciência para apreender o mundo e para se colocar nele, exercitando-a na execução das suas atividades regulares cotidianas, fazendo desta função a sua principal ou função superior. Desta forma o indivíduo desenvolve e define o seu tipo psicológico, mediante a especialização de uma das

funções em detrimento das demais, em especial da que lhe é oposta, que se torna sua função inferior, a qual, pelo desuso, permanece ou regride ao inconsciente, em condição primitiva e arcaica.

O processo de desenvolvimento é, portanto, um processo de unilateralização da consciência que, por outro lado, estabelece uma tendência da compensação do inconsciente, tornando ambas atitudes consciente e inconsciente, funções típicas, padrões ou ainda, complexos. Estas condições são exemplos de disposições adquiridas. “Cada atitude típica, de certa forma diferenciada, tem a tendência de transformar-se num complexo autônomo, e é o que realmente acontece na maioria dos casos” (Jung, 2009, p.67).

Quanto mais unilateral for a atitude da função principal consciente em seus padrões de ação e reação na adaptação ao mundo externo, mais intensa será a polarização do inconsciente em seu movimento compensatório. No entanto, quando as demandas da vida exigem a utilização de uma outra função, sua inabilidade pode gerar falhas de adaptação e daí surgirem conflitos. Estes podem ser inadequação em relação tanto ao ambiente externo, quanto um conflito interno, em relação à própria subjetividade, ou ainda reciprocamente, de ambos entre si.

As separações drásticas e oposições entre o consciente e o inconsciente, tão evidentes nas naturezas neuróticas e carregadas de conflitos, dependem quase sempre de uma unilateralidade acentuada da atitude consciente, que prefere de um modo absoluto uma ou duas funções, relegando as outras indevidamente para o segundo plano (Jung, 2008, p.95).

O processo de adaptação é contínuo, pois as demandas da vida constantemente se renovam e exigem do indivíduo flexibilidade do ego em atualizar-se nas suas ações e reações. Portanto, a unilateralidade extrema da consciência pode gerar uma assimetria muito acentuada entre os componentes da personalidade, que não se desenvolvem uniformemente, ficando certas funções e partes da psique em estado inconsciente, primitivo e arcaico, o que pode gerar falhas na adaptação, desequilíbrios, conflitos e muitas vezes, dificuldades de superá-los. Jung (2004) assevera que “um conflito insolúvel significa, antes de mais nada, um estancamento da vida” (p.84). Esta situação de conflito insolúvel que estanca a vida poder gerar conseqüências diversas, a nível biológico, emocional, psíquico, social e profissional.

Considero com seriedade a possibilidade de uma espécie de “inibição do desenvolvimento” onde uma quantidade maior do que o normal de psicologia

primitiva permanece intacta, não se adequando às condições modernas. É natural que, sob tais condições, uma parte considerável da psique não consiga seguir o passo do progresso normal da consciência. Com o passar dos anos, o distanciamento entre o inconsciente e a consciência aumenta, gerando então um conflito, de início, latente. Se, no entanto, um esforço especial de adaptação for exigido e a consciência tiver que recorrer a suas fontes inconscientes, o conflito se manifesta; a mente primitiva, até então latente, irrompe, de repente, com conteúdos por demais incompreensíveis e estranhos para serem assimilados. Num grande número de casos, esse momento marca o início de uma psicose (Jung, 1986, p. 229).

Jung (1991) afirma que “os afetos sempre ocorrem onde falham as adaptações” (p.423) e ainda que “todo acontecimento afetivo torna-se um complexo” (1986, pg.58). Associados à sua teoria dos complexos, Jung ofereceu dois conceitos fundamentais para a formulação de uma psicopatologia: *dissociabilidade* e *possessão*.

### **3.5. Possessão do Complexo como Fundamento para uma Psicopatologia**

Jung percebeu que o conceito de possessão pode ser aplicado ao comportamento dos complexos nos transtornos psicopatológicos mais graves. Ele observou que há diversas condições em que o ego é "tomado", isto é, “possuído”, por um longo período de tempo, pelos dos estados emocionais dos complexos de tonalidade afetiva.

Jung (1984) definiu os complexos como sendo a imagem de uma situação psíquica, carregada com forte e intenso acento emocional e incompatível com as disposições e atitudes habituais da consciência. Esta imagem é dotada de uma poderosa coerência interior, com uma totalidade própria e ainda dispõe de um grau relativamente elevado de autonomia. Portanto, a concepção de Jung sobre os complexos tonalidade afetiva os considera como "unidades vivas da psique inconsciente" (p. 36), como personalidades reais inconscientes, cada uma com uma consciência própria, com uma forma particular de sentir e pensar, com um certo grau de intencionalidade e capacidade de perseguir uma meta. Por conseguinte, com todas estas características, os complexos são capazes de engolfar a supremacia do ego e determinar comportamentos, inclusive, comportamentos divergentes ao querer do ego.

O complexo, por ser dotado de tensão ou energia própria, tem a tendência de formar, também por conta própria, uma pequena personalidade. Apresenta uma espécie de corpo e uma determinada quantidade de fisiologia própria, podendo perturbar o coração, o estômago, a pele. Comporta-se, enfim, como uma personalidade parcial (Jung, 2000, p. 86).



Os complexos, em sua maioria, originam-se a partir de conflitos e, os quais, uma vez formados, tendem a clamar e insistir no seu reconhecimento e integração. Os complexos têm a propensão de se dividir em pólos complementares, produzindo desequilíbrio de personalidade e uma tensão latente dinâmica entre os elementos opostos.

Cisões eventuais e temporária das funções psíquicas ocorrem durante toda a vida da psique, seja na persona, a sombra, a anima / animus, e até mesmo o Self. Talvez isso decorra da própria estrutura da psique, que se compõe destas diversas partes, e embora haja uma coesão interna e intrínseca entre si, os próprios processos de desenvolvimento da personalidade e de adaptação demandam rearranjos internos em cada parte em si e entre as partes componentes da psique.

Portanto, assim como o ego individual aceita apenas uma parte da persona como a "imagem" que apresenta ao mundo, da mesma forma o ego reconhece e alinha-se com apenas uma parte da sua sombra, à projeção de apenas uma parte da anima / animus em relações objetais, e se conecta com apenas uma parte do *Self* ao estabelecer sua auto imagem e seu senso de valor individual.

Cada uma destas partes, é psicologicamente um complexo e como tal, tem um atributo bipolar advindo do seu núcleo, cujo cerne encerra um arquétipo que, em sua intrínseca natureza, é bipolar. Daí a dificuldade natural de apreensão plena do complexo em sua totalidade, pois o ego até consegue se conscientizar de uma das polaridades, mas a outra permanece inconsciente, ou raramente e de forma bem desconfortável, são os alinhamentos que ocorrem com outra polaridade destes complexos.

As partes cindidas da sombra, anima / animus e *Self*, portanto, permanecem verdadeiramente inconsciente até que gradualmente emergem em sonhos, sintomas ou, na análise, como um afeto dentro da transferência, buscando uma relação com o ego do indivíduo (Sandner & Beebe, 1982).

Por gozarem de relativa autonomia, os complexos podem atuar sobre a consciência, exercer influencia e perturbações nas decisões e comportamentos dos indivíduos de forma incontrolláveis e indiscrimináveis, ou seja, inconscientes. E isso ocorre com todos os indivíduos, não sendo, pois, patológicos em si. “Portanto, um complexo autônomo nada tem de doentio em si, apenas sua manifestação freqüente e incômoda evidencia sofrimento e doença” (Jung, 2009, p.67).

O autor ressalta o quanto a vida e experiências humanas manifestam-se nos pares de opostos:

O fato de ter complexos não implica uma neurose, pois normalmente são os complexos que deflagram o acontecimento psíquico, e seu estado dolorido não é sinal de distúrbio patológico. Sofrer não é doença, mas o pólo oposto, normal da felicidade. Um complexo só se torna patológico, quando achamos que não o temos. (Jung, 2002, p.75).

Evidencia-se então, que a unidade da consciência e da personalidade é, mais do que uma ilusão, uma falácia.

Tudo isso se explica pelo fato de a chamada unidade da consciência ser mera ilusão. É realmente um sonho de desejo. Gostamos de pensar que somos unificados; mas isso não acontece nem nunca aconteceu. Realmente não somos senhores dentro de nossa própria casa (Jung, 1983, pg. 67).

Processos interiores autônomos inconscientes têm a particularidade de serem inicialmente subliminais, só alcançando a consciência de modo gradativo. O momento de irrupção pode, no entanto, ocorrer de forma súbita, de maneira que a consciência é como que inundada instantaneamente por conteúdos estranhos e inesperados. O autocontrole das próprias tendências, pensamentos, palavras, ações e comportamentos sofrem danos proporcionais à intensidade do complexo ou do afeto que o ativa e energiza. Jung (2003) é assertivo ao dizer que a autonomia do inconsciente começa onde originam as emoções. A volição da ação é cada vez mais substituída por lapsos e erros não intencionais, desatinos que, em geral, não se consegue explicar. O livre arbítrio é comprometido e, na maioria das situações, o indivíduo não se apercebe do quanto o seu “eu” está sendo subjugado por conteúdos inconscientes e dos complexos.

Isto significa que o complexo autônomo é resguardado, não pode ser submetido controle consciente, nem à inibição nem à reprodução arbitrária. É nisto precisamente que o complexo se manifesta como autônomo. (...) E é exatamente aqui que surge também a possibilidade de uma analogia com fenômenos psíquicos patológicos, e precisamente estes últimos são caracterizados pela presença de complexos autônomos, dentre eles, sobretudo os distúrbios mentais (Jung, 2009, p.67).

Nesta condição, processos inconscientes se manifestam de forma distorcida e se transfiguram, assumindo outros formatos, os quais, exteriormente observados, são usualmente interpretados e tratados por psiquiatras e psicoterapeutas como sintomas psicopatológicos, pois correspondem aos sintomas descritos e tipificados como transtornos psíquicos nos manuais sobre psicopatologia.

A essência da maioria dos desequilíbrios psíquicos, cuja natureza não seja orgânica, caracteriza-se pela função do consciente ser reprimida e substituída, em grande parte, pelo inconsciente, ao qual é atribuído o valor de realidade. A função da realidade é usurpada pelo inconsciente, que toma o valor de realidade. Os pensamentos inconscientes soam como vozes, tornam-se plásticos como visões, perceptíveis como alucinações corpórea ou então se transformam em idéias fixas de natureza demente, prevalecendo sobre a realidade (Jung. 2008, p.136).

No entanto, a autonomia relativa dos complexos pode chegar à autonomia total ou dissolução da psique e fragmentação da personalidade, como ocorre no caso de uma psicopatologia, na qual o indivíduo não consegue lidar com o afeto demasiado exacerbado e arrebatador para sua capacidade de elaboração simbólica e dinâmica psíquica integradora, ativando uma espécie de “possessão do complexo”, que invade a consciência ou ego, podendo ocorrendo posteriormente, uma supressão do eu consciente, havendo o que se denomina de dissociação da personalidade, o que ocorre mais especificamente nas psicoses. “Só se pode falar numa verdadeira doença mental quando o conteúdo do inconsciente toma o *lugar da realidade consciente*” (Jung. 2008, p.136).

Jung (1986) adverte que um evento psíquico jamais poderá gerar uma doença mental sem que tenha por base uma predisposição específica, e por outro lado, é possível que haja uma predisposição e não se revele nenhuma psicose enquanto se evitar conflitos mais sérios e choques emocionais que evoquem afetos exacerbados e intensos que ativem complexos patológicos:

Podemos constatar com relativa segurança que a predisposição psíquica leva a um conflito e, com isso, num círculo vicioso, à psicose (...) a maioria das pessoas que sofrem de *dementia preacox* possui uma tendência inata para conflitos psicológicos, embora estes conflitos não seja incondicionalmente patológicos e sim experiências comuns a todos os homens. Uma vez que a predisposição consiste numa excitabilidade anormal, esses conflitos vão se diferenciar dos conflitos normais apenas por sua intensidade emocional. E é por sua intensidade que estes conflitos estão fora de toda proporção com as demais faculdades mentais do indivíduo. O que leva à doença é somente a impossibilidade de a pessoa se libertar de um conflito avassalador. No momento em que o indivíduo percebe que sozinho não pode resolver suas dificuldades e ninguém pode ajudá-lo é que ele entra em pânico e se vê tomado por um caos de emoções e pensamentos estranhos. Essa experiência diz respeito ao período de incubação da doença e raramente chega aos ouvidos do psiquiatra. Se o psiquiatra conseguir resolver o conflito, então o paciente pode se salvar de uma psicose (p.203).

Jung (1986) questiona duas hipóteses para a “possessão” do ego pela autonomia do complexo: se seria a vulnerabilidade e fraqueza do “eu” ou uma especial intensidade do afeto. Para ele, a intensidade da tonalidade afetiva do complexo é fator decisivo tanto para a dinâmica, conteúdo e sentido dos sonhos, e como faz um paralelo entre estes e os delírios, isto também se aplica ao estado psicótico, pois, pelo que ele pode verificar, toda a fenomenologia desse transtorno se concentra no complexo patológico. Assim, ele valoriza a segunda hipótese, considerando o enfraquecimento da personalidade do eu como fator secundário, como uma das conseqüências destrutivas de um complexo de tonalidade afetiva, que surge de forma natural, mas que passa a desfazer a unidade da personalidade devido à sua intensidade.

Quanto mais penetrante e minuciosa a análise, mais poderemos perceber que, num grande número de casos, um afeto *forte se encontra no começo da doença*, a partir do qual se desenvolvem os primeiros desajustes (Jung, 1986, p.85). A doença mental eclode num momento de grande emoção despertada por razões, por assim dizer, normais (p.147).

Como o fator psicológico desempenha, manifestadamente, um papel decisivo no desenvolvimento da transtornos psíquicos, de acordo com as conclusões de Jung (1986), não seria de todo improvável que o primeiro surto tenha uma causa psicológica. É notório que muitos casos têm origem numa fase psicológica crítica, num choque ou num violento conflito moral. “Considero mais importante investigar as funções e o significado do fator psicológico na etologia e na evolução das psicoses” (p.204).

No que diz respeito ao transtorno psicótico, se a estranha linguagem simbólica e metafórica do inconsciente puder ser comunicada à consciência e compreendida mediante a análise dos delírios e alucinações, é possível que o processo de degeneração da personalidade possa ser interrompido ou revertido. Jung (1986) afirmou que estes eram importantes e significativos produtos psíquicos ricos em simbologia.

A *alucinação* no delírio é simplesmente uma projeção externa de elementos psíquicos. Conhecemos clinicamente todas as suas gradações, desde a inspiração ou idéia súbita patológica até as alucinações auditivas intensas e plásticas. As alucinações gozam de ubiqüidade. Desse modo, a esquizofrenia nada mais faz que adicionar um mecanismo já previamente formado que funciona, de modo regular e normal, nos sonhos contém simbolicamente fragmentos distorcidos do complexo. Este é também o caso da maioria das alucinações na esquizofrenia, apenas o simbolismo é muito mais ampliado e se parece mais com o sonho pela sua distorção ( p.78).

Muitas vezes, estas manifestações se traduzem em expressões estranhas e bizarras, deixando o interlocutor perplexo, com indagações inquietantes acerca da fonte dos conteúdos dos delírios. “No entanto, por vezes, os próprios sintomas indicam o conteúdo da doença” (Jung,1986, p.155), conforme nos esclarece:

Qual o motivo que leva a mente a se esgotar no trabalho de elaboração de um *nonsense* patológico? Mesmo para esta questão tão difícil, a nova concepção pode nos fornecer uma chave. Hoje podemos afirmar que estas construções patológicas absorvem o interesse do doente porque constituem subprodutos das questões que mais ocupavam seu espírito quando normal. Em outras palavras, o que hoje na doença é uma miscelânea incompreensível de sintomas era um dos campos de interesse mais centrais de sua personalidade normal (p.157).

Jung (1986) considera que o paciente, inconscientemente, tem uma intenção a alcançar com a criação de seu sistema de delírios, pois emprega toda sua força de vontade a serviço deste sistema. Faz analogia entre estados de posse do complexo patológico com os de profunda inspiração artística, conversão religiosa e êxtase espiritual, nos quais o ego do indivíduo também fica “tomado e possuído”. Menciona o poeta, que edifica mundos de linguagem metafórica. No entanto, ele evidencia distinções essenciais:

A distância psicológica que separa o poeta do doente mental é bem grande. O mundo do poeta é o mundo dos problemas resolvidos. A realidade é o mundo dos problemas não resolvidos. O doente mental é o reflexo fiel desta realidade. Suas soluções são ilusões insatisfatórias e a sua cura, uma renúncia temporária ao problema. Este permanece ativo e sem solução no inconsciente, emergindo, em determinado momento, para criar novas ilusões num outro cenário (154).

Pontanto, é necessário que psicólogos e psiquiatras se despojem de todos preconceitos e conceitos profissionais e se abram para uma verdadeira escuta e apreensão desta alteridade alterada que se lhes apresenta em sua clínica e tentem penetrar em seu sistema de significado, pois como um texto em língua estrangeira, é pleno de significado e não o entendemos por desconhecer sua linguagem.

Jung (1988) assevera que “uma psicose pode, em última análise, ser compreendida como o sofrimento de uma alma que não descobriu seu significado” (p.332). Esta afirmação revela o lugar central que ele atribuía ao significado enquanto sentido de vida para os indivíduos e, inclusive, o concebia como um arquétipo e como tal, um continente a ser preenchido pela vivência e consciência de quem o experimenta, sendo pois, a sua formulação um mito: “o mito do significado”, como ele costumava se referir. Assim, sua atribuição é um processo condicionado pela subjetividade, de caráter

personalíssimo, uma interpretação individual e a descoberta do significado se apresenta prenhe de propriedades curativas e regeneradoras para o sujeito.

A questão do significado era essencial para Jung, permeava suas buscas e tudo com o que se envolvia como pessoa, médico, terapeuta e cientista. Questionava constantemente as temáticas referente aos opostos como bem e mal, luz e sombra, vida e morte. Considerava que o compositor do significado é a psique e que somente a psique é capaz de atribuir significado àquilo que é experimentado. Assim, evidencia a função primordial da reflexão na vida psicológica e enfatiza que a consciência não está confinada ao intelecto e menos ainda, ao cérebro.

Jung concluiu que a etiologia de transtornos psíquicos não poderia ser, precipuamente e de forma causal, atribuída ao impacto de experiências traumáticas, sendo necessário uma confluência de fatores que configurem condições propícias, que ele chamou de condicionalismo.

Como fator psicológico desempenha, manifestamente, um papel decisivo no desenvolvimento da *dementia praecox*, não seria de todo improvável que o primeiro surto tenha uma causa psicológica. Sabemos que muitos casos têm origem numa fase psicológica, num choque ou num violento conflito moral (...) A etiologia comum repousa sobre o concurso de condições distintas. Por isso moderna etiologia não é mais de causalismo, mas de condicionalismo (Jung,1986, p.203).

Jung (2002) é pontual ao se reportar à questão do diagnóstico, o qual, em sua perspectiva, deve ser referir aos complexos, à identificação dos conteúdos e afetos a eles relacionados e quais eventos psíquicos eles revelam, e não aos sintomas dos transtornos ou síndromes.

Em psicoterapia, o reconhecimento da doença depende muito menos do quadro clínico do que dos complexos nela contidos. O diagnóstico psicológico visa ao diagnóstico dos complexos e, por conseguinte, à formulação de fatos que seriam antes camuflados do que mostrados pelo quadro clínico da doença. A origem do mal, propriamente dita, tem que ser detectada dentro do complexo, que representa uma grandeza psíquica relativamente autônoma. O complexo prova sua autonomia pelo fato de não se ajustar à hierarquia da consciência, ou seja, de opor uma resistência efetiva à vontade. Neste fato (...) está a causa da crença milenar de que as psicoses e neuroses são *possessões*, pois o observador ingênuo não consegue fugir à impressão de que o complexo representa algo como um governo paralelo ao eu (Jung,2002, p.83).

### 3.6. Possibilidades Para Além do Individual

Outro ponto importante é que Jung não atribuía à etiologia apenas os efeitos traumáticos referentes a figuras reais, os pais, por exemplo, mas também a projeções de conteúdos de representações arquetípicas. A relevância relativa destes fatores poderia ser verificada analiticamente, e a força de representação de tais imagens compulsivas e deiformes deveria ser considerada. Jung (1986) explica que:

A disposição esquizóide se caracteriza por afetos abrangentes, nascidos de complexos comuns que, em geral, provocam conseqüências bem mais profundas do que os afetos neuróticos. Do ponto de vista psicológico, os fenômenos afetivos conseqüentes constituem, sintomaticamente, o específico da esquizofrenia. Esses são, assistemáticos e com aparência caótica e acidental. Além disso, da mesma maneira que certos sonhos, eles se caracterizam por formas de associação arcaicas ou primitivas muito próximas dos motivos mitológicos e de suas representações (p.249).

As investigações dos conteúdos dos sonhos bem como das alucinações de seus pacientes psicóticos levaram-no à conclusão de que existem inúmeras interconexões psíquicas para as quais só se poderia encontrar paralelos na mitologia. No que concerne à interpretação na dimensão coletiva, a ênfase de Jung estava no aspecto transpessoal, aquele elemento no delírio que tem sua história e seu lugar no desenvolvimento psicocultural do homem. Por isso, considerava os mitos e os contos de fadas úteis, tanto para amplificar o material clínico como também para ajudar a organizá-lo, por representarem padrões psicológicos essenciais.

Os mitos são histórias de encontros arquetípicos. Como o conto de fadas é análogo às atividades do complexo pessoal, o mito é uma metáfora para atividades do arquétipo *per se* e pode estar presente na estrutura da própria psique. Como seus ancestrais, concluía Jung (2000), o homem moderno é um construtor de mitos; ele revive dramas antiqüíssimos baseados em temas arquetípicos e, através de sua capacidade de consciência, pode se libertar de sua influência autônoma e compulsiva.

Os mitos são as justificativas das nossas ações, como um processo de explicações para elas, porém estas explicações são muito mais inconscientes do que conscientes. Os mitos passam pelo processo de psiquificação, dando razão para os ritos. Todo mito produz um interdito que impede a mudança do rito, mantendo e atualizando seu efeito sobre o humano. O mito é um teatro simbólico e dramático das experiências biológicas, psicológicas e espirituais, registrando todas as ações humanas no transcorrer da evolução. São estruturas que nos fornecem os padrões ou modelos arquetípicos, condensando em sua narrativa uma infinidade de situações análogas, universais e individuais,

possibilitando-nos referências da história da humanidade (Magaldi, 2006, p.105).

Jung (1998) evidencia a importância de compreender que, no caso do sofrimento psicológico, que geralmente isola o indivíduo das chamadas pessoas normais, o conflito a nível arquetípico não se trata apenas de um fracasso pessoal, mas é ao mesmo tempo, um sofrimento comum a todos, um problema que caracteriza toda uma época. Essa generalização desafoga o indivíduo de si próprio, ligando-o à humanidade.

O aspecto arquetípico dos estados de possessão têm sido digno de atenção por parte de diversos analistas junguianos. O próprio Jung (1986) se dedicou ao estudo e trabalho de estabelecer um paralelo entre os processos psicológicos e mitologia como de sendo um estudo comparativo dos sistemas delirantes, ou em outras palavras, dos estados de possessão. Muitos fatores dinâmicos interdeterminam o curso da possessão. Um arquétipo fornece a estrutura implícita de uma imagem, de afeto, e um padrão geral de comportamento. Quando estes surgem, é dito que um arquétipo é constelado, e as preocupações, atitudes, sentimentos e situações típicas tendem a recorrer. A exploração de determinadas figuras arquetípicas e dos padrões de comportamento que eles determinam, têm sido uma fonte especialmente fecunda de investigação da psicopatologia junguiana. Uma compreensão do papel desempenhado por figuras arquetípicas na determinação do destino dos indivíduos pode não só aumentar a nossa compreensão da psicopatologia, como também o alcance do que pode ser considerado “permissível ao normal”, pois estados de possessão também lhes ocorrem, de forma eventual e passageira.

Sandner & Beebe (1982) explicitam que cada complexo, como uma cebola, possui várias camadas a partir da qual uma resposta pode surgir. As camadas mais superficiais de um complexo são pessoais, e as camadas mais profundas são arquetípicas. A sombra e a anima ou animus representam progressivamente, as camadas mais profundas e arquetípicas. De todas, a camada mais profunda é o núcleo, que está enraizada no arquétipo central, ou Self, o centro organizador comum a todos os complexos. A resposta de um complexo pode surgir de qualquer uma das camadas, e não é raro que camadas arquetípicas mais profundas respondam ao esforço de integração bem antes das camadas mais pessoais e superficiais sejam descobertas e assimiladas.



No entanto, resta um questionamento inquietante: porque um arquétipo é constelado? Segundo Sandner & Beebe (1982) as explicações gerais junguianas alinham-se ao princípio teleológico: arquétipos surgem quando há necessidade e eles são necessários quando uma demanda adaptativa não pode ser satisfeitas pelo ego do indivíduo. Assim, o comportamento arquetípico usualmente ocorre nos períodos de mudança de fase do desenvolvimento e de vida, pois novos e diversos padrões globais devem substituir os de até então: da infância para a adolescência, desta para a vida adulta e, posteriormente, da vida adulta para a velhice, agora, a chamada melhor idade. Este autor exemplifica que um arquétipo deve emergir na adolescência porque o ego tem sido moldado pela experiência infantil, o que, simplesmente não é suficiente para atender às demandas da idade juvenil, as quais já se aproximam das demandas sociais e biológicas da vida adulta. Os primeiros passos na direção da vida adulta demonstram ser, então, necessariamente, estruturados por arquétipos, os quais são apropriado para o indivíduo, mesmo quando, nitidamente, entram em conflito com aspectos da realidade prática.

### **3.7. Possibilidades Para Além do Patológico**

Para Jung, diversamente de Freud que considera que todo o conteúdo do complexo trata-se de conteúdo consciente submetido à repressão, alguns conteúdos dos complexos podem ter sido conscientes e reprimidos, mas outros, jamais foram conscientes. Estes entram na psique, advindos do inconsciente coletivo, como novas imagens arquetípicas que tendem em direção à consciência.

Sandner & Beebe (1982) asseveram que o núcleo arquetípico, origem dinâmica de cada complexo, é ligado ao centro da diretriz interna conectada ao inconsciente coletivo, o Self. Esta conexão introduz um paradoxo: a produção de complexos não só conduz a uma ferida dissociativa, mas também fornece uma nova possibilidade de alcançar a integração. Os complexos afetivos participam do esforço do Self em substituir um estado inicialmente inconsciente da unidade para um estado de consciência da totalidade. Por ser o Self também um arquétipo, sua natureza bipolar explica como certos fenômenos psíquicos como as dissociações, transtornos e neuroses são necessários para a evolução e expansão da consciência e para a integração da totalidade da personalidade.

Por conseguinte, o conceito do complexo da psicologia junguiana não se presta para o modelo usual de medicina, no que a doença é considerada como uma interrupção infeliz no estado de bem-estar do paciente. No modelo junguiano, o paciente deve suportar o sintoma, que é uma expressão simbólica do inconsciente, a fim de tornar-se bem, pois ele contém os "germens" da totalidade.

Pode-se então apresentar a noção de que, uma nova distinção, também sintônica com vários posicionamentos contemporâneos, de que uma aparente falência nervosa ou psíquica, de fato, poderia ser uma forma de falência das defesas, um prelúdio iniciatório necessário para um novo desenvolvimento, ou seja, que sugerem que a etiologia de doenças mentais possa ser de origem diferente da patológica e desempenhar um papel mais positivo e com um propósito de iniciar um processo de transformação e de desenvolvimento do indivíduo.

De acordo este pensamento de Sandner & Beebe (1982), sem esse período de possessão do ego, durante o qual o conteúdo inconsciente do complexo é "vivido", a integração do complexo pelo ego, para um funcionamento consciente dificilmente poderia ocorrer. Ao mesmo tempo, a possessão é estado potencial e psiquicamente grave enquanto está ocorrendo, mesmo que, em última análise, sirva como busca de plenitude, pois dependendo do proceguimento do processo, este estado pode perseverar, se fixar e, por fim, estabelecer-se e então, realmente vir a configurar um transtorno psíquico e se instalar como uma doença mental, nos modelos médicos.

Possessões tende a produzir o que Jung (2002) chamou de um governo sombrio do ego. Talvez pudesse ser também chamado de governo do ego pela sombra, ou seja, o ego sendo governado pelo inconsciente. A possessão do ego é acompanhada por uma mudança fundamental na qualidade das relações objetais produzidas pela anima/animus.

Durante a possessão, quando os complexos tomam do ego o controle sobre os comportamentos do indivíduo, o ego, então, já não é mais o centro da consciência. Em vez disso, razões e pontos de vista arquetípicos são dominantes e, portanto, passam a estruturar a percepção das situações, os comportamentos e, conseqüentemente, as atitudes e todo um estilo ou padrões de estar no mundo.

Segundo Sandner & Beebe (1982), esses padrões não apenas são compulsivamente sobredeterminados, mas também podem produzir possessão recíproca em outras pessoas significativas do entorno relacional do indivíduo com as quais esteja emocionalmente vinculado. Por este motivo, todos no campo psíquico da pessoa

“gravemente possuída”, incluindo o analista, correm o risco de sofrerem algum grau de possessão.

Estado de possessão é a “marca registrada” dos graves transtornos de personalidade e de estados psicóticos. Substituições de setores do ego por complexos e seus núcleos arquetípicos resultam em alterações drásticas nos atributos ego normal, tais como no comportamento ético, no teste confiável de realidade e no nível de estabilidade de humor. Uma possessão pode acontecer por várias razões, das quais a tentativa do Self, enquanto arquétipo saudável da totalidade, para compensar uma atitude restrita do ego é apenas uma (Sandner & Beebe, 1982, p. 311).

O motivo principal para um estado de possessão, de acordo com o pensamento de Jung, é um afeto com forte e intensa carga emocional somado a um conflito insuperável e, secundariamente, uma fraqueza ou debilidade do ego. De acordo com Sandner & Beebe (1982), condições biológicas como hipoglicemia ou hipotireoidismo, circunstâncias críticas da vida, momentos durante a terapia que provoquem erosão ou rebaixamento das defesas do ego, entre outras, são situações podem enfraquecer a capacidade do ego para enfrentar os seus complexos e podem, inclusive, facilitar regressões patológicas primitivas e arcaicas das relações objetais.

Sandner & Beebe (1982), apresentam a idéia de que Perry ampliou a noção de Jung sobre os complexos, mostrando que a resposta ao complexo é bipolar. Ou seja, uma relação objetal emocional compreende dois complexos na interação, um dos quais investe o ego, enquanto o outro é projetado para fora, sobre um objeto ao qual o paciente está emocionalmente vinculado. O complexo mais próximo ao ego é "ego-alinhado", o outro é "ego-projetado". No entanto, esta terminologia não significa que o ego, em si, cria o alinhamento ou a projeção, mesmo porque estas são dinâmicas que ocorrem ao nível inconsciente. Ambos, o ego e o objeto, então, são investidos por complexos, e “a interação essencial, então, não é entre sujeito e objeto, mas entre dois complexos intrapsíquico” (Perry, 1970, p. 4, citado por Sandner & Beebe, p.298).

Segundo as idéias Perry, tais arranjos bipolar dos complexos, intrinsecamente, compõem a estrutura da psique; o que significa que todos os complexos são psiquicamente dispostos em pares complementares. Este autor evidencia que nos sonhos esta interação dos complexos pode ser bastante clara, como quando duas figuras oníricas fazem amor ou brigam. As mesmas interações podem produzir sintomas e conflitos internos, e, através da identificação projetiva, os vínculos emocionais e alianças nas experiências das transferências / contra-transferências.

### 3.8. Possibilidades Patológicas na Tipologia

Sandner & Beebe (1982) evidenciam que, dependendo da força e da qualidade dos complexos, o ego pode ficar possuído por estados diversos, tornando-se deprimido, maníaco, paranóico ou esquizofrênico, utilizando, como pontos cardeais, estas quatro posições orientadoras como referência à patologia da psicose. Situações análogas também estão presentes, em menor grau, nos casos em que os transtornos latentes de personalidade se manifestam.

É possível discutir a psicopatologia encontrada em tais estados de possessão em termos de núcleos arquetípicos dos complexos envolvidos. Arquétipos tendem a estruturar situações de uma forma típificada e cada síndrome psicótica tem uma base arquetípica. Há também, no entanto, um fator pessoal que é bastante relevante no desenvolvimento de qualquer estado de possessão, que é o papel do tipo psicológico do indivíduo em questão (Sandner & Beebe, 1982).

Todos os complexos contêm aspectos das atitudes e funções que foram excluídas ou impedidas na representação consciente pela atitude dominante e função do ego. Assim, como já foi amplamente discutido neste trabalho, existe uma polaridade entre a função principal e sua função auxiliar, que configuram na consciência e as funções que lhes são opostas, relegadas ao inconsciente, formando assim, segundo este autor, um sistema de freios e contrapesos.

A função inferior é particularmente sujeita a permanecer em formas arcaicas, e é frequentemente representada pela sombra ou pela anima / animus. Quando os estados de possessão ocorrem com estes complexos, como em muitas condições borderline, a função inferior é ativada, produzindo tentativas de adaptação com característica notavelmente inferior, compulsiva e, muitas vezes, com um caráter psicótico (Sandner & Beebe, 1982).

A síndrome psicótica pode ser pensada como uma expressão da função inferior. Sandner & Beebe (1982) apresentam a idéia de que cada tipo psicológico tem uma tendência para assumir uma síndrome específica nos estados de possessão do ego. A depressão grave, freqüente em tipos pensamento altamente intelectuais, muitas vezes são a expressão de um sentimento inferior, que é excessivamente crítico. Sentimento tende a avaliar, mas o sentimento inferior é muitas vezes sentido e simbolizado como um "juiz", aquele que decide que o paciente pecou e que merece ser punido.

Frequentemente, este contexto psíquico comparece nos sonhos simbolizado por prisões e vivências de confinamento.

A mania, compulsiva e freqüente em tipos sensação introvertida, muitas vezes, representa a atividade de uma intuição inferior extrovertida, que produz uma torrente de pensamentos rápidos intuitivos e planos que o paciente é levado a expressar ou viver.

Paranóia é um problema freqüente para os tipos sentimento que se tornaram alienados: o pensamento inferior, então, faz deduções falsas e terríveis, em um esforço para compreender por que os outros têm cortado os vínculos de sentimento.

Esquizofrenia muitas vezes aparece nos tipos intuitivos, quando são escassamente adaptados à realidade prática, e a desilusão, bem como a concretude que aparecem, provavelmente representam o surgimento da sensação inferior.

Isso não quer dizer que apenas os tipos pensamento desenvolvem depressões, os tipos sentimento a paranóia e assim por diante. Essas síndromes parecem refletir distúrbios nas diferentes funções inferior, e assim elas poderiam aparecer em uma pessoa que por algum motivo, estariam passando por uma dificuldade particular com essa função, independentemente de qual função seja normalmente sua função dominante. Por exemplo, mesmo um tipo de pensamento pode experimentar "um pensamento inferior" sob o impacto da intoxicação por drogas e. A função típica inferior é, sem dúvida, uma área de especial vulnerabilidade.

Jung (1986) teoriza trazendo a noção de *tipos psicológicos*, ampliando sua aplicação também neste campo da psicopatologia, não menciona sobre as funções, mas refere-se às atitudes e pontua que “a histeria pertence ao tipo extrovertido, e a psicastenia e a *dementia praecox*, pelo que dela se conhece, ao tipo introvertido (...) terminologia ligada à minha concepção de energia dos fenômenos psíquicos” (p.172).

Fierz (1997) corrobora o posicionamento de Jung em relação à atitude e aos sintomas psicóticos, pois também considera que o tipo introvertido, através da atitude inferior, ou seja, via constelação de uma extroversão inferior, pode manifestar reações paranóicas devido a um fascínio mórbido pelo objeto. Igualmente, nada menciona sobre as funções em relação à psicopatologia.

Ocorre que nos momentos de possessão do ego por um complexo, o caráter inconsciente deste evoca a função inferior, ou em outras palavras, “sobe” pela função inferior, esta funciona literalmente como um veículo carreador dos conteúdos

inconscientes como a sombra, anima/animus ou outro arquétipo constituinte da psique. Assim, neste processo, a atitude que compõe o tipo psicológico do indivíduo associado à função principal, inverte. O tipo introvertido passa a atuar mediante uma extroversão inferior e arcaica e vice-versa, o extrovertido, por uma introversão inferior e primitiva (Fierz,1997), conforme observa:

No momento da *crise*, portanto, introvertido exhibe os sintomas do extrovertido, porém em escala mais ameaçadora. Precisamente quando recusa a extroversão, ela se manifesta por si mesma de forma arcaica e com caráter maligno. (...) O extrovertido, por seu lado, quando atinge o ponto da crise, exhibe os sintomas do introvertido de maneira exagerada. A Introversão latente se manifesta de forma ameaçadora e arcaica. (...) A crise do tipo constitucional vai além da esfera dos perigosos distúrbios físicos e invade a esfera da psiquiatria. Diríamos que, no caso do introvertido, a atitude inferior produz sintomas esquizofrênicos, ao passo que no caso do extrovertido causa sintomas maníaco-depressivos (p. 267).

“Considero mais importante investigar as funções e o significado do fator psicológico na etiologia e na evolução das psicoses” (Jung, 1986, p.204). Esta frase remete à importância de ressaltar que, no âmbito de sua teoria dos tipos psicológicos geralmente, no caso de pessoas ditas normais, a problemática da função inferior costuma ser constelada e marcar a transição para a segunda metade da vida, período que Jung denominou de metanóia, ou crise existencial da meia idade. No entanto, nos casos patológicos, o problema amiúde pode surgir muito mais cedo (Fierz, 1997).

Um dos motivos para que isso ocorra talvez seja o fato de influências familiares ou do ambiente tenham provocado uma distorção prematura no caráter da atitude do indivíduo ainda em tenra idade. Pode ocorrer que um introvertido ingênito tenha sido obrigado ou induzido pelo meio a adotar e assumir uma atitude extrovertida, totalmente contrária à sua natureza e que, esta tendência oposta de desenvolvimento se esforce por restaurar a atitude autêntica negada e negligenciada. Este conflito entre uma introversão saudável, mas subdesenvolvida e uma consciência extrovertida essencialmente antinatural, inapropriada e falsificada, pode levar a uma situação muito complexa e, frequentemente, patológica (Fierz, 1997).

Conforme explicitado no capítulo um, é fundamentalmente importante que o psicoterapeuta estabeleça o vínculo mediante a função principal do indivíduo. Para Sandner (1982), o tratamento ou processo de análise é mais eficaz quando se apela para a função dominante do paciente e em lugar de se reforçar a função inferior já constelada

de forma inoportuna e fracassada na tentativa de compensações inadequadas e exacerbadas. Segundo este autor:

Definição de limites práticos e abordagens somáticas são muitas vezes úteis para o “maníaco do tipo de sensação”. Expressões diretas de carinho e atenção, incluindo o esforço sincero para explorar sentimentos feridos do paciente; a disponibilidade para sair da posição assimétrica de terapeuta, assumindo uma posição igualitária e expor os próprios sentimentos honestamente com o paciente quando certos conflitos surgirem, podem muitas vezes transformar radicalmente “o paranóico tipo do tipo sentimento”. E ainda, demonstrar uma boa vontade em ouvir os flashes de percepção e explorar as imagens arquetípicas que emergem do paciente parece recuperar a sanidade do “tipo esquizofrênico intuitivo” (Sandner & Beebe, 1982, p. 317).

Jung (2002), algumas vezes, refere-se ao processo de análise como uma psicose artificial sob condições controladas. Um ego que não esteja com prontidão suficiente para experiências de profundidade como a de confrontar complexos, está sujeito à invasões, que podem resultar em estados psicopatológicos.

No processo de análise, revela-se ou não, a força, flexibilidade e ao mesmo tempo, a estabilidade do ego para experimentar os seus complexos em níveis progressivamente mais profundos. O contexto de análise coloca fortes demandas sobre o ego de um indivíduo, que muitas vezes, não é capaz suportar sem o devido apoio. A demanda implícita é de aceitação e integração de todas as diferentes partes da personalidade e dos diversos complexos, cada um representando uma faceta diferente e não realizados da personalidade total. Isso, somado à atitude receptiva do analista, convida os complexos mais profundos para virem à tona. Esta superficialização do complexo quebra a tensão dos opostos que normalmente existe entre o ego e os núcleos arquetípicos dos complexos e libera a energia potencial contida e represada neste dinamismo. Devido à carga energética muito alta de alguns núcleos arquetípicos, o seu potencial para a estruturação de sequências inteiras de comportamento e para liberar quantidades de afeto, alguns estados temporários de possessão, não raro, ocorrem durante o desenrolar de uma análise ou processo terapêutico.

Assim, imagens compensatórias vêm das camadas mais profundas dos complexos, as quais carregam grande potencial para a reestruturação de emoções e comportamento de acordo com as prerrogativas arquetípicas. Quando as camadas profundas de um complexo emergem, uma típica síndrome reconhecível em particular costuma ser o ocorrer: comportamento estereotipado do arquétipo específico substitui a camada mais usual do comportamento individual do ego. Alguns indivíduos são

particularmente propensos a possessão arquetípica durante o procedimento analítico, em particular indivíduos com características borderline (Sandner & Beebe, 1982).

Portanto, trabalhar qualquer um destes desdobramentos requer não apenas desidentificação do ego em relação ao pólo do complexo que lhe é mais familiar, mas também o reconhecimento do afeto do pólo contrário. Tal reconhecimento exige uma imersão no lado que ficou inconsciente. Há uma tendência inconsciente em direção ao totalidade e do alívio da tensão, os quais promovem a emergência. Em contextos como a análise psicoterápica, há maior receptividade do ego e condições de aceitação do pólo inconsciente reprimido.

Para fechar este capítulo, usaremos uma citação de Jung, considerada pertinente para a ocasião:

Se é que “cura” significa tornar sadio um doente, cura significa transformação. Sempre que possível, isto é, no caso de a personalidade do doente não ser sacrificada em demasia, ele deve ser transformado terapeuticamente. Mas, quando um doente reconhece que a cura por transformação significaria renunciar demais à sua personalidade, o médico pode e deve renunciar à modificação, ou seja, à vontade de curar (Jung, 2002, p. 8).

Eis um mote fundamental de nosso trabalho.



## 4. MÉTODO

A intenção desse trabalho é desenvolver um estudo descritivo, com base nas teorias dos tipos psicológicos e dos complexos de C.G.Jung, sobre o tipo de personalidade dos sujeitos e partir destes dados, perscrutar as possibilidades de encontrar relação entre a tipologia e o sofrimento psíquico.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, cuja metodologia conduziu à investigação e determinação do tipo de personalidade dos sujeitos e à identificação da função superior ou dominante e da função inferior, que lhe é oposta, recaindo sobre esta o foco da investigação. O aspecto quantitativo foi utilizado apenas para indicar o número dos tipos encontrados nos resultados da aplicação do teste

### 4.1 - Objetivos Gerais

- Investigar, a partir das Teorias dos Tipos Psicológicos e dos Complexos C.G.Jung, a existência de relação entre as manifestações dos fenômenos dos complexos e da função inferior com sofrimento psíquico grave.

### 4.2-Objetivos Específicos

- Identificar o tipo psicológico dos sujeitos da pesquisa, pacientes atendidos pelo GIPSI - Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica, distinguindo as funções superior e inferior, mediante a aplicação do teste QUATI (Questionário de Avaliação Tipológica);
- Investigar os processos e mecanismos das manifestações de um complexo e da função inferior, tentar relacioná-los entre si e com as manifestações do sofrimento psíquico grave;
- Problematizar a existência de relações diretas ou indiretas entre os complexos, a função inferior e o sofrimento psíquico grave.

### **4.3. Procedimentos para a coleta de dados**

#### **4.3.1. Sujeitos**

Esta pesquisa foi realizada com dez clientes em “primeira crise do tipo psicótica” do GIPSI - Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicótica da Universidade de Brasília. Os participantes tinham idade entre 19 e 54 anos, totalizando 10 sujeitos, destes seis eram mulheres e quatro, homens.

A seleção dos sujeitos teve como critério de inclusão pessoas que estiveram em atendimentos terapêuticos realizados no GIPSI, pelo período mínimo de seis meses, alfabetizados, capazes de compreender e responder sozinhos as perguntas do teste QUATI (Questionário de Avaliação Tipológica) e que demonstraram interesse de participar da pesquisa.

Após aceito o convite, foi solicitado o preenchimento e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico fornecido pelos pesquisadores, conforme Anexo 1, antes do início dos procedimentos.

Conforme acordo previamente estabelecido, o nome dos mesmos não foi mencionado, nem qualquer detalhe que de alguma maneira poderia identificá-los, resguardando a privacidade e integridade dos participantes.

#### **4.3.2. Instrumentos e técnicas utilizadas**

Segundo os objetivos da pesquisa, adotamos para a coleta de dados o procedimento de aplicação do teste QUATI - Questionário de Avaliação Tipológica, versão II - publicado pela Vetor Editora Psico-Pedagógica, o qual foi elaborado no âmbito de várias pesquisas desenvolvidas no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. A escolha deste instrumento, em detrimento de outros análogos existentes, deu-se devido ao fato de ele ter sido desenvolvido no Brasil, dirigido à população brasileira e à sua cultura, por ter uma estrutura definida por temas, por ser constituído de perguntas simples e claras, e por isso, ser adequado aos sujeitos da pesquisa. (Ver Anexos).

A aplicação do teste foi realizada individualmente no CAEP – Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos, localizado no ICC sul, Instituto de Psicologia, Campus Universitário Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Os horários foram

estabelecidos de acordo com a disponibilidade das salas em concomitância com a disponibilidade dos participantes da pesquisa. O tempo médio da aplicação dos testes foi de sessenta minutos.

A presente pesquisa foi realizada após a devida aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Humanidades da UnB (ver aprovação, anexa).

Para a análise das questões do teste QUATI, foi utilizado o crivo de respostas do próprio teste e para a análise dos resultados obtidos foi utilizado o manual que acompanha o teste.

Além disso, nos apoiamos na teoria de C. G. Jung em combinação com as técnicas do método prospectivo sintético e da amplificação por ele desenvolvidos para a interpretação, bem como nas discussões dos resultados. A utilização do teste QUATI juntamente com a teoria de Jung é uma associação fecunda, pois o teste identifica os tipos e a teoria amplifica a perspectiva de visão, compreensão e possibilidades de discussão. Com isso, visamos deslocar a investigação qualitativa para além dos estudos descritivos, em direção à esfera dos arranjos teóricos explanatórios, para dessa maneira, produzir compreensões abstratas e conceituais dos fenômenos estudados.

Jung questionava a efetividade da aplicação da causalidade e do determinismo na psicologia humana e criticava o método de análise reduutivo utilizado pela psicanálise. Não nega nem desconsidera a importância de uma compreensão retrospectiva às causas passadas de um evento psíquico, mas a considera insuficiente e limitada, porque essa abordagem não leva em consideração a extraordinária riqueza e valor psicológico das simbolizações. Está mais concernente ao sentido e finalidade do evento psíquico, seu interesse é indagar para onde a vida de uma pessoa a está conduzindo, mais do que nas supostas causas de sua situação. Seu olhar era de um ponto de vista teleológico e descrevia essa orientação como “sintética”, com a implicação de que aquilo que emerge do ponto de partida é que tem uma significação fundamental.

Para Jung a psique é o resultado e a culminância de tudo que passou na história de vida do indivíduo - e de tudo que está por vir - na medida que ela mesma, a psique, geraria o futuro, sendo pois, um eterno devir. A idéia de apreender o conteúdo atual da psique como uma expressão simbólica, o conduziria a elaborar algo mais complexo e

sutil do que a compreensão causal, o método construtivo ou prospectivo. Considerava-o mais amplo, a despeito do seu intrínseco caráter especulativo.

Enquanto o método causal chega aos princípios universais da psicologia humana através da análise e da redução dos acontecimentos individuais, o método construtivo alcança os objetivos universais por meio da síntese de tendências individuais. Como a psique é um ponto de intersecção, ela precisa ser definida tendo em vista ambos os aspectos. De um lado, ela oferece um quadro de tudo o que se passou e, na medida em que a própria alma gera o futuro, ela apresenta também um quadro do conhecimento germen de tudo que está por vir, é expressão do que está por vir. (...) Assim, na medida em que apreendemos o conteúdo atual da psique como uma expressão simbólica do que está por vir, surge a necessidade de por um interesse construtivo nesta expressão. Sinto-me tentado a dizer: um interesse científico (Jung, 1986, p. 167).

Este autor emprega o conceito de construtivo de forma semelhante ao de sintético, que se opõem ao de redutivo. Considera os produtos do inconsciente, os sonhos, fantasias, delírios, entre outros, como expressões simbólicas que antecipam uma fase de desenvolvimento psicológico. Neste sentido, fala de uma função propriamente prospectiva do inconsciente que antecipa um desenvolvimento psicológico futuro e, portanto, concebe:

o produto do inconsciente como expressão orientada segundo um fim ou objetivo, mas que caracteriza o ponto diretivo em linguagem simbólica. (...) Segundo esta concepção, o método construtivo não se preocupa com as fontes ou elementos originais que estão na base do produto inconsciente (...) estes são considerados mais no sentido de sua orientação finalista e não tanto sob o aspecto de sua procedência (...) pois, segundo a concepção compensatória do inconsciente, a atividade do inconsciente tem um significado sobretudo de equilíbrio ou de complementação para a situação consciente. A intenção do método construtivo é, pois, estabelecer um sentido do produto inconsciente em vista da atitude futura do sujeito (Jung, 1991, p. 402-403).

Ulson (1988) ressalta que o uso do método sintético envolve fenômenos psicológicos consideráveis *como se* tivessem intenção e propósito – isto é, em termos de orientação teleológica ou para um objetivo. Explicita que a consciência tende a categorizar as coisas em certo ou errado, então, opta por um pólo, exclui e reprime o outro no inconsciente. Na expressão simbólica, ao contrário, as polaridades não são excluídas, permanecendo integradas, o que propicia uma síntese totalizadora, funcionando como uma ponte que une consciente e inconsciente. O contato com o símbolo mobiliza alta carga energética e por isso, é considerado como um transportador de energia contida nos arquétipos para a consciência, que o confronta, mas que não pode interpretá-lo reduzindo essa vivência a seus elementos sem destruí-lo.

Podemos, assim, traduzi-la [a expressão simbólica] na linguagem do *como se*, através de múltiplos significados, que extraímos ao experimentá-la. Jung chamou esse processo de amplificação, em substituição ao de interpretação. O símbolo, portanto, contém múltiplos significados, enquanto o sinal, apenas um (Ulson, 1988, p. 48).

Segundo Samuels, Shorter & Plaut (1988), Jung encarava a amplificação como a base de seu método, cujo objetivo é tornar tanto explícito como amplo aquilo que é revelado pelo inconsciente do indivíduo. Mediante associações é possível estabelecer o contexto pessoal e mediante a amplificação é possível transpor para uma significação universal, uma síntese de padrões pessoais, coletivos e arquetípicos. Privilegia uma tradução, antes metafórica e aproximativa do que literal, do conteúdo inconsciente. A amplificação envolve o uso de paralelismos míticos, históricos e culturais a fim de esclarecer e ampliar o conteúdo metafórico da expressão simbólica. Jung se refere a isso como “o tecido psicológico” em que a imagem está inserida.

Jung (2000) reporta que o método de amplificação está correlacionado ao princípio da sincronicidade, o qual se refere a coincidências significativas e acausais, ou seja, a simultaneidade de dois ou mais fatos, circunstâncias ou eventos psíquicos ou fenomenológicos que ocorrem sem relação causal, porém com relação de significado.

O efeito natural de um arquétipo e de suas amplificações pode ser entendido como analogia do efeito sincronístico, uma vez que este último apresenta a mesma tendência de combinar fatos simultâneos e casuais que emprestam ao arquétipo subjacente expressão adequada. É difícil e, até mesmo impossível, provar que as associações amplificadoras *não sejam causais*, enquanto os fatos amplificadores coincidem de uma forma que se opõe a uma explicação causal. Eis a razão por que designo as amplificações espontâneas e artificiais como simples analogia da sincronicidade (p.81).

Tal formulação se assemelha às modernas concepções da realidade como “holográfica”, visto que uma amplificação possibilita perspectivas diferentes, porém simultâneas (Wilber, 1982).

Ulson (1988) evidencia que a metodologia deve ser coerente com o objeto em estudo, isto é, não lógica, ou seja, analógica e/ou assistemática. Segundo ele, o pensamento ou expressões simbólicas não são passíveis de sistematização pois são essencialmente constituídos de polissemia metafórica. Este autor explica que:

Jung nos parece bastante coerente em seu método, quando deixa as coisas um tanto vagas, cuidando para que fique em aberto outras possibilidades e considerando impossível a precisão e o rigor de uma ciência positiva. Evita a

linearidade, próprias das psicologias que cuidam do fenômenos da consciência e que excluem o inconsciente (...) que reage sempre de forma dialética ao consciente, procura sempre atuar de forma compensatória dos desequilíbrios desse. Desta maneira, é através de símbolos que o inconsciente procura estabelecer uma homeostase frente à unilateralidade assumida pelo ego (p.50).

Jung (1986) declara que “o método construtivo não elabora aquilo que se poderia chamar de uma teoria científica, mas uma *linha de desenvolvimento psicológico, um caminho*” ( p. 174).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de análise dos dados, conforme a teoria dos Tipos Psicológicos de Jung, um tipo psicológico já é determinado estabelecendo um tipo de atitude, introvertido ou extrovertido e uma função principal, seja sensação, intuição, sentimento ou pensamento e conseqüentemente, se estabelece a função inferior, que é oposta à superior e de mesma natureza, seja racional (pensamento e sentimento) ou irracional (sensação e intuição).

### 5.1. Resultados

Na nossa amostragem de dez (10) pessoas, sete (7) pessoas se apresentaram do tipo introvertido e três (3) pessoas do tipo extrovertido, conforme tabela 1.

**Tabela 1-Tipos de Atitude**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Introvertido	7
Extrovertido	3

**Tabela 2- Funções Psicológicas da Consciência**

	<b>Função Principal</b>	<b>Função Inferior</b>	<b>Função Auxiliar</b>
Sensação	7	1	0
Intuição	1	7	2
Sentimento	1	1	5
Pensamento	1	1	3

**Tipo Psicológico Predominante:** Sensação Introvertido, com função inferior intuição extrovertida seis (6) sujeitos

Em relação à função principal, os resultados apresentados foram: função sensação: sete (7) pessoas; função intuição: uma (1) pessoa; função sentimento: uma (1) pessoa e função pensamento: uma (1) pessoa, conforme tabela 2.

O tipo psicológico de um indivíduo é determinado por um tipo de atitude associado a uma função principal. O tipo psicológico predominante foi o tipo sensação introvertido, constituindo seis (6) dos (10) sujeitos da pesquisa. Portanto, a discussão focará este tipo. Esclarecemos que, dos sete tipos introvertidos encontrados, um tem como função principal o sentimento. E, dos sete tipos função sensação principal, um é do tipo extrovertido. Por esse motivo, o tipo sensação introvertido resultou em seis (6).

Como a função inferior é determinada a partir da função principal, porque lhe é oposta e de mesma natureza, encontramos, opostas às funções principais, sete (7) pessoas têm como função inferior a intuição, uma (1) pessoa tem como função inferior a sensação, uma (1) pessoa tem como função inferior o pensamento e uma (1) pessoa tem como função inferior o sentimento, conforme tabela 2.

Tecnicamente, quando se determina o tipo de personalidade, não se menciona a função inferior, ficando esta apenas implícita. No entanto, como este estudo considerou relevante a investigação da função inferior enquanto indicativo de relação com o sofrimento psíquico grave, registramos sua ocorrência.

Em relação à função auxiliar, a qual não terá ênfase neste trabalho, vamos apenas mencionar. A função auxiliar sentimento apareceu em 5 pessoas, todas do tipo sensação introvertido; a função pensamento em 3 pessoas, a intuição em 2 pessoas e a função sensação não apareceu como função auxiliar nesta amostra.



## 5.2. Discussão

Consideramos necessário, primeiramente, esclarecer que a autora só teve contato com os sujeitos no momento da aplicação do teste, não tendo atendido nenhum deles durante o período de crise ou posteriormente, em processo terapêutico. No entanto, teve acesso às fichas de encaminhamento para o GIPSI, no qual consta a queixa principal, manifestações sintomáticas da crise, atendimento clínico já recebido e motivo do encaminhamento. Apresentamos abaixo o quadro de sintomas constantes dessas fichas.

**Quadro 1 - Sintomas**

<b>Sintoma</b>	<b>Tipo</b>	<b>Total da Amostra</b>
	<b>Tipo Sensação Introverso</b>	
Angústia	6	10
Agressividade	5	6
Isolamento	5	6
Conflito	5	7
Desconfiança	4	5
Delírio ou alucinação	4	6

O dado mais geral apresentado como manifestação sintomática foi a angústia, que compareceu na totalidade da amostra, conforme quadro acima, o que demonstra que a angústia integra o estado de crise bem como tipifica o que é considerado como sofrimento psíquico grave.

Portanto, a análise será focada na tipologia encontrada e em termos de generalizações, não se tratando de estudo de caso.

### 5.2.1. Tipo de Atitude

A pesquisa, apesar de a amostragem ser relativamente pequena, daí caracterizar-se como estudo exploratório, apresentou resultados significativamente expressivos. A atitude introvertida compareceu nos resultados como maioria, dos dez sujeitos, sete se apresentaram do tipo introvertido.

Na teoria dos tipos psicológicos de Jung, os conceitos de energia psíquica e atitudes estão intrinsecamente relacionados. Energia psíquica, primeiramente

denominada de libido, sinteticamente, pode ser compreendida como a energia que direciona e dinamiza todas as atividades e processos psíquicos.

Energia tem a mesma grafia de sua forma original em latim *energia* e em grego é *energeia*, ambas significam “firmeza, força, vigor”. Libido origina-se do latim *libido* e *libere*, que significa “forte desejo, arbítrio, vontade de”. Portanto, energia psíquica ou libido implica intencionalidade e direção. O tipo de atitude denota, justamente, a forma básica do direcionamento da energia psíquica. “Marca a atitude psicológica geral, isto é, a direção da libido” (Jacobi, 1973, p.19).

Esta autora assevera que o ponto de vista energético do processo psíquico é finalista, ou seja, a energia psíquica além de direção, tem uma finalidade. Afirmar ainda que a psique é um sistema dinâmico, autoregulatório e caracteriza-se como um processo de autorealização. Analogamente ao metabolismo orgânico, a energia psíquica determina a relação entre os diversos elementos psíquicos e, em essência, toda a vida psíquica é governada pela lei dos opostos. Os processos psíquicos dependem, necessariamente, da tensão e inter-relação entre os opostos (consciente/inconsciente), pois é desta conformação que se constitui o gradiente energético que gera o fluxo do movimento compensatório da energia psíquica.

Atitude é a disposição da psique em reagir e agir de uma determinada forma, baseada em orientação psicológica subjacente quer seja para o objeto ou para o sujeito, introvertida ou extrovertidamente. Jung sistematiza a exposição da atitude geral da consciência, colocando a atitude contrária do inconsciente como seu oposto compensatório e complementar (Ruby, 1998, p.35).

Este trabalho tem por objetivo investigar a existência de relação entre a tipologia junguiana, mais especificamente, entre a função inferior, as manifestações dos fenômenos dos complexos e o sofrimento psíquico. Portanto, o foco da atenção se volta para estes aspectos e nesta perspectiva serão desenvolvidas as elaborações.

Quando se determina o tipo de atitude como introvertida, esta é a atitude do consciente e em contrapartida, a atitude do inconsciente, que lhe é oposta, compensatória e complementar é extrovertida.

A atitude da consciência é a que o indivíduo utiliza, através do ego, para estar no mundo e nele se expressar, adaptando-se ao meio ambiente, às pessoas, às coisas, às situações e igualmente, ao seu mundo interno.

### 5.2.2. O Tipo Introverso

O tipo introverso, que constitui sete (7) dos dez (10) sujeitos da pesquisa, orienta-se principalmente pelos fatores subjetivos. Embora a consciência introversa veja as condições externas, entre a percepção do objeto e a ação do introverso, interpõe-se uma impressão ou opinião subjetiva que impede que a ação assuma um caráter correspondente ao dado objetivo. O introverso, em geral, baseia-se na impressão que o objeto externo constela no sujeito e escolhe as determinantes subjetivas como decisivas. Sobre isso, Jung (1991) comenta que a decisão e a inflexibilidade do julgamento introverso e a forma determinada de se exprimir justifica a impressão que causa no extroverso: a de ser um refinado egoísta, um entusiasta doutrinário ou ainda um forte egocêntrico. No entanto, o autor também afirma que o que falta ao introverso é conhecer as condições inconscientes determinantes, embora válidas, de seu julgamento subjetivo ou de suas percepções subjetivas.

Pode ocorrer da introversão se intensificar ao exagero e se desvirtuar para uma identificação inconsciente do eu com o si-mesmo. Esta situação caracteriza uma inflação do eu, que se apropria, em maior ou menor grau, da dimensão suprema do Self (Jung, 1991, 2008). O Self é o arquétipo da totalidade psíquica e equivale ao arquétipo de Deus, por conseguinte, a representação psíquica de ambos é equivalente. Em decorrência disso, o indivíduo com o “eu inflado” não raro é acometido de fantasias rondando a temática de Deus, do divino e muitas vezes se considera o próprio Deus, ou o filho de Deus, ou variações do gênero. Esta é a base da explicação arquetípica acerca dos delírios na temática sobre Deus tão recorrente em indivíduos em crise psíquica do tipo psicótico.

A *hybris* da introversão, isto é, o excesso desmedido da introversão extrema, leva ao colapso do equilíbrio dinâmico da psique, motivando uma extroversão enantiodrômica. Em outras palavras, um desequilíbrio psíquico é, usual e naturalmente, restabelecido pelo processo da compensação. No entanto, a intensidade da compensação é proporcional ao desequilíbrio que lhe deu origem, ou seja, o extremo de um excesso incita o seu oposto enantiodrômico. Assim, da introversão extrema insurge uma extroversão proporcionalmente intensa, o que pode provocar uma patologia. “Somente quando a tensão entre os opostos se torna excessiva é que podemos falar em patologia” (Ruby, 1998, p.47).

Disso, pode decorrer uma inversão da posição das atitudes do indivíduo: a introversão habitual da atitude consciente vai para o inconsciente e a extroversão inconsciente, assume o consciente, de forma arcaica e inadaptada. Portanto, a atitude do indivíduo se modifica radicalmente, causando grande estranhamento nele próprio, gerando conflito interno e, igualmente, em seu entorno relacional, que o confronta e o questiona, resultando também em conflito externo e interpessoal, o que pode intensificar o conflito interno e motivar o surgimento de crises. Conflito compareceu em sete (7) pessoas do total da amostra e em cinco sujeitos (5) do tipo sensação introvertido, conforme quadro 1.

Naturalmente, a extroversão vai ao encontro do objeto exterior, no entanto, neste contexto, vai de forma inapropriada e, literalmente, sai por aí se esbarrando nas coisas, nas pessoas, atropelando o que se interpõe em seu caminho. Fierz (1997) aponta que a extroversão inconsciente, nestas condições, expõe e tende o indivíduo a acidentes. Assevera ainda, que neste movimento de extroversão inferior, o introvertido se coloca em contato com o mundo exterior através de uma explosão de agressividade, manifestação recorrente evidenciada entre os indivíduos no período de crise.

Nesta pesquisa, dos dez (10) sujeitos, seis (6) apresentaram manifestações de agressividade e destes, cinco (5) são do tipo sensação introvertido, conforme quadro 1.

A extroversão que surge é uma extroversão inconsciente, contrária à atitude consciente, sendo então, muito primitiva, arcaica e matizada pelos demais conteúdos inconscientes, ou seja, pela sombra e por complexos diversos.

De acordo com o pensamento de Fierz (1997),

Na crise, o introvertido desenvolve os sintomas do extrovertido, mas num nível mais ameaçador, porque não aceitará o seu lado extrovertido, esse se manifesta como automatismo na forma arcaica e com mais problemas difíceis de resolver (Fierz, em Sharp, 1990. p.114).

Durante a crise, de acordo com Fierz (1997), a fascinação do introvertido pelo mundo exterior tende a se manifestar através de sintomas de paranóia, enquanto que a fascinação do extrovertido pelo mundo interior, ocorre através de sintomas de melancolia. Esta fascinação pelo objeto pode ser positiva, no sentido de um encantamento ou negativa, como um temor. “ A intensidade da fascinação corresponde à força do afeto patogênico” (Jung, 1986, p.256).

Nesta pesquisa, dentre os seis sujeitos do tipo sensação introvertido, quatro deles manifestaram, durante suas crises e cada qual no seu contexto, sintomas de paranóia: expressavam desconfiança, acreditavam estar sendo vigiados, monitorados ou perseguidos ou ainda, acreditavam que as pessoas estavam contra eles, portanto, confirma este ponto de vista de Fierz, que afirma ainda que “a crise resultante de fascinação avassaladora pela atitude oposta, originalmente inferior, é psíquica. (...) É surpreendente como a psicose ajuda a atitude oposta inferior a se manifestar” (Fierz, 1997, p.271).

Este autor evidencia que, em relação ao aspecto psiquiátrico mencionado acima, mesmo durante a crise, a atitude primária original permanece evidente. Assim, a inclinação espontânea do introvertido se dirige para o sujeito e nele se concentra, e conseqüentemente, sua relação afetiva com o mundo e com os objetos é pobre. Isso se refere ao que é identificado e designado pela psicopatologia como embotamento afetivo, caracterizado como típico nas manifestações ditas psicóticas.

Em relação à questão do afeto, Jung (1986) assevera que, nas pessoas normais e nos neuróticos, o afeto intenso, geralmente passa com uma certa rapidez, embora o afeto crônico prejudique a orientação e adaptabilidade da consciência. Para ele, a mobilidade dos sintomas histéricos encontra sua fundamentação na mobilidade dos afetos, enquanto que, a paranóia e a esquizofrenia se caracterizam pela fixação dos afetos patológicos, através dos complexos ideofetivos, os quais, posteriormente, designou como complexo esquizofrênico e cita Neisser: “Esta fixação dos afetos anula a capacidade de o indivíduo de alegrar e se compadecer, conduzindo o paciente a um isolamento emocional que corre paralelamente à sua alienação intelectual” (Neisser, 1906, em Jung, 1986, p.29). Aponta ainda que este processo é acompanhado por um quadro de embotamento aperceptivo: ausência de novas idéias, paralisação do progresso intencional de adaptação à realidade, retraimento da personalidade “até sua forma mais arcaica, muitas vezes decompondo suas partes constituintes” (p.257) e pela autonomia dos complexos.

Por fixação do afeto, Jung entende que os complexos reprimidos, os portadores de afeto, nestes casos, complexos patológicos, não podem mais ser eliminados do processo da consciência, o que equivale ao estado de possessão do ego pelo complexo, pois este continua agindo e impedindo o desenvolvimento posterior da personalidade.

Jung (1986) postula que afeto excessivamente intenso favorece o aparecimento de anomalias e modificações no metabolismo, às quais ele se refere como “toxinas” que, de modo mais ou menos irreversível, atuam a ponto de paralisar as funções psíquicas mais elevadas. Após cinquenta anos de experiência, Jung revê estas formulações, e ao se referir à esquizofrenia, afirma que até então, não havia indícios de uma etiologia precisa, mas que pôde observar que a “causa psicogênica da doença é mais provável do que a tóxica” (p. 252). No entanto, termina seu livro afirmando que futuramente a fisiologia e patologia do cérebro, com sua natureza visível e palpável de um lado, e a psicologia do inconsciente, com a insubstancialidade das formas psíquicas de outro, convergirão para elucidarem o enigma da etiologia e desenvolvimento da esquizofrenia, chegando a uma compreensão que conduza a tratamentos efetivos.

Jung (2000) assevera que tudo que é inconsciente é projetado. Na extroversão o indivíduo confronta e foca o objeto. No entanto, a extroversão inconsciente ocorre na forma de projeção, portanto, o indivíduo não confronta o objeto real, mas se depara com conteúdos próprios projetados, seja em pessoas, coisas, situações, fantasias ou delírios. Inclusive, conforme apresentado no capítulo três, as projeções inconscientes podem ser plasmadas em forma de alucinações tanto visuais quanto auditivas. Esta experiência é vivenciada de forma crítica, revelando muita angústia, sofrimento e interpretada como crise, e, por conseguinte, tratada como tal.

Dentre os dez (10) sujeitos da pesquisa, seis manifestaram retraimento social e acentuado isolamento. Destes seis (6), (5) cinco são do tipo sensação introvertido, conforme quadro 1.

Spoto (1989) aborda uma questão importante de ser mencionada. Primeiramente descreve o introvertido como uma pessoa inacessível ou reservada, tímida e calada, que aprecia solitude e privacidade. O próprio Jung (1991), a despeito de se considerar um tipo introvertido, também descreve este tipo como um ser hesitante, retraído, reflexivo, desconfiado, que se assusta com o objeto e se posiciona na defensiva perante o mundo e objetos externos. Então, Spoto ressalta que devido à primazia e respeitabilidade do objeto em nossa cultura ocidental, que é uma cultura extrovertida, a qual valoriza e recompensa os indivíduos extrovertidos, muitas vezes encara o comportamento do introvertido como suspeito. Evidencia ainda que a psicologia, a psicopatologia, a psiquiatria, enfim, o “mundo psi” assume a extroversão coletiva como norma e a

introversão como sintomatologia de mal adaptação ou patologia, em decorrência disso, a enquadra, prévia e preconceituosamente, nesta condição.

Kirsch (1989) sobre essa mesma temática, comenta que muito do que é descrito como características esquizóides pela psiquiatria tradicional é considerado pela psicologia analítica como uma introversão normal e que a distinção essencial entre ambas é que o tipo introvertido é capaz de relacionamentos e vínculos interpessoais emocionalmente significativos, segundo sua própria escolha e a personalidade do tipo esquizóide não.

No entanto, ressaltamos que este não é um posicionamento niilista, que nega a introversão absoluta do isolamento social extremado como condição de empobrecimento psíquico e de adoecimento.

### **5.2.3. A Função Sensação**

Nesta pesquisa, sete (7) entre os dez (10) sujeitos apresentaram a sensação como função principal. A função sensação, conforme explicitado no capítulo um, é uma função de percepção, e por essa natureza, para operar, depende do objeto e do estímulo a ser percebido. No entanto, na atitude introvertida, está sujeita a uma considerável transformação ou alteração, pois o foco está no sujeito, o qual contribui com sua disposição subjetiva para a percepção do estímulo objetivo (Jung,1991). Assim, na atitude introvertida, a sensação se baseia, primordialmente, na especificidade subjetiva da percepção.

O fator subjetivo da sensação é uma disposição inconsciente que modifica a percepção já no seu nascedouro, subtraindo-lhe o caráter de pura influencia objetual. Por conseguinte, a sensação introvertida se refere essencialmente ao sujeito e apenas, secundariamente, ao objeto. Portanto não se fundamenta diretamente no comportamento objetivo das coisas. Pode, inclusive, sobrepujar e até suprimir a influência do objeto, e mesmo assim, continua sendo sensação, mas então, é uma percepção do fator subjetivo (Jung,1991).

A sensação introvertida, muitas vezes, parece não ser produto da consciência, pois causa uma impressão psíquica na qual se reconhecem elementos de ordem psíquica superior. Esta ordem trata-se de pressuposições ou disposições coletivo-inconscientes, de imagens mitológicas, possibilidades primitivas de representações. Isso, porque a

sensação introvertida não se detém na realidade do objeto, mas na realidade do fator subjetivo, o qual, em sua base, contém imagens arquetípicas advindas das imagens primordiais, que em sua totalidade, representam um mundo espelhado sob aparência da eternidade, pois assim é o inconsciente coletivo, conforme descreve Jung (1991):

A sensação introvertida transmite uma imagem que não reproduz tanto o objeto, mas antes cobre-o com o sedimento da antiquíssima e futura experiência subjetiva. E, assim, a mera impressão dos sentidos se desenvolve para o fundo da riqueza intuitiva, ao passo que a sensação extrovertida apreende o ser momentâneo e manifesto das coisas (p.372).

#### **5.2.4. O Tipo Sensação Introvertido**

O tipo sensação introvertido foi o tipo predominante nos resultados desta pesquisa, constituindo seis (6) entre os (10) sujeitos. A natureza deste tipo é irracional e, por se orientar pela parcela subjetiva da sensação suscitada pelo estímulo objetivo, caracteriza-se por certas peculiaridades. A relação entre objeto e sensação parece ser desproporcional e arbitrária, não sendo possível prever o que vai ou não causar uma impressão significativa no indivíduo. Muitas vezes este tipo surpreende por sua calma, passividade e autocontrole, mas essas características decorrem do não relacionamento direto com o objeto. Este, não é desvalorizado, mas privado de sua atração por ser prontamente substituído pelo fator subjetivo, o qual já não se refere mais ao objeto. Olhando de fora, parece que a influência do objeto não penetra no indivíduo e é verdade, na medida em que um conteúdo subjetivo, originado do inconsciente, intercepta a influência do objeto. Conseqüentemente, resulta para o objeto, um sentimento de desvalorização e para o sujeito, uma concepção ilusória da realidade, embora seja capaz de distinguir o objeto real da percepção subjetiva. No entanto, só nos casos mórbidos e nos estados quase psicóticos, esta distinção importante desaparece e a percepção subjetiva influencia sobremaneira o pensamento, o sentimento e a ação do indivíduo (Jung, 1991). O autor aprofunda ao se referir ao tipo sensação introvertido:

Seu desenvolvimento o afasta sobretudo da realidade do objeto e o entrega a suas percepções que orientam sua consciência no sentido de uma realidade arcaica, ainda que este fato lhe fique totalmente inconsciente por falta de julgamento comparativo. Na verdade, vive num mundo mitológico em que pessoas, animais, trens, casas, rios e montanhas lhe parecem, em parte, deuses misericordiosos e, em parte, demônios malévolos. Que estas coisas assim lhe pareçam, isto lhe é inconsciente. Mas atuam como tais sobre o seu julgar e agir. Julga e age como se estivesse lidando com tais entidades. Ele só se dá conta disso quando descobre que suas sensações são completamente diferentes da



realidade. Se tender mais para a razão objetiva, perceberá esta diferença como doentia, mas se for fiel à sua irracionalidade, disposto a atribuir à sua sensação valor real, o mundo objetivo torna-se para ele ficção e comédia (p.374-375).

Portanto, a despeito da sensação, em princípio, ser regida pelo princípio da realidade, perceber e lidar com dados objetivos do presente, ou seja, lida com o aqui e agora, a atitude introvertida lhe confere faculdades e atribuições diferenciadas em que o fator subjetivo a transpõe para um outro campo perceptivo, ou seja, da percepção da própria subjetividade. Esta matiza os dados objetivos que passam a ser dados mixados de objetividade e subjetividade, de forma indefinida e indeterminada.

Neste novo campo de percepção, o qual arriscaremos designar de campo subjetivo de percepção, a subjetividade, que carrega e encerra todo um arcabouço arquetípico advindo da configuração psíquica individual, possui a prerrogativa de amplificar a vivência de toda e qualquer experiência a nível arquetípico ou transpessoal, ou seja, para além da dimensão pessoal. E é exatamente neste ponto que a condição se complexifica, pois não só a percepção, mas a psique como um todo, então, atua num nível arquetípico e requer compreensão a nível pessoal, seja do próprio indivíduo, seja dos familiares, da sociedade, e principalmente, do psicoterapeuta.

Assim, é possível verificar que este tipo psicológico de personalidade está sujeito a viver, psiquicamente, num isolamento absoluto, pois é neste ponto a literalidade da máxima da imposição do enigma da esfinge de Hera “decifra-te ou devoro-te” se aplica. O que significa decifrar e compreender este tipo?

Jung, diante de seus pacientes diagnosticados e tratados como esquizofrênicos e do material por eles manifestado, debruçou-se num profundo estudo comparado entre mitologia e religião de diversos povos em diversas eras e ainda no estudo da alquimia e concluiu que eram vivências arquetípicas e que só vistas e amplificadas como tal poderiam trazer alguma eficácia no tratamento e posterior desenvolvimento psicológicos para os indivíduos.

Portanto, para lidar e compreender os indivíduos do tipo sensação introvertido é necessário, assim como mostrou Jung, amplo conhecimento comparado sobre mitologia, religião, história, e alquimia. E, paralelamente, utilizar o método da amplificação para transitar entre os níveis pessoal e arquetípico, transpondo, adequada e respectivamente, os elementos necessários para a integração de ambos.

### 5.2.5. Função Inferior Intuição Extrovertida

A função inferior do tipo sensação introvertido é a intuição extrovertida, a qual compareceu em sete (7) entre os dez (10) sujeitos da pesquisa. A intuição extrovertida como função principal é desenvolvida e perspicaz, possui um “faro fino”, ou seja, a capacidade de perceber, captar as possibilidades subliminares da realidade objetiva e utilizar este porvir antecipado em seu favor. Ao contrário desta, a função intuição extrovertida sendo inferior, inconsciente e arcaica, é primitiva e possui um “faro rústico” e incauto, no entanto também capta as possibilidades subliminares, só que não da realidade objetiva, mas do que está atrás dela (Jung, 1991). Percebe os aspectos dúbios, sombrios, ambíguos, escusos, sórdidos, ignóbeis e ocultos da realidade e que as pessoas pretendem esconder, ainda que inconscientemente. Enfim, é uma intuição inconsciente que se conecta com o campo inconsciente, com o que lhe é afim.

Este também é um ponto de bastante complexidade para o indivíduo, pois a sua intuição se conecta com estes dados subliminares e ocultos da realidade e as percebe. Soma-se à natureza obscura dos dados percebidos a inferioridade da intuição e a resultante é uma impressão infável, de uma estranheza desconfortável. E a função principal sensação, que por natureza tem afinidade com o princípio da realidade e com a concretude das coisas, quando tenta checar e verificar essas percepções junto à pessoa que lhe incitou tal impressão e lhe pergunta sobre isso, esta, geralmente, nega - seja pela intenção de esconder, seja inconscientemente, por desconhecer ou não estar consciente do dado obscuro. Então, esta percepção negada pode se tornar uma angústia inexorável. E a possibilidade de exercitar a função intuição inferior é frustrada pela negação de sua percepção, o que equivale à negação de sua própria existência, sendo, portanto, destruturante para o indivíduo, uma vez que a função intuição inferior sendo parte constituinte da totalidade de sua psique, portanto do seu Self, equivale assim, à negação do seu ser, de sua existência enquanto personalidade e enquanto indivíduo. Consequentemente, é-lhe negado o acesso ao processo de individuação (não-divisão), que é justamente o reconhecimento e integração de todas as partes integrantes de sua psique e de sua personalidade, condenando-o à condição de dissociabilidade, de cisão interna, de estado esquizofrênico, “devorando-o”.

Jung (1991) constata que:

Enquanto o indivíduo não se afastar demais do objeto, a intuição inconsciente atua como compensação sanadora da atitude da consciência, inclinada ao

fantástico e à credulidade. Se, no entanto, o inconsciente entrar em oposição à consciência, essas intuições alcançam a superfície e espalham suas ações perniciosas, impondo-se ao indivíduo de modo compulsivo e cumulando o objeto de idéias obsessivas da pior espécie (p.375).

Segundo Von Franz (1990), a intuição inferior extrovertida apresenta “características muito misteriosas, assustadoras e fantásticas” (p.47) e está mais preocupada e ocupada com o mundo coletivo e impessoal, portanto, com “as fantasias arquetípicas que não representam essencialmente o problema do indivíduo, mas do seu tempo, o *zeitgeist* de sua época” (p.47).

Esta autora alega que a assimilação dessas fantasias é muito difícil porque a sensação, função dominante, é uma função através da qual apreendemos o aqui e a agora e pela intuição, apreendemos a realidade subliminar, latente e porvir, ou seja, não se encaixa nos parâmetros perceptivos da sensação. Um aspecto prejudicial da sensação é que ela é lenta no processamento das informações e se detém na precisão da realidade concreta, não vislumbra as possibilidades futuras nem a impermanência e mutabilidade das coisas e das situações.

A intuição vem como um raio e se tentar exprimi-la com muita precisão, ela irá embora! Assim, ele não sabe como lidar com o problema e entra em agonia, porque o único caminho pelo qual a função inferior pode ser assimilada é tirando o controle da função superior (p.48).

A função intuitiva inferior do tipo sensação introvertido é extrovertida e, por isso, geralmente se exterioriza em decorrência do estímulo de acontecimentos externos. No entanto, no tipo sensação introvertido, as intuições não são tão claras e luminosas, nem chegam como lampejos de insight, pelo contrário, são muitas vezes de caráter sinistro e tendem a irromper de forma também sinistra, negativa e pessimista, e portanto precisam ser trabalhadas.

Whitmont (1985) ao descrever o tipo sensação introvertido, menciona que a subjetividade deste tipo pode levar a uma dissociação compulsiva da realidade externa a ponto de chegar à desconfiança paranóica e que a sua intuição extrovertida tende a tudo que é melancólico, perigoso ou ambíguo em seu ambiente.

Este pensamento de Whitmont está em consonância com a dinâmica da função inferior intuição extrovertida, que ao se expressar, agrega consigo conteúdos das demais entidades inconscientes, principalmente conteúdos da sombra, com a qual tem afinidade modo particularmente natural, em decorrência da condição arcaica comum. E como

ambas são inconscientes, exteriorizam-se pela projeção e nesta, depositam suas negatividades, rudezas e imperfeições, que recaem nos objetos externos, pessoas e situações. E, sendo uma intuição inferior e de caráter sinistro, que percebe os dados sombrios e ocultos da realidade, estas projeções negativas ensejam sentimentos persecutórios que podem, efetivamente, levar à paranóia, conforme vivenciada por quatro (4) dos sujeitos do tipo sensação introvertido da pesquisa, conforme quadro 1. Esta condição é similar à introversão invertida em uma extroversão

A partir dos posicionamentos acima descritos, é possível proceder à elaborações acerca da questão da intuição inferior extrovertida.

Ramos (1994) assinala que toda doença é um símbolo, o qual revela uma disfunção no eixo ego-self, possivelmente decorrente de um complexo psicoafetivo que aponta, mediante a compreensão do seu significado, para a necessária correção a ser feita, pelo mecanismo de compensação. O símbolo é o componente que une os pares de opostos, consciente e inconsciente, e as quatro funções enquanto fundamento arquetípicos da totalidade dos processos psíquicos, dispostas em pares de opostos, disponibiliza vias de expressão simbólica sintomática, através da função inferior inconsciente que pode se manifestar no corpo, pela função inferior sensação inconsciente, ou na psique, caso a função inferior seja a sua oposta, a intuição inconsciente.

Ruby (1998) desenvolveu em seu doutorado estudos da tipologia junguiana relacionada à psicossomática. Em seu trabalho, cita Achterberg (1996), que considera que a distinção psique/físico, corpo/mente parecem ser falsas dicotomias, uma vez que uma doença atinge ambas instâncias simultaneamente e de forma interativa, e, embora assuma este posicionamento e linha de raciocínio, verificou que unilateralização acentuada da função superior intuição, tende a manifestar a função inferior sensação de forma negativa e patológica, a nível somático. Assim, a função sensação inferior, sendo primitiva e inconsciente, tende a somatizar, sofre no corpo, por não estar consciente dele nem de suas necessidades.

Por analogia e mantendo o posicionamento da interatividade e simultaneidade da relação psique/físico, corpo/mente, é possível conjecturar que a unilateralização acentuada da função superior sensação, que absorve o excesso de energia psíquica, pode gerar um desequilíbrio no fluxo consciente/inconsciente. Por conseguinte, a função inferior intuição pode ficar sobregarregada no inconsciente e associar-se aos demais

componentes inconscientes, como a sombra e os complexos, e, uma vez matizada com tais conteúdos, configurar uma condição de conflito e de dissociação consciente/inconsciente. A manifestação da função inferior sensação de forma negativa e patológica, seria então, a nível psíquico. Desta forma, a função intuição inferior tende ao sofrimento psíquico. Perante os sujeitos desta pesquisa, um questionamento se impõe: a função intuição inferior tende a psicotizar?

A verificação empírica desta proposição além de complexa, apresenta-se de todo improvável, pois os fatores psíquicos como idéias, intuições, imagens, fantasias, sonhos, representações arquetípicas, e ainda os sentimentos e pensamentos, não podem ser medidos ou comparados entre si ou com qualquer outra coisa da natureza. E principalmente, tratando-se da função intuição, cujo objetos de percepção são de natureza sutil e subliminar, são ocultos e não palpáveis, e a intuição sendo inferior, ou seja, inconsciente e portanto matizada com os demais conteúdos inconscientes, o que a deixa numa condição indistinta, faz desta tarefa hercúlea, impossível de ser realizada. No entanto, pode ser justamente a insubstancialidade dos estímulos do objeto e da sutileza da função da percepção, a própria motivação e fundamentação de tal ocorrência.

Nesta pesquisa, seis (6), dentre os dez (10) sujeitos, se apresentaram do tipo sensação introvertido, e conseqüentemente, possuem intuição extrovertida como função inferior. Diante deste resultado, é possível levantar duas questões: que este tipo seja mais suscetível às manifestações sintomáticas de crises psíquicas do tipo psicótico ou então, que estas manifestações sintomáticas possam não ser patológicas. Portanto, vamos tecer algumas elaborações e conjecturas visando uma compreensão deste fenômeno.

A função intuição, essencialmente irracional e perceptiva, capta os dados subliminares e seu campo de ação é o inconsciente, no qual as delimitações das dimensões tempo e espaço são tênues e imprecisas. Por que o intuitivo se liga nos movimentos e, por isso, não consegue se fixar nos objetos, ou seja, o mundo objetal é . Na condição de função inferior e relegada ao inconsciente, conecta-se com as inferioridades e negatividades, seja com o conteúdo sombrio próprio, seja com o conteúdo subliminar sombrio do ambiente externo. Por ser uma função inferior extrovertida, quando se manifesta, carrega consigo sua condição arcaica.

Portanto, o tipo sensação introvertido, naturalmente está mais aberto, suscetível e exposto aos materiais inconscientes, tanto aos conteúdos próprios, como conteúdos do

seu meio ambiente e ainda, a conteúdos do inconsciente coletivo. Aqui, conjecturamos que as expressões idiossincráticas e próprias desse tipo podem não ser exatamente uma manifestação pessoal e, embora possa ter uma expressão incomum ou mesmo bizarra, não que dizer que sejam, a princípio, patológicas. Pode se tratar de uma expressão fenomênica de imagens primordiais ou imagens arquetípicas do inconsciente coletivo, matizadas de conteúdos subjetivos.

O surgimento de uma disfunção ou sintoma psíquico pode ser um recurso extremo do si-mesmo (Self) como tentativa de provocar um movimento de reconexão da função inferior com as outras funções e ainda, com as demais partes constituintes da psique. Neste sentido, esta manifestação sintomática pode se tornar um símbolo que precisa ser vivenciado para poder, não apenas se tornar consciente, mas também para promover a ativação da função transcendente e transpor esta condição, abrindo possibilidades para um posterior desenvolvimento psíquico.

Um dos principais resultados do conceito de Jung de imagem primordial na experiência de vida é uma atitude única em relação ao todo e avaliação dos produtos de certos tipos de fantasia, especialmente quando o conteúdo das psicoses está em questão, que, grande parte, é material do inconsciente coletivo. A análise detalhada de uma série consecutiva de tais imagens, em geral, revela um processo de mudança em direção a um objetivo, e quanto mais quanto o material comparativo for familiar e conhecido, mais prontamente o significado dos símbolos e seus desdobramentos podem ser reorganizados (Perry 1953, 1987). Em relação à psicose, Perry adverte que

Quando alguém começa a perder a segurança diante dos valores concretos da vida, os conteúdos inconscientes se tornam vertiginosamente reais. Do ponto de vista psicológico, a psicose consiste numa condição psíquica em que os elementos antes inconscientes ocupam lugar da realidade ( p.209)<sup>5</sup>.

Por pesquisar e trabalhar com o tema da esquizofrenia, Perry (1971) diz ter sido necessário apreender todo conteúdo da psicologia do afeto, uma vez que é essa a questão do cerne da problemática da esquizofrenia em jovens adultos.

Este autor considera que toda a psique emocional está estruturada não apenas nos complexos, mas nos seus sistemas e arranjos bipolares e, segundo ele, a ocorrência de um afeto/emoção requer a interação de dois complexos, que se manifestam sempre aos pares. E a mais importante implicação prática na natureza do surgimento da emoção

---

<sup>5</sup> Tradução livre da autora desta dissertação.

está na gênese dos complexos e no papel dos afetos na psicopatologia, principalmente na esquizofrenia.

Perry (1971) considera ainda, que a psique emocional da criança é influenciada, não pela parte egóica e consciente dos pais, mas pelos componentes inconscientes destes, a nível de *participation mystique*, ou seja, é à nível de uma interação simbiótica que os complexos são formados e tomam forma, na relação de “não-ego” dos pais e da criança, influenciada, principalmente, pelo animus da mãe e pela anima do pai. Assim, os vários complexos são produtos a partir da relação emocional que carrega a marca do “não-ego”, dos aspectos subliminais da personalidade dessas figuras significativas, ou seja, a partir dos objetos afetivos, conforme designou Perry, e não dos objetos reais.

O Self se desenvolve numa série de estágios, não apenas em relação ao próprio arquétipo central, mas, particularmente, ocorre nas relações significativas e depende do estabelecimento de vínculos de amor, na forma bipolar de emparelhamento de imagens, como mãe e filho/ pai e filho, oferecendo, assim, um núcleo dinâmico nestas relações intensas. E se o objeto afetivo não cumpre sua função nestes vínculos, resulta no que Perry (1971) designou como *ferida central*, na medida em que prejudica a auto-imagem nessa fase específica e que deixa um problema a ser trabalhado no desenvolvimento do arquétipo central. É uma ferida da auto imagem a nível de Self, muito profunda e significativa.

Segundo este autor, na esquizofrenia, há uma ferida central num nível muito primevo e precoce, entre mãe e filho. Disso, resulta um mal funcionamento, a nível de Eros, no modo deste indivíduo se relacionar com o mundo. Por conseguinte, os envolvimentos emocionais que contêm os componentes essenciais que forneceriam os registros emocionais necessários para a aquisição, desenvolvimento e expansão da consciência são prejudicados e empobrecidos. O sujeito fica relutante em se arriscar a se envolver em relacionamentos, que poderiam resultar em dor e decepção. Assim, o alcance ou as possibilidades emocionais permanecem restritos a alguns complexos e as imagens arquetípicas que deveriam ser incorporadas em diversas situações da vida, imbuindo-as de significado e sentido, permanecem ativas primordialmente como preocupações e fantasias subjetivas, sobrecarregando o equilíbrio energético do lado do inconsciente.

No episódio psicótico agudo, um processo mitológico de renovação toma forma, mas precisa encontrar um caminho para as questões da vida pessoal, o que significa que

as imagens arquetípicas afetivas precisam encontrar seu caminho e seu devido lugar nos complexos ordinários da vida emocional comum. Para tal, esse processo precisaria ser compreendido e trabalhado a nível arquetípico ou do mito apresentado, ou seja, procurar compreender qual o contexto e enredo do mito, quais afetos estão ali constelados, qual a resolução do mito e como isso poderia se aplicar na vida psíquica e objetiva do indivíduo.

Um dos principais benefícios do conceito junguiano de imagem primordial na experiência de vida é a possibilidade de uma nova atitude e avaliação em relação aos produtos de certos tipos de fantasia, especialmente quando o conteúdo das psicoses está em questão, que, em grande parte, é material do inconsciente coletivo. A análise cuidadosa de uma série sequencial de tais imagens, seja em sonhos, em fantasias ou em delírios, em geral, revela um processo de mudança em direção a um objetivo (Perry, 1953, 1987). Quanto mais familiar for o material arquetípico e mitológico, em termos de conhecimento comparado, mais prontamente o significado dos símbolos se revelam e seus desdobramentos podem ser reorganizados.

Cada entidade inconsciente pode ser compreendida apenas em sua inter relação com os demais eventos psíquicos que a acompanham, e apenas no contexto geral do processo de desenvolvimento. Isso está em consonância com o princípio organicista integralizador, em que as imagens da libido não podem ser entendidas dissociadas do padrão total, apenas em relação às quais tenham coerência interna e exerça uma função.

Para a teoria junguiana, o Self representa o padrão da totalidade psíquica, consciente e inconsciente, e como tal, estrutura e governa o todo psíquico, assim como o ego atua em relação aos conteúdos da consciência, apresentando-se de forma arquetípica.

Uma vez que o Self é constelado apenas sob condições de estresse, quando a psique necessita de uma reorganização global, os fenômenos de suas manifestações escapam às condições "normais" e não se sujeitam às condições experimentais. A psique, no movimento de busca da autorealização do Self, depara-se com a problemática de diferenciar-se, ou seja, separar-se das propriedades gerais da natureza humana e da cultura, selecionando o que lhe é próprio e rejeitando o que não pertence à personalidade individual. (Perry, 1953, 1987).

As diversas qualidades atribuídas ao Self em todo seu simbolismo - divino, imperecível, cósmico, irracional, paradoxal, a circunferência ou mandala, o quadrado ou



o quartenário, apontam para a sua natureza de não-ego. É considerado um fator regulador, com qualidades numinosas, ao qual o ego é subordinado. Ele se apresenta à consciência como o paradoxo incompreensível de possuir todos os atributos de universalidade e ainda, de forma mais imediata, designando a base da própria singularidade de um indivíduo em particular. Como é um arquétipo e uma entidade extremamente potente do inconsciente, pode aumentar o caos se uma pessoa se relaciona ou se posiciona de forma equivocada em relação a ele. Se o ego tender a se identificar com o Self há o perigo de uma grave inflação e fragmentação da consciência pela irrupção de um elevado quantum de libido a ele agregado (Jung, 1986).

Perry (1953, 1987) fez um estudo do caso de uma paciente em estado crônico de esquizofrenia catatônica e mediante um trabalho de processo psicoterápico no qual a paciente teve oportunidade de se expressar através de uma sequência de desenhos, inclusive alguns em forma de mandala, através dos quais se trabalhou as emergências do Self, houve um resultado positivo de reestruturação da psique e evidente recuperação da paciente. O autor se questiona de onde teria vindo o processo de cura, se dos métodos do terapeuta ou da consciência da paciente. Concluiu, então, que não veio de nenhum desses, mas foi iniciada pela própria psique da paciente, num esforço espontâneo do inconsciente de se direcionar para totalidade e unidade.

Assim, tornou-se evidente, como geralmente ocorre com a verdadeira esquizofrenia catatônica, que a desordem é um processo natural que trabalha, de uma forma própria e estranha, em direção a um propósito de maior consciência, mesmo que possa acabar em desastre, o que ocorre com maior frequência do que em sucesso, se o indivíduo for deixado sem o auxílio apropriado ( Perry 1953, 1987, p.46)<sup>6</sup>.

De acordo com o pensamento de Perry (1953, 1987), o uso do estudo dos arquétipos e seu simbolismo é duplo. Na direção da ciência pura, desenvolvem-se um extenso conhecimento de expressões simbólicas e suas implicações na evolução da consciência e da cultura. Na direção terapêutica, este conhecimento tem-se apresentado indispensável para uma compreensão adequada do significado dos vários símbolos alcançados mediante a amplificação que, pelo material análogo de seus paralelos encontrados no simbolismo comparativo, enriquece o material das fantasia agregando sentido, valor e possibilidades de reestruturação psíquica e posterior desenvolvimento da personalidade.

---

<sup>6</sup> Tradução livre da autora desta dissertação.

Em 1980, Perry publicou um artigo sobre um trabalho que realizou juntamente com Dr. Levine, em São Francisco. O projeto consistiu em reunir por três meses, treze pacientes em episódio psicótico agudo, todos em estado regressivo, de isolamento psicológico e social, com delírios, alucinações, comportamentos agressivos, gestos ritualísticos e com ativa produção de elaborações imaginárias. As instalações eram na configuração de residência, em regime de internato, com condições ideais para terapia adequada e sem a utilização de medicamentos. Havia uma equipe de apoio constituída de psicólogos, sem conhecimento ou treinamento em psicopatologia, sob o consenso de não rotular com diagnósticos psicopatológicos e orientados para um comportamento geral de cuidado, acolhimento, encorajamento, apoio e para serem livres na auto expressão pessoal. A atmosfera na residência foi relatada como calorosa, alegre, afetuosa e com abertura para interação e relacionamento interpessoal.

Os resultados foram os seguintes: em cinco dias, a maioria deles passou do estado psicótico agudo para um estado mental coerente e racional e em nove dias, todos os pacientes atingiram este estado. Dos treze pacientes, onze tiveram uma boa recuperação, a qual, na dimensão interna, a essência do processo ocorreu a nível de reorganização da auto imagem, do auto conceito e da auto estima, e a nível arquetípico, houve um processo de renovação e reorientação a nível do Self. Não houve descrição detalhada destes processos, no entanto Perry considerou que houve dois fatores cruciais e determinantes para a evolução da recuperação tão imediata dos pacientes: primeiramente foi a “não rotulação” que, para este autor, tem um efeito destrutivo e patologizante no paciente, e, paralelamente, a atitude aberta e receptiva dos terapeutas em respeitar e considerar os conteúdos manifestos dos pacientes como verdadeiramente significativos e o empenho mútuo de encontrarem e decifrerem juntos o sentido arquetípico e simbólico de tais conteúdos.

Segundo o ponto de vista de Perry (1974), rotular o indivíduo em crise com terminologia psiquiátrica exerce efeitos destrutivos sobre ele na forma de desqualificação de sua experiência e até mesmo da sua própria natureza.

No processo terapêutico de reconstrução pessoal da auto-imagem, o fator crucial parece ser a questão do rótulo, de como a problemática do cliente e sua experiência é vista, tanto pelo cliente e pelo terapeuta. O processo arquetípico que se passa, entretanto, tem uma analogia prevalente com paralelos nos mitos.

Perry (1974) declara que, em sua opinião, a verdadeira patologia na psicose não se encontra no "conteúdo mental", nem nas imagens ou no seu simbolismo. Tudo isso parece ser um processo natural, presente e em funcionamento em todos nós. Isto é uma "loucura normal". Segundo este autor, a desordem esquizofrênica reside no ego, que sofre pela consciência restrita na qual foi educado, sem o contato necessário com os elementos naturais da vida psíquica, tanto a nível de emoção quanto de imagem. A necessidade da personalidade esquizóide é de aprender a perceber os significados simbólicos que dizem respeito à constituição da própria vida psíquica, e assim, manter-se conectado com os mananciais de emoções e imagens que enriquecem e alimentam a vida.

Por esta razão, é absolutamente vital para o bem estar do indivíduo em estado psicótico que a resposta do seu entorno esteja em consonância com a natureza da experiência pela qual ele está passando. Uma visão, em termos de psicopatologia, que desqualifique suas vivências lhe é prejudicial e pode levar a um desânimo instantâneo e uma sensação de isolamento. Segundo Perry (1974), muitos dos sinais de "loucura" são manifestações do indivíduo em consequência a um ambiente que lhe é emocionalmente hostil, inclusive o psiquiátrico. Se, por outro lado, a jornada pela psique inconsciente é dada a empatia e compreensão que merece, sua experiência é percebida então como um "estado alterado de consciência", que de fato é, e não como loucura. Então, também, a psique pode proceder seu processo sem ter que combater um ambiente de incompreensão.

Tedeschi (1971) corrobora a idéia de Jung sobre a hipótese de uma toxina decorrente de um elemento constituinte da intensidade excessiva do afeto constelado a partir de um complexo, que fixaria este complexo atuante de modo permanente e irreversível. Este autor assevera que estudos posteriores a Jung indicam que tal elemento afetivo pode lançar uma substância tóxica cuja ação destrutiva consiste, em parte, numa alteração do *Self* e em parte, na mobilização de conteúdos arquetípicos, cujo propósito deveria ser o de restabelecer uma nova ordem e um novo *temenos*, ou seja, uma nova ordem a nível da essência do *Self* e do espaço interior profundo e sagrado aonde ele habita. No entanto, ao se deparar com um estado de consciência alterado, sua ação sobre o *Self* é de natureza destrutiva. As opiniões de Tedeschi e Perry parecem convergir no que se refere à ocorrência de uma alteração prejudicial a nível do *Self*.

Retomemos a questão dos complexos com idéias de Meier (1984) que fala da antropomorfização de expressões que descrevem as propriedades dos complexos ou que a eles se referem, as quais, refletem a personificação dos complexos como identidades autônomas ou subpersonalidades, quando ocorre o fenômeno da repressão do ego pelo complexo, a já descrita possessão do complexo, e reitera a idéia de Jung da dissociação da psique e a tendência dos complexos se comportarem como personalidades alternativas. Menciona sobre a possessão demoníaca, os fenômenos mediúnicos, visões fantasmagóricas, vozes e alucinações personificadas nos esquizofrênicos, no campo da psicopatologia, da animação e vivificação de objetos, bem como seres dos folclores populares como bruxas, duendes, elfos, anjo da guarda, entre tantos outros encontrados nas diversas culturas, e considera todos estes fenômenos, sob o ponto de vista psicológico, como personificações projetadas de complexos.

Nesta pesquisa, seis (6) dos sujeitos apresentaram sintomas de delírios ou alucinações e destes, quatro (4) são do tipo sensação introvertido.

O autor ainda observa que, como unidades vivas do inconsciente, os complexos podem prestar uma colaboração valiosa no processo de desdobramento e desenvolvimento da personalidade. Cita exemplos excepcionais de idéias de genialidade e grandes insights, dos quais o ego logo se apropria e conclama como pensamentos próprios, como a descoberta da fórmula do anel benzênico feita por Kekulé, o qual afirmou ter visto os átomos saltitando em sua frente e posteriormente, pela imagem de um uroborus, ou seja, de uma cobra comendo o próprio rabo. O autor ainda mencionou as idéias criativas e artísticas, igualmente apropriadas pelo ego, como sendo também expressões de complexos inconscientes, pois suas manifestações são autônomas e fora do controle egóico. Como exemplo de criações artísticas Meier cita as obras de Mozart, o qual dizia poder ver e ouvir as músicas em sua mente e ensaiá-las em sua imaginação, antes de escrevê-las.

E não poderia deixar de mencionar a personificação dos complexos nos sonhos, que são para Jung a via régia para o inconsciente, que de forma tão genuína e compensatória, retrata a condição psíquica do indivíduo. Nos sonhos, as partes constituintes da psique como personas, sombra, anima/animus e Self comparecem personificados, bem como o tipo de atitude e as funções psicológicas, inclusive a função inferior, que por ser inconsciente e pouco se expressar na vida vigil, comparece com certo vigor no mundo onírico. Neste, todas as entidades psíquicas possuem livre escopo

de mobilidade e ação e fornecem material inigualável para investigação do inconsciente.

Meier (1984), confirmando o pensamento de Jung (1995), assevera que o sistema educacional é configurado e responsável por infligir certos complexos nas crianças, em amplitude considerável, com vistas à sua socialização. E uma vez instalados, em termos gerais, os complexos pertencem ao mundo do inconsciente e mesmo o reconhecimento de um complexo pelo consciente não impede sua influência e efeitos de sua autonomia.

Este autor ainda chama a atenção para a possibilidade de uma perspectiva mais ampla se apresentar mediante a concepção do próprio Jung, segundo a qual os mitos, grandes dramas e tragédias e as histórias contadas em textos religiosos, mostram-nos, de uma maneira dinâmica e exemplar, como podemos chegar a um acordo com a questão dos complexos, dos arquétipos neles contidos e do simbolismo que representam.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos oportuno iniciar esta seção com a colocação de Meier (1984), na qual ele declara que o lugar mais inapropriado para dogmatismos e generalizações é o campo da psicologia, embora ambos sejam intensamente praticados por muitos nesta área. Por outro lado, ocorre algo de inevitável, pois pretender alcançar verdades gerais e universais parece constituir o anseio epistemológico de todo saber.

Sobre a discussão dos dados alcançados na pesquisa, é importante enfatizar, de pronto, que as reflexões propostas nesse trabalho não se esgotam aqui e precisam ser ampliadas, aprofundadas e diversificadas. Por limitações diversas nos dedicamos a aprofundar apenas alguns recortes de possibilidades relativas aos dados obtidos. Para nós, isso aponta para a riqueza e a complexidade do tema de estudo proposto.

É pertinente mencionar como limitação mais imediata relacionada a este trabalho a utilização do instrumento escolhido, ou seja, um teste. Esta condição implica algumas dificuldades imprecisas. Uma delas é que os sujeitos podem sucumbir ao impulso interno de marcar uma resposta que, por algum critério subjetivo, julguem ser a melhor resposta, mas efetivamente, não corresponde à verdade. Outra limitação ainda em relação ao teste, especificamente no contexto do modelo de tipologia junguiano, é que o sujeito pode utilizar a função auxiliar para responder o teste, e não necessariamente a função principal (Sharp, 1990). No entanto, esta é uma suposição indiscriminável e de mensuração indeterminável. Portanto, embora reconheçamos esta possibilidade, não a consideraremos factível neste trabalho.

Em relação à especificidade da função aprofundada, a intuição extrovertida inferior, reconhecemos que as demais funções como o sentimento, a sensação e o pensamento, na condição de função inferior, possivelmente possam se manifestar a nível psíquico e através de crises psíquicas, mas esta investigação requer pesquisa específica em outro trabalho.

A complexidade que envolve a temática desta dissertação não permite conclusões definidas nem definitivas. Fez-se presente, dentro do espectro teórico de Jung, a importância de uma apreensão mais aprofundada a respeito de sua teoria sobre os complexos, bem como, do inconsciente coletivo, dos arquétipos e dos tipos psicológicos. Fez-se necessário também a apresentação da sua concepção de estrutura e

dinâmica da psique, e ainda de conceitos como sombra, *Self*, dentre outros. Pretendeu-se articular essas idéias com o sofrimento psíquico grave, entendido como toda manifestação aguda da angústia humana não compreendida pelos demais, bem como tudo aquilo que está sob o domínio da definição de psicose, entre diversas outras ampliações possíveis para abarcar o sofrimento humano.

Primeiramente, procedemos à explanação básica teórica destes conceitos visando ampliar o entendimento deste trabalho para além do público profissional da psicologia, buscando abranger os indivíduos leigos que passam pela vivência deste tipo de sofrimento e também seus familiares e afins, que por vias indiretas e de formas diversas, também as vivenciam. O intuito é que a compreensão de certos fenômenos possam atenuar os sofrimentos, beneficiar com consciência e proporcionar possibilidades de transcendência, no sentido de transformar o sofrimento em recurso pessoal para desenvolvimento ulterior.

Nesta dissertação atribuímos algum destaque para a noção da função inferior no contexto da tipologia, primeiramente com as idéias de Jung, ampliamos com as contribuições dos estudos de Von France, que considera que a encontramos no ponto em que mais sofremos. Nestes autores, bem como em outros como Sharp (1990), Whitmont (1985), Jacobi (1962) e Hillman (1990) há um consenso de que a função inferior é o resultado da unilateralização da consciência, a qual se especializa na função principal, que é constantemente reforçada e reiterada, enquanto a função inferior é relegada ao inconsciente, permanecendo em estado inconsciente e arcaico, matizando-se com demais conteúdos sombrios do inconsciente, em especial com a sombra e com os complexos, para os quais torna-se veículo e canal de expressão que, em geral, ocorre de forma autônoma, intensa e emocionalmente carregada. Estas manifestações ocorrem principalmente quando o indivíduo está sob pressão, com estresse ou emocionalmente abalado, sendo então reconhecida pela psicopatologia e conclamada como pertencente ao seu escopo. No entanto, evidenciou-se que a função inferior, bem como a sombra, não são constituídas apenas de negatividades, pois ambas são fonte de novo potencial e de renovação de vida, principalmente na crise de meia idade, a metanóia, quando, usualmente, a vida objetiva e psíquica se desgastam e estancam.

Discorreremos sobre o inconsciente, seus processos dinâmicos compensatórios e auto reguladores da psique e nos detemos no inconsciente coletivo e nos arquétipos, desvendando os processos de constelação de um arquétipo, que é análogo ao do

complexo, uma vez que estão estruturalmente intrincados e são o cerne dos eventos psíquicos significativos, inclusive do sofrimento psíquico grave, e como tal, precisam ter sua relevância adequadamente reconhecida, conhecida e trabalhada.

Para que esta relevância seja evidenciada, buscamos trazer o entendimento destes processos em paralelo com os processos psicopatológicos, traçando uma fundamentação em comum, um olhar psicológico dos eventos patológicos.

Seguindo o movimento da psicologia junguiana, isto é, da dinâmica entre os opostos, o trabalho empreendido visou, em última instância, juntar o que estava dividido. Da cisão entre as funções e da unilateralidade daí advinda criou-se uma linha de reflexão e entendimento sobre a amplitude e abrangência das possibilidades e conseqüências decorrentes. As reflexões seguiram o seguinte percurso: da unilateralidade da especialização e desenvolvimento da função superior, relegou-se a função inferior ao *locus* e estado inconsciente e arcaico, em que, indistintamente, está sujeita a imiscuir-se com os demais elementos psíquicos inconscientes como a sombra, os complexos, a *anima/animus* e, eventualmente, com o próprio *Self*. Matizada por estes elementos, torna-se veículo propício para a manifestação destes entes, numa mixagem idiossincrática e autônoma.

Embora a função superior seja primorosa no que faz, a adaptação é um processo permanente e exige constante atualização de acordo com as circunstâncias, que também variam e, eventualmente, pode exigir uma atuação específica da função oposta, a função inferior, inconsciente, imiscuída e matizada com outros elementos inconscientes, inapropriada e ineficiente. Portanto, atua de forma autônoma, arcaica, carregada de intenso afeto, não corresponde à demanda circunstancial e deixa o sujeito com sentimento e vivência de inadequação, o qual, por sua vez, gera um conflito interno e, possivelmente, um conflito externo, em potencial. Esse afeto intenso que acompanha e, reciprocamente, é acompanhado pelo conflito, pode gerar um complexo ou ainda, agregar conteúdo a um complexo já existente.

Os complexos, então, habitam o inconsciente, como subpersonalidades autônomas. Cada complexo, enquanto subpersonalidade, possui características próprias: modo de pensar, sentir, agir, *como se* fosse um outro ser interno. E é este ponto que enseja a dissociabilidade da psique e a possibilidade de posseção do ego pelo complexo, fatores que fundamentam a psicopatologia junguiana. Sinteticamente, é um só processo, a dissociabilidade e posseção são decorrentes da autonomia do complexo.



O complexo, ao invadir o consciente, leva consigo elementos do inconsciente coletivo, pois seu núcleo é constituído de duas imagens, uma a nível pessoal, advinda do registro da vivência pessoal que o originou, e uma a nível arquetípico, composta de um arquétipo do inconsciente coletivo, por onde ocorre o fluxo de energia e de conteúdos arquetípicos e característicos da condição de possessão do complexo, observável nos delírios e alucinações dos complexos patológicos, ou nas fantasias e sonhos, nos demais complexos. Ressaltamos que a parte arquetípica não patologiza, pois é natural, estrutural e impessoal; somente a parte pessoal, de cunho subjetivo está sujeita ao patologizar, porque é humano e perpassa toda dimensão humana. É o sofrer da alma, o sofrimento psíquico, e na base do psíquico está o arquetípico.

Chegamos ao sofrimento psíquico como uma invasão do consciente por conteúdos arquetípicos, concebido como sendo a possessão de um complexo. Este fenômeno se manifesta, na maioria das vezes, carregado de afeto e de forma bizarra, nas produções imaginárias, delírios e alucinações, os quais foram identificados como projeções de conteúdos arquetípicos dos complexos. A experiência de Jung conduziu-o à teoria, e a sua práxis com pacientes esquizofrênicos e com o material arquetípico por eles manifestos o direcionou para o necessário estudo comparado das religiões, da mitologia, da história, dos símbolos, da alquimia. Este conhecimento comparado mostrou-se imprescindível para lidar e compreender, através do método da amplificação, o material arquetípico da produção dos delírios e alucinações destes pacientes, oferecendo-lhes possibilidades de compreensão, resignificação e posterior reestruturação psíquica e desenvolvimento da personalidade. No entanto, este conhecimento é igualmente imprescindível para a compreensão dos sonhos, fantasias e de todo o imaginário humano, enriquecendo-os agregando-lhes sentido e valor.

Estudos posteriores com a utilização destes conhecimentos de saberes comparados associados à teoria junguiana e ao método de amplificação, verificaram a efetividade na melhora e recuperação dos indivíduos em estado de sofrimento psíquico grave, condição então designada como estado agudo de esquizofrenia. Apresentamos como exemplo os trabalhos de Perry, o qual designou dois fatores como cruciais e determinantes para a evolução da recuperação dos pacientes: a) a “não rotulação” patológica dos pacientes, uma vez que o rótulo patológico produz um efeito destrutivo neles, no sentido de desqualificação de sua experiência e até mesmo da sua própria natureza, por causar prejuízos na auto-imagem e nos auto conceitos em geral; b) à

atitude receptiva dos terapeutas em respeitar e considerar os conteúdos manifestos dos pacientes como simbólicos e significativos.

Portanto, após todos os estudos e reflexões produzidos e proporcionados por este trabalho, nosso posicionamento é que consideramos indispensável um processo terapêutico de amplificação a nível arquetípico dos conteúdos inconscientes, acompanhados de um processo de reconstrução pessoal da auto-imagem nos indivíduos que passam pelo sofrimento psíquico grave do tipo psicótico. E que neste trabalho terapêutico, há indicações de que o fator crucial seja a questão do rótulo patológico, de como a problemática do cliente e sua experiência é vista, tanto pelo próprio cliente e pelo terapeuta. E ainda que resposta do seu entorno esteja em consonância com a natureza da experiência pela qual ele está passando, que é, em última instância, um processo arquetípico, que possui analogia prevalente com paralelos nos mitos.

Portanto, o conhecimento comparado de saberes de mitologia, religião e história se apresenta indispensável para uma compreensão adequada do significado dos vários símbolos alcançados mediante a amplificação que, pelo material análogo encontrado no simbolismo comparado, enriquece o material das fantasias agregando sentido, valor e possibilidades de reestruturação psíquica e posterior desenvolvimento da personalidade.

Foi possível apreender que um dos principais benefícios do conceito junguiano de imagem primordial ou arquétipo é a possibilidade de uma nova atitude e novo olhar em relação aos produtos das fantasias e produções imaginárias de conteúdo arquetípico, como ocorre com indivíduos em crise do tipo psicótico e, principalmente, uma nova forma de lidar com esses conteúdos e com os indivíduos que os manifestam. Assim, é possível pensar que este movimento psíquico de posseção de um complexo afetivo, ou seja, da manifestação fenomênica do complexo, embora se apresente de forma estranha e na maioria das vezes incompreensível, tem um propósito e uma finalidade, que é participar do esforço do Self em transpor um estado inicialmente inconsciente para um estado de consciência da totalidade. Esta proposição pretende explicar certos fenômenos psíquicos como as dissociações, transtornos psicóticos e neuroses como processos necessários para a evolução e expansão da consciência e para a integração da totalidade da personalidade. Em outras palavras, que o fenômeno da posseção do complexo para alguns indivíduos pode ser considerado integrante, ou mesmo o movimento inicial, do processo de individuação.

No contexto deste trabalho, consideramos de certa forma penoso, mas eticamente imprescindível, sugerir que é recomendável que todo psicoterapeuta que pretenda trabalhar com indivíduos que passem por sofrimento psíquico intenso, com manifestações de produção imaginária a nível arquetípico, tenha disponibilidade pessoal de ampliar e aprofundar, verticalmente, seus conhecimentos acerca de mitologia e religião comparada, história geral e antiga e, não posso deixar de incluir, dos fundamentos da psicologia analítica e do método da amplificação, sem os quais, não há recurso para alcançar tais conteúdos.

No que diz respeito à tipologia, consideramos que o tipo de atitude, por ser um fator estrutural e constituinte ingênito da psique, tem relevância mais significativa no que se refere à relação com o sofrimento psíquico grave, e apontamos que a relação seja concernente à introversão. A atitude introvertida é permanentemente influenciada pelo fator subjetivo, o qual, em sua base, contém imagens arquetípicas advindas das imagens primordiais que fundamentam a base estrutural arquetípica da psique. Empreendemos em esclarecer neste trabalho que, entre outros fatores, é na discrepância do nível pessoal do entendimento do indivíduo e da necessidade de uma compreensão mais ampla a nível arquetípico de suas vivências, que jaz o sofrimento.

Em relação às funções, detemo-nos na função sensação por ter-se apresentado como a função principal na maioria dos sujeitos da pesquisa, que é do tipo sensação introvertido. Vimos que, embora seja função de percepção e dependa do objeto e do estímulo a ser percebido para operar, na atitude introvertida, está sujeita a uma considerável transformação ou alteração, uma vez que o foco está no sujeito, o qual intervém com sua disposição subjetiva na percepção do estímulo objetivo, podendo, inclusive, sobrepujar e até mesmo suprimir a influência do objeto, por conter disposições do inconsciente coletivo, de imagens mitológicas e possibilidades primitivas de representações. Por se deter no fator subjetivo, sua apreensão da realidade não corresponde exatamente à realidade objetiva, sendo em parte, ilusória e novamente, a discrepância entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva vivida pelo sujeito, pode gerar sofrimento e angústia.

A função inferior é amplamente reconhecida pelos os autores e estudiosos junguianos como uma função inconsciente e por isso, sujeita a se conectar com os demais aspectos sombrios do inconsciente. Foi exatamente reflexões sobre a função inferior que motivou a temática deste trabalho, pois na minha própria experiência e ao

ouvir o relato dos atendimentos dos colegas nas supervisões no GIPSI, intuitivamente, sempre me vinham em mente pensamentos acerca da possível tipologia dos pacientes e igualmente, da função inferior, pois, a noção que tinha sobre esta, parecia abarcar as vivências de sofrimento psíquico ali relatadas.

A descrição e dinâmica da função inferior foi amplamente explicada no corpo do trabalho. Nos resultados da pesquisa, a função inferior que se destacou foi a função intuição extrovertida, que é uma função de percepção que capta as possibilidades subliminares do que está por trás da realidade objetiva. No entanto, por ser inferior e inconsciente, percebe os aspectos dúbios, sombrios, ambíguos, escusos, sórdidos e ocultos da realidade e que as pessoas pretendem esconder, ainda que inconscientemente. Tais percepções são, portanto, muitas vezes de caráter sinistro e tendem a irromper de forma também sinistra, negativa e pessimista e ainda matizada pelos demais conteúdos do inconsciente como a sombra e os complexos, sempre com forte carga emocional, sendo, portanto, evidente a relação da função inferior com o sofrimento psíquico.

Com o estudo teórico percebemos que há controvérsia a respeito da função intuição no âmbito da psicopatologia, pois os diversos autores divergem na opinião de como seria sua manifestação patológica. No entanto, não apenas pela experiência pessoal, mas pelas vivências relatadas pelos sujeitos da pesquisa e ainda pela natureza das percepções desta função enquanto inferior e inconsciente, somos direcionados a nos posicionar dando crédito aos indícios que remetem à manifestação sintomática de paranóia. Mesmo que não seja a nível patológico, a função intuição inferior parece remeter a pensamentos de vivências de que as outras pessoas estão contra o sujeito, ou a certo grau de vivência de perseguição ou ainda, a acentuado pessimismo.

Consideramos, não de forma conclusiva, mas indicativa, que o tipo sensação introvertido, está naturalmente mais aberto, suscetível e exposto a materiais inconscientes, tanto aos conteúdos próprios, como conteúdos do seu meio ambiente e ainda, a imagens primordiais ou imagens arquetípicas do inconsciente coletivo, matizadas de conteúdos subjetivos e inconscientes da sombra e dos complexos, seja na forma de fantasia, sonhos, produções imaginárias, delírios ou alucinações e neste caso, serem, efetivamente, vivências de sofrimento psíquico grave ou de crises do tipo psicótico.

Por fim, somos inclinados a pensar que o surgimento de uma disfunção ou sintoma psíquico pode ser um recurso extremo do *Self* como tentativa de provocar um

movimento de conexão e integração da função inferior com as outras funções e ainda, com as demais partes constituintes da psique. Neste sentido, um sintoma pode ser encarado como um símbolo que precisa ser vivenciado a fim, não apenas de se tornar consciente, como de promover a ativação da função transcendente e transpor esta condição, trazendo possibilidades para um posterior desenvolvimento psíquico, direcionando o sujeito para o processo de individuação, que é o ulterior propósito de vida, segundo Jung, ou seja, o indivíduo tornar-se integralmente aquilo que verdadeiramente é em toda sua singularidade.

“Só aquilo que somos realmente tem o poder de curar-nos” (Jung, 2008, p.43).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreto, A. (2005). *Terapia Comunitária Passo a Passo*. Fortaleza: LCR
- Birchwood, M. (1992). Early intervention in psychosis: theoretical background and clinical strategies. *British Journal of Clinical Psychology*, 31, (pp.257-278).
- Canguilhem, G.(2000). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- Carvalho, N. R. & Costa, I. I. (2003). *Primeiras crises psicóticas: identificação de pródromos por pacientes e familiares*. Rio de Janeiro, Vol.15, N.2, P. X-Y. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/10.pdf>. Acessado em: 01/10/11.
- Costa, I. I. (2003). *Da fala ao sofrimento psíquico grave: Ensaio acerca da Linguagem Ordinária e a Clínica Familiar da Esquizofrenia*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Costa, I. I. (2006). Adolescência e Primeira Crise Psicótica: Problematizando a continuidade entre o sofrimento normal e o psíquico grave. *Anais da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental*. Disponível em [www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.69.3.1.htm](http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.69.3.1.htm). Acessado em 8/09/2011
- Costa, I. I. (2007). Família e psicose: uma proposta de intervenção precoce nas primeiras crises de sofrimento psíquico grave. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Franz, M. L. von, & Hillman, J. (1990). *A Tipologia de Jung*. São Paulo: Cultrix.
- Fierz, H. k.(1997). *Psiquiatria Junguiana*. São Paulo: Paulus.
- Gondim, M. F. N. (2007). *Os Sentidos dos Vínculos na Crise Psíquica Grave*. Dissertação de Doutorado. Disponível em: [http://bdtd.bce.unb.br/tesedsimplicado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2486](http://bdtd.bce.unb.br/tesedsimplicado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2486). Acessado em: 18/09/2011.
- Grinberg, L. P. (1997). *Jung: o homem criativo*. São Paulo: FTD.
- Hall, J.A. (1995). *A Experiência Junguiana – Análise e Individuação*. São Paulo: Cultrix.
- Hillman, J. (1993). *Sucídio e Alma*. Petrópolis: Vozes.
- Hillman, J. (1981). *Estudos de Psicologia Arquetípica*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Hillman, J. (2010). *Re-Vendo a Psicologia*, Petrópolis: Vozes.
- Jacobi, J. (1973). *Complexo, Arquétipo e Símbolo*. São Paulo: Cultrix.

- Jacobi, J. (1962). *The Psychology of C. G. Jung*. Connecticut: Yale University Press.
- Jaffé, A. (1989). *Mito do Significado na Obra de C. G. Jung*. São Paulo: Cultrix.
- Jung, C. G. (1987). *Ab Reação Analise dos Sonhos e Transferência*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2000). *A Natureza Da Psique*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2002). *A Prática Psicoterápica*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1986). *A Psicogênese das Doenças Mentais*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2004). *A Psicologia do Inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1998). *A Vida Simbólica (Vol.1)*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2007). *A Vida Simbólica (Vol. 2)*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1998). *Freud e a Psicanálise*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1983). *Fundamentos de Psicologia Analítica*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1981). *Memórias, Sonhos e Reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Jung, C. G. (1995). *O Desenvolvimento da Personalidade*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2009). *O Espírito na Arte e na Ciência*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2008). *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2003). *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1988). *Psicologia da Religião Ocidental e Oriental*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (2004). *Psicologia do Inconsciente*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1993). *Psicologia em transição*. Petrópolis: Vozes.
- Jung, C. G. (1991). *Tipos Psicológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Kirsh, T. (1989). Reflections on Introversion and/or Schizoid Personality. *In Psychopathology - Contemporary Jungian Perspective* (pp.127-138). Andrew Samuels editor. Londres: Karnac.
- Lessa, E. M. (2003). *Equipes de alto desempenho: a tipologia de Jung nas organizações*. São Paulo: Vetor.
- Lines, E. (2003). *An introduction to early psychosis intervention: some relevant findings and emerging practices*. Disponível em: <http://www.cmha.ca/english/intervent/about.htm>. Acessado em: 09/09/11.

- Matton, M.A.(1981). *Junguian Psychology in Perspective*. New York: Free Press
- McCaullyey, M.H. (1981). *Jung's Theory of Psychological Types and the Myers-Briggs Type Indicator*. *Advances in Psychological Assessment* (Vol. V, pp.294-352). Paul McReynold editor. Jossey-Bass Inc,Wiley.
- Meier C. A. (1995). *Personality-The Individuation Process in the Light of C.G.Jung's Typology*. Einsiedeln, Switzerland: Daimon.
- Meier C. A. (1971). *Psychological Types and Individuation: a plea for a more scientific approach in Junguian Psychology*. In J.B.Wheelwright (Ed.). *The Analytic Process: Aims, Analysis, Training* (pp.276-289).J.C.Jung Foundation. New York: G.P.Putnam's Sons.
- Meier C. A. (1984). *The Uncounscious in its Empirical Manifestations*. Boston: Sigo Press.
- Myers, I. B. (1980). *Gifts Differing: Understanding Personality Type*. Palo Alto, CA. Consulting Psychologists Press.
- Perry, J. W. (1971). Emotional and Object Relations. In *The Analytic Process: Aims, Analysis, Training* (pp. 297-309). J. B.Wheelwright editor. C. Jung Foundation. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Perry, J. W. (1981). Psychosy as Visionary State. In *Methods of Treatment in Analytical Psychology* (193-198). Ian F. Baker editor. Fellbach: Bonz
- Perry, J. W. (1974). *The Far Side of Madness*. England Cliffs,New Jersey: Prentice Hall.
- Perry, J. W. (1987). *The Self in Psychotic Process*. Dallas: Spring Publications, Inc.
- Ramos, D. (1990). *A Psique do Coração*. São Paulo: Cultrix.
- Rossi, E. (1977). The Cerebral Hemispheres in Analytical Psychology. In *Journal Analytical Psychology*, Vol. 22, 32-58.
- Ruby, P. (1998). *As Faces do Humano*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Samuels, A., Shorter, B. & Plaut, F. (1988). *Dicionário Crítico de Análise Junguiana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Sandner, D. F. & Beebe, J. (1982). Psychopatology and Analysis. In Stein, M. (Ed.), *Junguian Analysis* (pp. 294-334). La Salle, Illinois: Open Court.
- Schnitman, D.; Fuks, S. (1993). *Paradigma y Crisis: entre el riesgo y la posibilidad*. *Sistemas Familiares* (pp.33-44), Diciembre.
- Sharp, D. C (1990). *Tipos de Personalidade*. São Paulo: Cultrix.
- Spoto, A. (1989). *Jung's Typology in perspective*. Boston: Sigo Press.



Stein, M. (2000). *O Mapa da Alma*. São Paulo: Cultrix.

Ulson, G. (1988). *O Método Junguiano*. São Paulo: Ática.

Tedeschi, G. (1971). *Analytical Psychotherapy with Schizophrenic Patients*. In *The Analytic Process: Aims, Analysis, Training* (pp.47-55). J.B.Wheelwright editor. J.C.Jung Foundation. New York: G.P.Putnam's Sons.

Whitmont, E. C.(1985). *A Busca do Símbolo*, São Paulo: Cultrix.

Wilber, K (1982). *The Holographic Paradigm and Other Paradoxes: Exploring the Leading Edge of Science*. Shambhala, Boulder and London.